

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

KAREN EDUARDA ALVES VENÂNCIO

VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES: AFETOS ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS  
DE ABRIGAMENTO

Maringá  
2019

KAREN EDUARDA ALVES VENÂNCIO

VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES: AFETOS ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS  
DE ABRIGAMENTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Linha de pesquisa: Subjetividade e Práticas Sociais na Contemporaneidade

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik.

Maringá  
2019

KAREN EDUARDA ALVES VENÂNCIO

VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES: AFETOS ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS  
DE ABRIGAMENTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik  
Orientador - Universidade Estadual de Maringá (UEM)

---

Profª Drª Martha Giudice Narvaz  
Examinadora – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

---

Profª Drª Isadora Vier Machado  
Examinadora - Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Maringá  
2019

*Triste, louca ou má  
Será qualificada  
Ela quem recusar  
Seguir receita tal  
A receita cultural  
Do marido, da família  
Cuida, cuida da rotina  
Só mesmo rejeita  
Bem conhecida receita  
Quem não sem dores  
Aceita que tudo deve mudar*

*Que um homem não te define  
Sua casa não te define  
Sua carne não te define  
Você é seu próprio lar*

(Juliana Strassacapa, 2016)

*Aos meus pais: Elza e Venâncio*

## AGRADECIMENTOS

Não poderia iniciar sem agradecer inicialmente minha mãe Elza e meu pai Venâncio, que sempre me mostraram que a educação é um caminho poderoso e transformador. Mãe, você é meu maior exemplo de coragem. Obrigada por ter me ensinado que nós mulheres somos fortes. Pai, admiro muito você e sua generosidade. Agradeço vocês pelo amor, cuidado e esforços realizados durante todos esses anos de minha formação. Sem vocês esse trabalho não seria possível. Essa conquista é nossa.

Às mulheres que estavam em situação de abrigo durante minhas visitas à Casa Abrigo Edna Rodrigues de Souza. Obrigada pela troca, pela confiança e por me ensinarem tanto. Agradeço também à todas as funcionárias da instituição, que me acolheram tão bem.

À Secretaria da Mulher do município de Maringá, especialmente à Juliana dos Santos, que sempre foi muito atenciosa e permitiu meu acesso à Casa Abrigo.

Ao meu orientador, Eduardo Tomanik, que aceitou percorrer novos caminhos e embarcou comigo em uma viagem cujo destino foi sendo construído coletivamente ao longo de todo trajeto. Sou muito grata pela confiança depositada em mim.

À Isadora Vier Machado, que fez parte deste trabalho antes mesmo de ele ter início. Obrigada por ter expandido meus horizontes no campo de estudos de gênero e me mostrar que nossa atuação profissional pode estar articulada com nossas lutas.

À Wânia Pasinato, pelas ricas contribuições no processo de qualificação e à Martha Giudice Narvaz, por aceitar o convite para participar do momento de defesa.

À Capes pelo apoio financeiro, sem o qual não poderia me dedicar da mesma forma à pesquisa.

Agradeço também à Amanda Aleixo, parceira desde o início da graduação e que se mostra sempre presente em minha vida. Sou muito grata por todo cuidado e todas as conversas regadas à cerveja barata em bares da Zona 7. À Vicky Thumaz, minha ex-vizinha, que tornou-se uma amiga essencial em minha vida. Obrigada por sempre me acolher, me mostrar que grandes amizades se constroem com reciprocidade e que mesmo com mudanças, elas podem ser mantidas. À Ana Flávia de Oliveira, com quem dividi a casa e as angústias durante o percurso deste trabalho, mas que está presente desde o início de minha vinda para Maringá-PR. Obrigada pelo respeito e pelo companheirismo. Amanda, Vicky e Ana, obrigada por sempre me ouvirem e me fazerem acreditar que os momentos de tempestades, por mais

assustadores que sejam, sempre passam. Crescemos muito juntas nos últimos anos e tenho muito orgulho de nós.

À minha sobrinha, Ketlyn, que me mostrou com seu carinho e sinceridade que mesmo em momentos de caos, é possível darmos novos significados ao passado. Quero te ver crescer feliz e forte.

Ao meu companheiro, Patrick Trento, que trouxe mais cores para minha vida e mostrou que ela pode ser mais leve. Obrigada pela cumplicidade, paciência, pelas reflexões teóricas coletivas, por todas as vezes que você leu este trabalho e por ter estado presente em todo este processo. Com nosso relacionamento compreendi que o amor é extremamente potente quando é também “auto amor”. Amar para mim hoje é também não aceitar um amor pela metade ou que me faça desacreditar de mim mesma. Somos inteiros um sem o outro, mas nossas vibrações se complementam e nos fazem ser ainda mais completos.

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo conhecer os afetos que podem perpassar os processos de abrigamento de mulheres em situação de violências doméstica e familiar, tendo como embasamento teórico as contribuições de Agnes Heller (1999). Para tanto, além das leituras teóricas e do acompanhamento de todo o processo de atendimento e eventual abrigamento das mulheres, foram realizadas visitas à Casa Abrigo Edna Rodrigues de Souza, localizada do município de Maringá, Estado do Paraná, Brasil, e ali mantidas conversas informais e processos de convivência com as/os participantes da instituição. O conjunto das informações permitiu constatar que o processo de abrigamento não se limita ao tempo de estadia das mulheres na instituição e os afetos com relação ao local, as violências vivenciadas e a possibilidade de saída são diversos. Compreender as mulheres em situação de abrigamento como sujeitas ativas de suas próprias vidas mostrou-se importante para que sejam consideradas possibilidades de rompimentos de relações violentas. Percebeu-se que algumas mulheres, como as transgênero e/ou que estão em relacionamentos com outras mulheres, ainda enfrentam dificuldades para acessar os serviços da instituição. A Casa Abrigo mostrou-se fundamental para o enfrentamento às violências domésticas e familiares no município de Maringá e região, contudo constata-se a necessidade de outras possibilidades de acolhimento, como as Casas de Passagem.

**Palavras-chave:** Afetos. Abrigamento. Casa Abrigo. Mulheres. Violências.

## ABSTRACT

This work aimed to know the feelings that can permeate the processes when sheltering women in situation of domestic and family violence, and it is based on the academical contributions from Agnes Heller (1999). Therefore, in addition to the theoretical readings and the follow-up on the entire care process and eventual shelter of the women, visits were made to *Casa Abrigo* Edna Rodrigues de Souza, located in Maringá, State of Paraná, Brazil, where informal conversations and processes of coexistence were kept with the participants of the institution. All the information reunited allowed us to determine that the sheltering process is not limited to the length of time women stay in the institution and the feelings related to place, violence experienced and to the possibility of leaving are diverse. Comprehending that women in the situation of sheltering are active agent of their own lives has proved to be important in order to consider possibilities for breaking up with violent relationships. It has been noticed that some women, such as transgender and / or in relationships with other women, still face difficulties accessing the institution's services. Casa Abrigo proved to be fundamental for confronting domestic and family violence in the city of Maringá and in the region, however there is still the necessity for other possibilities when sheltering women, such as *Casas de Passagem*.

Keywords: Feelings. Sheltering. Casa Abrigo Women. Violence.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
<b>1 EM BRIGA DE MARIDO E MULHER NÓS VAMOS METER A COLHER: VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES EM DEBATE.....</b>	<b>15</b>
1.1 “Ni una a menos”: As múltiplas formas de violências contra nós, mulheres.....	17
1.2 Pluralidades e problemáticas na compreensão do que é ser mulher.....	24
1.3 “Não mexe comigo, que eu não ando só”: as articulações de nós, mulheres e os movimentos feministas.....	29
1.4 “Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim”: enfrentamentos às violências contra as mulheres no Brasil.....	34
1.5 As Casas Abrigo.....	41
1.6 A rede de atendimentos às mulheres em situação de violência de Maringá.....	45
<b>2 EXISTO, LOGO SINTO: O CAMPO TEÓRICO E METODOLÓGICO DOS AFETOS.....</b>	<b>48</b>
2.1. Afinal, os que são os afetos? .....	49
2.2 A teoria dos sentimentos de Agnes Heller (1999) .....	50
2.3 Os objetivos.....	54
2.4 Discussões metodológicas.....	56
2.4.1 <i>Os afetos de quem estuda os afetos: subjetividades de uma pesquisadora em campo.....</i>	<i>56</i>
2.4.2 <i>O método: vias possíveis no processo de pesquisa.....</i>	<i>58</i>
<b>3 TRANSPASSANDO AS PORTAS DA CASA ABRIGO.....</b>	<b>62</b>
3.1 A Casa Abrigo “Edna Rodrigues de Souza”.....	62
3.2 As visitas à Casa Abrigo.....	66
3.3. A primeira visita.....	66
3.3.1 <i>A chegada.....</i>	<i>66</i>
3.3.2. <i>Entre talheres e conversas: é hora do almoço.....</i>	<i>68</i>
3.3.3. <i>Momento do “descanso”.....</i>	<i>69</i>
3.3.4. <i>Eu prefiro correr com faróis no lugar dos olhos para não ver onde estou indo,</i>	

<i>com girassóis no lugar na cabeça pra não lembrar de onde estou vindo.....</i>	70
3.3.5. <i>A ida ao mercado.....</i>	71
3.3.6. <i>Como uma abrigada?.....</i>	72
3.3.7. <i>O que nos aproxima, o que nos distancia.....</i>	73
3.4. <i>A Segunda visita.....</i>	74
3.4.1 <i>Malas prontas não podem ser desfeitas.....</i>	74
3.4.2. <i>“A lei é boa, mas ainda tem muita coisa errada”.....</i>	75
3.4.3. <i>Árvore de Natal.....</i>	77
<b>4 EU SOU MEU PRÓPRIO LAR: AFETOS QUE PERPASSAM A SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO.....</b>	<b>80</b>
4.1. Afetos que atravessam as violências contra as mulheres.....	81
4.2. Afetos e aspectos institucionais da Casa Abrigo.....	84
4.3. As possibilidades de experiências na Casa Abrigo.....	88
4.3.1. <i>Entre as mulheres.....</i>	89
4.3.2. <i>Entre as mulheres e suas(eus) filhas(os).....</i>	91
4.3.3. <i>Entre as mulheres e funcionárias.....</i>	93
4.3.4. <i>Entre as mulheres e eu.....</i>	94
4.4. Mulheres: protagonistas de suas próprias vidas.....	96
4.5 Afetos que perpassam a saída da Casa Abrigo.....	99
4.6. Afetos (in)válidos: mulheres em situação de violências que não estão na Casa Abrigo.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS.....	107

## INTRODUÇÃO

*Eu sou um corpo  
Um ser  
Um corpo só  
Tem cor, tem corte  
E a história do meu lugar  
Eu sou a minha própria embarcação  
Sou minha própria sorte*

*E Je suis ici, ainda que não queiram não  
Je suis ici, ainda que eu não queira mais  
Je suis ici agora*

(Luedji Luna, 2017)

*A voz resiste. A fala insiste: Você me ouvirá*

(Belchior, 1976)

Assediadas, estupradas, torturadas, violentadas psicologicamente, perseguidas, agredidas, assassinadas. Nós<sup>1</sup>, mulheres, vivenciamos diversas formas de violências por sermos mulheres na sociedade em que vivemos.

A Universidade, que nunca foi um território possível para as mulheres da minha família, mostrou-se um espaço possível de aprendizado e luta. Minha mãe, empregada doméstica, mesmo tendo o sonho de fazer um curso de nível superior, nunca havia tido a possibilidade de ter contato com o ambiente universitário antes que eu iniciasse minha formação em Psicologia. Reconhecer o lugar que hoje ocupo e utilizá-lo de acordo com meus posicionamentos políticos e sociais foi fundamental para o processo de construção deste trabalho, pois compreendo que “o pessoal também é político”<sup>2</sup>, ou seja, nossas produções acadêmicas também podem ser possibilidades de enfrentamentos.

Este trabalho teve como foco compreender possibilidades de afetos no processo<sup>3</sup> de abrigamento de mulheres em situação de violências doméstica e familiar na Casa Abrigo Edna

---

<sup>1</sup> Optei por utilizar a primeira pessoa do plural no decorrer do texto por me entender também como mulher, porém considero importante pontuar que não estou me referindo à categoria mulheres como universal, pois mesmo sendo mulheres, possuímos diversas diferenças.

<sup>2</sup> HANISCH, Carol. O pessoal é político. Tradução livre. Fevereiro, 1969. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/190219/O+Pessoal%2B%C3%A9%2Bpol%C3%ADtico.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

<sup>3</sup> Entende-se aqui por processo diversos aspectos do contexto de abrigamento, como por exemplo, as situações de violências vivenciadas antes da ida para a Casa Abrigo, como também a ida, permanência e saída da

Rodrigues de Souza, localizada no município de Maringá, estado do Paraná, tendo como embasamento teórico as contribuições de Agnes Heller (1999). Acredito ser importante lhe contar os marcos iniciais da trajetória desta dissertação, ou seja, como surgiram as ideias que deram a ela possibilidade de existência.

A partir de minha experiência como estagiária de Psicologia no Projeto de Extensão sobre a Lei Maria da Penha da Universidade Estadual de Maringá (NUMAPE/UEM), núcleo que promove escuta, acolhimento, orientações e encaminhamentos especializados para mulheres, e do estreito contato com a Rede de Atendimento<sup>4</sup> que a experiência de estágio proporcionou, foi possível observar que as Políticas de Abrigamento são essenciais para que as mulheres consigam romper com as situações de violência que estão vivenciando. Contudo, a Casa Abrigo do município de Maringá, mesmo sendo um importante local de acolhimento, mostrou-se insuficiente em vários casos, pois devido ao caráter sigiloso da instituição muitas mulheres optavam por não ir para lá.

Eu e meu orientador, Eduardo Tomanik, consideramos pertinente buscar compreender quais afetos estariam envolvidos nestas situações de abrigamento. Inicialmente construímos um projeto que tinha como objetivo estudar os afetos vivenciados pelas mulheres que estavam na Casa Abrigo, antes e durante seu abrigamento, e quais suas expectativas para os momentos posteriores. Nossa expectativa de resultado, mesmo não dita, era a de que mostraríamos possibilidades de sofrimentos das mulheres que normalmente não são conhecidas por outros e que cumpriríamos uma função social, auxiliando a promover melhorias para as políticas de abrigamento.

Durante o percurso do mestrado, que inclui o cumprimento das disciplinas, a busca de referenciais teóricos, a escrita da dissertação e o processo de qualificação, percebi uma falha metodológica, assim como a banca me pontuou. Eu jamais conseguiria reproduzir integralmente, no meu trabalho, os afetos daquelas mulheres (e também não gostaria de falar por elas), pois reconhecendo minha participação na construção da pesquisa, o que poderia conseguir seria elaborar uma interpretação minha sobre as expressões delas, na tentativa de apreender seus afetos.

---

instituição, que contempla não apenas as mulheres em situação de violência, mas também suas/eus filhas/os, seus ex-companheiros e as funcionárias da instituição.

<sup>4</sup> A rede de atendimento contempla diversos serviços das áreas da assistência social, segurança pública, justiça, e saúde, como por exemplo, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAMs), Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Serviços de Saúde Especializados no atendimento dos casos de violências contra a mulheres

Meu entendimento sobre o que é ciência e as metodologias possíveis em um processo de pesquisa também modificou-se, o que fez com que a pesquisa tomasse novos rumos. Vou lhe contar isso porque acredito que o processo de pesquisa, ou seja, as mudanças que foram realizadas e as alternativas encontradas, também compõem esta dissertação.

Definimos no decorrer do trabalho que nosso foco seria compreender afetos possíveis no processo de abrigamento. A ingenuidade de nossa pesquisa também se desmoronou. A partir de minhas visitas na Casa Abrigo percebemos que as mulheres são sujeitas ativas de suas vidas, possuem vontades e desejos. As violências que vivenciaram constituem parte de suas vidas, porém não as definem.

Diante deste entendimento, estabelecemos que buscaríamos compreender os afetos existentes no processo de abrigamento considerando que não existe uma única possibilidade de experiência na Casa Abrigo, pois nós mulheres não somos iguais, possuímos diferentes histórias de vida e entendemos as violências que vivenciamos de modos distintos, o que faz também com que nossos afetos sejam diversos.

Não poderia deixar também de lhe contar como foi o processo de escrita deste trabalho. Quando me vi na pós-graduação, acreditava que fazer um mestrado era produzir uma dissertação. Encarei inicialmente a dissertação como um produto e não como um processo. Tentei encontrar fórmulas, consultei manuais, buscava encontrar uma receita de como produzi-la. Lembro-me de uma conversa que tive com meu orientador, Eduardo Tomanik, sobre o estágio de docência que eu iria realizar. Ele, ao ver minha preocupação e nervosismo em ministrar minha primeira aula, me disse “faça do seu jeito”. Com isto, queria me incentivar a mostrar-me tal como sou, ao invés de buscar tentar me enquadrar ou copiar a forma como as outras pessoas executam as atividades docentes. Utilizei essa dica também em minha escrita. Fui arriscando possibilidades de construir este trabalho, entendendo que para mim, escrever é abrir as portas e janelas da alma. É mostrar-me.

Organizei este trabalho em quatro momentos. No primeiro capítulo, de título *Em briga de marido e mulher nós vamos meter a colher: violências contra as mulheres em debate*, edifiquei o arcabouço teórico da pesquisa. Inicialmente, visto que trabalhei com o tema das violências domésticas e familiares contra mulheres, achei pertinente realizar questionamentos e considerações sobre o que são violências e as problemáticas e pluralidades do que é ser mulher. Depois fiz uma breve retomada dos movimentos feministas e enfrentamentos às violências contra as mulheres existentes no Brasil, contemplando como um desses enfrentamentos as Casas Abrigos.

A segunda seção, de nome *Existo, logo sinto: o campo teórico e metodológico dos afetos*, trás apontamentos sobre o campo dos afetos como uma alternativa potente e legítima para estudos sobre políticas de enfrentamento às violências contra as mulheres, algumas considerações sobre a teoria dos sentimentos de Agnes Heller (1999) e os objetivos e caminhos metodológicos percorridos na pesquisa.

É no terceiro capítulo, *Transpassando as portas da casa abrigo*, que apresentei aspectos institucionais que caracterizam a Casa Abrigo Edna Rodrigues de Souza assim como trouxe, através da escrita de breves sessões, as vivências que tive com as mulheres que encontravam-se em situação de abrigo nos dias em que realizei visitas à instituição.

Por fim, na quarta parte, *Eu sou meu próprio lar: afetos que perpassam a situação de abrigo*, realizei algumas análises e discussões buscando interlocuções da fundamentação teórica com os processos relacionados ao abrigo elegendo, como principais categorias de análise, os afetos que perpassam as violências contra as mulheres, os aspectos institucionais da Casa Abrigo, as mulheres como protagonistas de suas próprias vidas, as possíveis expectativas de saída da instituição e os afetos das mulheres que não possuem acesso à Casa, ou seja, aqueles que nem sequer tornam-se existentes.

## **CAPÍTULO 1 – EM BRIGA DE MARIDO E MULHER NÓS VAMOS METER A COLHER: VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES EM DEBATE**

Durante minha graduação em Psicologia, quando eu trabalhava como estagiária no Projeto de Extensão sobre a Lei Maria da Penha da Universidade Estadual de Maringá (NUMAPE/UEM) atendemos um caso que me marcou bastante.

Uma mulher nos procurou e relatou que estava vivenciando situações de violências com seu marido. Tratava-se de um caso em que ocorriam diversas violências psicológicas. Ela nos procurou com a intenção de obter informações sobre o processo de divórcio, guarda do filho e encontrar uma possibilidade de se afastar do agressor, visto que eles conviviam na mesma casa.

Conversamos sobre algumas possibilidades de ela se afastar temporariamente de sua casa, até que o processo de divórcio e divisão de bens terminasse. Ela comentou que tinha parentes em uma cidade vizinha, mas não gostaria de se mudar para lá porque havia acabado de conseguir um emprego próximo a casa em que residia com o agressor e, além disso, seu filho estudava em uma escola na região.

Visto que não existe Casa de Passagem no município de Maringá, apresentamos a possibilidade de ela ir para a Casa Abrigo, mesmo sabendo que esta política não se enquadrava exatamente no seu caso, pois ela não encontrava-se sob risco de morte e sim de continuar vivenciando violências psicológicas ao conviver no mesmo local que seu agressor.

Ao ser informada sobre o funcionamento da Casa Abrigo do município ela nos disse que não gostaria de ir. Devido ao caráter sigiloso da instituição, as mulheres e suas/eus filhos não podem utilizar internet e/ou telefone celular, nem sair de casa enquanto desejem continuar na instituição, apenas acompanhadas de funcionárias/os e com prévia autorização, além disso, na Casa Abrigo do município de Maringá-PR, as crianças e adolescentes não podem frequentar a escola enquanto estão em situação de abrigamento, realizando atividades pedagógicas dentro da instituição

Ela queria continuar trabalhando, queria que seu filho continuasse indo para a escola, queria continuar tendo contato com seus amigos e familiares, queria sentir-se segura. Ela só não queria continuar morando no mesmo local que seu agressor.

O caso passou diversas vezes pela minha cabeça. Quantas mulheres desistem de romper com as situações de violências que vivenciam por não terem condições financeiras de se afastarem do agressor?

Durante o mestrado, em uma conversa com meu orientador, Eduardo Tomanik, lembrei-me deste caso e das inquietações que ele me gerou. Havíamos conversado anteriormente que nossa pesquisa contemplaria os afetos, tema que vem sendo pesquisado por ele nos últimos anos no campo da Psicologia Social e o tema de meu interesse, que eram as violências domésticas e familiares contra as mulheres.

Foi a partir desta conversa que pensamos na possibilidade de direcionarmos nosso estudo para a Casa Abrigo. Nosso estudo visou, portanto, compreender afetos envolvidos no processo de abrigamento da Casa Abrigo Edna Rodrigues de Souza, no município de Maringá, Paraná.

Partimos também do entendimento de que os estudos que se debruçam a estudar leis e políticas públicas de enfrentamento as violências contra as mulheres pouco abordam o campo dos afetos. Geralmente as políticas e leis são construídas através de dados estatísticos, tendo a subjetividade nenhum ou pouco espaço neste terreno. Os dados estatísticos são significativas fontes de possibilidades de análises, contudo não são a único caminho para o debate sobre as violências contra as mulheres e a (re)formulação de políticas públicas que visem realizar enfrentamentos, ou seja, o olhar para a subjetividade é também uma alternativa expressiva e legítima. Nossos corpos são constituem-se apenas em números, possuímos diferentes histórias, que muitas vezes são apagadas quando transformadas em estatísticas.

Este Capítulo inicial tem como objetivo tecer o arcabouço teórico deste processo de investigação, através da reflexão e estudo de alguns conceitos que perpassam a situação de abrigamento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar<sup>5</sup>.

### **1.1 “Ni una menos<sup>6</sup>”: As múltiplas formas de violências contra nós mulheres**

Ao lançar-me neste estudo dois conceitos foram considerados por mim relevantes de reflexão: violências e mulheres. Vi que se o trabalho pretendia abordar a situação de

---

<sup>5</sup> Assim como na Lei 11.340/06, Lei Maria da Penha, as violências domésticas e familiares são compreendidas neste trabalho para além de relações afetivas e/ou sexuais, pois podem ocorrer, por exemplo, entre cunhados e cunhadas ou entre sogras e noras.

<sup>6</sup> “Ni una a menos” é um movimento argentino que inspirou diversas outras manifestações de mulheres em países da América Latina. O primeiro evento ocorreu em 2015, após a morte da adolescente Chiara Páez, de 14 anos, que estava grávida quando foi assassinada pelo namorado, sendo em seguida enterrada no quintal da casa dos avós. Em 2016, os protestos ocorreram na Argentina após o assassinato de Lucía Perez, 16 anos, que foi drogada, estuprada e empalada na cidade costeira de Mar del Plata (OLIVA, 2015).

abrigo de mulheres em situação de violências na Casa Abrigo era importante definir e retratar também o que são violências e quais são as especificidades das violências que nós, mulheres, vivenciamos.

Definir o que são violências não é uma tarefa simples, entretanto, conhecer suas múltiplas possibilidades de manifestação e identifica-las são passos importantes, embora não únicos e isoladamente suficientes, para as enfrentarmos. Optei por trazer para o processo de investigação a colaboração de algumas/uns autoras/es sobre violências, com o intuito de promover reflexões de como elas se associam ao tema pesquisado.

A etimologia de uma palavra revela sentidos expressivos para a compreendermos. A palavra violência, segundo Alba Zaluar<sup>7</sup> (1999), deriva do latim *violentia*, fazendo referência à palavra *vis*, que significa força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital. Esta força é violência, para a autora, quando limites e/ou acordos e regras que ordenam relações são extrapolados, tendo assim carga negativa. É “a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente” (Alba Zaluar, 1999, p. 08). Com Zaluar (1999) já temos a percepção de que definir violência não é um encargo simples, visto o caráter múltiplo do conceito.

Para Marilena Chauí (1999) violência é:

1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror (Marilena Chauí, 1999, p.03)

A palavra força para a autora não é utilizada como sinônimo de força física, mas sim de fatores que contribuem para estabelecer relações de poder, ou seja, o poder pode ser exercido através da força física, mas essa não é a única possibilidade. O conceito de liberdade também

---

<sup>7</sup> Optei por citar sempre o primeiro nome das autoras utilizadas como referências neste trabalho para sinalizar que são mulheres. Essa desobediência acadêmica foi utilizada com o intuito de dar visibilidade para as produções científicas realizadas por mulheres e também refutar a universalidade da/o sujeita/o pesquisadora/r, visto que o sujeito universal é colocado amiúde como masculino.

entra em jogo, pois limitar e/ou impedir os desejos de outra pessoa é também uma forma de violência.

O entendimento de que a violência é uma violação contra coisas e ações que a sociedade define como um direito, assim como trás Marilena Chauí (1999), também provoca algumas reflexões. Como se enquadram as violências que ocorrem em situações que ainda não foram elencadas como direitos?

Trago como exemplo a criminalização do aborto no Brasil. Segundo a Pesquisa Nacional do Aborto de 2016, quase uma em cada cinco mulheres, aos quarenta anos, relatou que já havia realizado pelo menos um aborto (Débora Diniz, Medeiros e Madeiros, 2016). O fato do aborto no país ser ilegal (permitido até o momento somente em casos de estupro, risco para a saúde da gestante, ou fetos com anencefalia, mas inclusive em ameaça também nestas situações com a PEC 29/2015 e a PEC 181/2015) faz com que muitas mulheres, principalmente as mais pobres, que não podem pagar por clínicas clandestinas, os realizem sem condições plenas de atenção à saúde.

O aborto é um dos maiores problemas de saúde pública do Brasil, mas não é um direito garantido às mulheres. Somos violentadas de diversas formas por não possuímos direitos sobre os nossos próprios corpos, mas no campo jurídico essas violências não são reconhecidas.

A Organização Mundial de Saúde (apud Linda Dahlberg et al., 2002, p.08) compreende a violência como “[...] uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade”, tendo como resultado possibilidades de lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. Essa definição traz o conceito de poder como chave para compreendermos as violências, pois elas são produzidas e reproduzidas nas múltiplas relações existentes.

No livro *Microfísica do Poder*, Foucault (1979) apresenta um entendimento do conceito de poder como algo (ou fenômeno) que está disseminado nas relações humanas, não sendo emanado apenas de macroestruturas como, por exemplo, o Estado. O poder, para o autor, é uma instância que não é possuída, mas sim exercida e presente em todas as relações.

O conceito de poder foi visto por muitas/os autoras/es como exercido apenas do “mais forte”<sup>8</sup> sobre o “mais fraco” e portanto algo que precisa ser identificado e denunciado no outro, não existindo grandes preocupações com a forma como ele é exercido concretamente, sua especificidade, técnicas e táticas. A compreensão foucaultiana tenciona esse

---

<sup>8</sup> Os conceitos “forte” e “fraco” neste trecho são utilizados para fazer referência a pessoas que podem estar em situações de vantagens e desvantagens sociais, políticas e econômicas em determinadas situações.

entendimento, pois estabelece que os jogos de poder nas relações humanas são uma preocupação que sugere lugares distintos de exercício, de acordo com a relação e com quem ela é estabelecida, bem como a possibilidade de reações, subversões, táticas e incorporações.

As contribuições de Foucault (1979) nos salientam que o poder não é somente repressivo. O que faz com que ele seja aceito e se mantenha é o fato de não se tratar apenas de uma força que diz “não”, o poder demanda o reconhecimento de seus discursos e saberes daqueles sobre quem é exercido.

O conceito de poder como sinônimo de dominação também vem sendo rebatido por diversas/os autoras/es. Para Guareschi (2008), o conceito de poder pode ser compreendido como capacidade de produzir algo, que é específica em diferentes práticas. Dessa forma, toda prática envolve, em certa medida, quantidade de poder. Já a dominação é compreendida como uma relação que se dá quando alguém expropria poder de outra pessoa.

Entendido desta forma, o poder não é necessariamente algo ruim. Por ser considerado também potencial para agir, criar e produzir mudanças pode ser visto também como necessário e benéfico, segundo Tomanik (2017). As violências ocorrem quando esse potencial é utilizado para impedir e/ou dificultar que outras pessoas exercitem os seus poderes.

As representações sobre violências mais frequentes em nossa sociedade, ainda segundo o autor, compreendem que uma violência ocorre quando uma pessoa ou um grupo causa danos a outra/s pessoa/s. Os dois grupos existentes (agressores e violentados) são vistos muitas vezes de forma clara e definida, sendo as violências também vistas como facilmente identificadas. Este é outro impasse na compreensão sobre o conceito, pois para Tomanik (2017), essas representações não englobam todas as formas de violências existentes e muitas vezes escondem outras violências, contribuindo para que elas permaneçam.

O caráter histórico e social do conceito de violência é outro ponto pertinente para reflexões. Um ato que é considerado violento em uma sociedade pode não ser considerado em outra, ações que anteriormente não eram consideradas violências hoje são vistas como tais, ou então, algumas pessoas podem considerar determinados atos violentos e outras não. Outro impasse para definirmos o que são violências é naturalização das mesmas. Podemos não identificar algumas violências como tais ou então identifica-las, mas considera-las habituais e/ou normais e, portanto, impossíveis de ser modificadas.

Quando uma jovem de 16 anos foi estuprada por mais de 30 homens no Morro do Barão, na Zona Oeste do Rio, no ano de 2016, diversas pessoas não consideraram que se tratava de

um estupro, pois “dos 33, 26 ela queria...”<sup>9</sup> (Murilo), “não houve estupro, ela que deveria ser presa por associação ao tráfico” (Erico Andrade) e “os meninos estão preso injustamente porque isso foi só sexo coletivo que caiu na net” (Eduardo Carvalho) ou então consideraram que se tratava de um estupro, mas merecido, pois se ela “(...) estivesse em casa ajudando os pais lavando roupa e arrumando casa e cuidando do filho e pegasse um livro de estudo não seria estuprada” (Bruno Toledo) e “se estivesse na igreja orando e louvando ao senhor nada disso teria acontecido. Segundo a bíblia e ensinamentos do meu pastor, mulher estuprada é sinal de muito pecado e dívida com Jesus Cristo, o nosso senhor. Espero que ela aprenda dessa vez” (Renato). Os comentários publicados em uma reportagem do portal G1 mostram que a potência da manutenção das violências dá-se justamente pelo fato de elas parecem naturais. Muitas vezes não as identificamos; em outras as identificamos, mas as consideramos justificáveis. O comum nas duas situações é a culpabilização das pessoas que as vivenciam.

O caráter plural das violências sinaliza outro impasse com relação às definições acerca do conceito. Em grande parte das situações, diversas violências ocorrem de forma simultânea (sendo muitas vezes impossível compreendê-las de forma isolada). Por outro lado, diferenciá-las é um ato importante, na medida em que, ao darmos nome a algo, este passa a ter visibilidade e a ser reconhecido. Podemos citar a importância da Lei 11.340/06<sup>10</sup>, conhecida como Lei Maria da Penha, contemplar cinco diferentes categorias de violências domésticas e familiares contra as mulheres: patrimonial, moral, sexual, física e psicológica. Constata-se, portanto, que a violência doméstica e familiar contra as mulheres é uma categoria de violência, mas precisa ser compreendida a partir de vieses múltiplos.

Ao realizar revisões críticas das principais referências teóricas das Ciências Sociais na área da violência contra as mulheres no Brasil, Cecília MacDowell Santos e Wânia Pasinato (2005) identificaram três principais correntes teóricas nesses estudos.

A primeira corrente é chamada pelas autoras de dominação masculina, em que a violência contra as mulheres é considerada expressão de dominação da mulher pelo homem, desconsiderando a autonomia feminina e concebendo as mulheres como vítimas e cúmplices da dominação.

---

<sup>9</sup> Os comentários aqui reproduzidos foram postados na reportagem “Polícia conclui inquérito de estupro coletivo no Rio com sete indiciados”, realizada pelo portal G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-conclui-inquerito-de-estupro-coletivo-no-rio-com-sete-indiciados.html>>. Acesso em: 20 de Jun. 2018.

<sup>10</sup> Optei por utilizar a nomenclatura de Lei Maria da Penha nas outras vezes que fiz referência a Lei 11.340/2006 por ter sido o nome pelo qual ela ficou amplamente conhecida popularmente. A linguagem jurídica é altamente excludente, portanto acredito que a popularização do nome do Lei potencializa sua aplicabilidade ao mesmo tempo que sinaliza que parte significativa da população tem conhecimento sobre ela.

O entendimento a partir da dominação patriarcal é apresentada pelas autoras como segunda corrente. Esta, de influência marxista e feminista, considera que as violências contra as mulheres são compreendidas como expressão do patriarcado. Nessa corrente, as mulheres são entendidas como sujeitos sociais autônomos, no entanto, historicamente vitimados pelo controle social masculino.

Por fim, a terceira corrente é chamada de relacional, pois relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, entendendo que, apesar das relações de poder entre homens e mulheres serem desiguais, as mulheres também exercem poder e realizam resistências. Os trabalhos de Maria Filomena Gregori, segundo as autoras, exemplificam estudos da corrente relacional

A violência para Maria Filomena Gregori (1993) consegue ser uma forma de comunicação em um relacionamento conjugal; sendo assim, pode ser uma forma de diálogo em que homens e mulheres conferem significados às suas práticas. Para a autora, as relações de poder não são fixas e imutáveis, são diálogos de forças que conferem autonomia limitada, porém participativa, às mulheres. Dessa forma, a autora desconstrói a lógica fixa de um lugar de mulher – vítima.

Neste campo de questionamento sobre as análises estáticas das relações de dominação-submissão feminina Maria de Fátima Araújo (2008) realiza críticas às contribuições por vezes universalizantes de Pierre Bourdieu (1999). Para a autora a dominação masculina não deve ser vista como algo que se reproduz de modo idêntico, pois o poder patriarcal pode se instituir de diferentes formas e as mulheres também podem desenvolver distintas formas de resistência.

Segundo a pesquisa *Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil* (Datafolha, 2017) uma em cada três brasileiras com 16 anos ou mais disseram ter sido espancada, xingada, ameaçada, agarrada, perseguida, esfaqueada, empurrada ou chutada nos últimos 12 meses. O levantamento também apontou que 40% das mulheres acima de 16 anos sofreram algum tipo de assédio, que inclui receber comentários desrespeitosos nas ruas (20,4 milhões de vítimas), sofrer assédio físico em transporte público (5,2 milhões) e ou ser beijada ou agarrada sem consentimento (2,2 milhões de mulheres).

De acordo com o *Atlas da Violência de 2018* (IPEA, 2018) no ano de 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no Brasil, o que corresponde a uma taxa de 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres. Enquanto a mortalidade de mulheres brancas diminuiu 7,4% entre 2005 e 2015, a mortalidade de mulheres negras teve um aumento de 22% no mesmo período. Já com relação à posição geográfica, enquanto o Estado de São Paulo teve uma diminuição de 35,4% no período de 2004-2015, o estado do Maranhão teve um aumento de 130,0% (Cerqueira et

al, 2018). Estas análises mostram que os dados estatísticos precisam ser analisados com cautela e considerando interseccionalidades entre raça<sup>11</sup>, classe e posição geográfica, por exemplo.

A pesquisa Violência doméstica e familiar contra a mulher (Brasil, 2015) mostrou que 49% das mulheres em situação de violência tiveram como agressor o próprio marido ou companheiro, e 21% mencionaram que foram agredidas pelo ex-namorado, ex-marido ou ex-companheiro. Ainda segundo a pesquisa, uma em cada cinco mulheres relataram que não buscaram nenhuma forma de auxílio quando vivenciaram violências. As mulheres que não realizaram denúncias relataram como principais motivos a preocupação com a criação dos filhos (24%), o medo de vingança do agressor (21%), por acreditar que seria a última vez (16%), crença na impunidade do agressor (10%) e a vergonha da agressão (7%).

É significativo sinalizar que esta pesquisa optou por pesquisar violências vivenciadas por mulheres que estão/estiveram em situação de violência doméstica e familiar, pois apesar da Casa Abrigo acolher mulheres em outras situações de violências, esta é a principal demanda da instituição. É importante salientar que o campo doméstico não é o único em que nós mulheres sofremos violências, pois elas podem também ocorrer, por exemplo, com pessoas desconhecidas e em espaços públicos, entretanto, a Lei Maria da Penha, importante marco que embasa atualmente as políticas públicas que propõem enfrentamentos as violências contra as mulheres abarca apenas as violências domésticas e familiares.

Assim como define a Lei Maria da Penha, este trabalho compreende que as violências vivenciadas precisam ser por mulheres, contudo o agressor/a não precisa ser necessariamente um homem. Contudo, os dados da Rede de Atendimento nos mostram que as mulheres que procuram os serviços foram majoritariamente violentadas por homens.

Não significa que as mulheres não são violentadas por outras mulheres nos espaços domésticos e familiares, mas os homens ainda são os principais agressores. Entretanto esta discussão propõe também reflexões sobre alguns pontos: mesmo a Lei da Maria da Penha enquadrando também situações de violências em que a agressora é uma mulher estes casos são atendidos pela Rede de Atendimento? Qual é o entendimento da maior parte de juízas/es sobre casos como este? Mesmo a Lei definindo que a pessoa violentada precisa ser do gênero e não do sexo feminino, as mulheres transexuais e travestis conseguem na prática serem protegidas por este dispositivo legal?

---

<sup>11</sup> Esta categoria é utilizada na pesquisa com base em seu valor político e social, pois mesmo não existindo diferentes raças humanas no sentido biológico, este termo foi utilizado para propor sistemas hierárquicos e legitimar desigualdades e violências.

Por fim, destaco a compreensão de violência que foi assumida no processo de realização deste trabalho, tendo como base as contribuições das/os autoras/es aqui apresentados. Esta pesquisa utilizou a perspectiva adotada pela Lei Maria da Penha, que classifica as violências em moral, plural, psicológica, física e patrimonial, pois parto do entendimento de que elas acontecem em grande parte das vezes de forma simultânea, mas nomeá-las em diferentes categorias torna-se importante no sentido de serem reconhecidas. Além da dimensão de violências definida pela Lei busquei também destacar violências que ocorrem contra as mulheres e não são consideradas descumprimentos de direitos, por ainda não existir mecanismos legais que as definam.

A compreensão de violências neste trabalho está atrelada também ao conceito de poder, entendido aqui com base no referencial teórico apresentado, como exercido e presente em todas as relações. Esta visão a respeito do conceito de poder desloca as mulheres do lugar estático de vítimas e dos homens como agressores em situações de violências domésticas e familiares.

Não significa culpabilizar as mulheres pelas violências que vivenciam ou os homens pelas agressões que cometem, mas sim compreender que existem questões estruturais e individuais que ultrapassam a visão de mulheres enquanto seres dominados e homens como dominadores.

O poder está presente nas relações cotidianas e as mulheres em algumas situações, conseguem também exercer poder sobre os homens e sobre outras mulheres. Contudo, em uma sociedade estruturalmente machista, nós mulheres, estamos situadas em uma localização diferente dos homens, mas existem outros marcadores sociais que atravessam as relações de poder.

Após apresentar a dimensão de violência encarada neste trabalho, vejo como uma ação considerável também realizar alguns questionamentos que emergem desta proposta, como por exemplo, o que é então ser mulher? O que nós mulheres temos em comum? O que nos diferencia? As considerações a seguir buscam contemplar algumas problemáticas que envolvem esses questionamentos, assim como sinalizar que, apesar de sermos mulheres, somos diversas e, portanto, diversamente afetadas pelas violências que se produzem sobre nossos corpos.

## **1.2 Pluralidades e problemáticas na compreensão do que é ser mulher**

No campo da psicanálise já fomos compreendidas como um continente negro, algo que para Freud ainda precisava ser desvendado e explorado (Molina, 2011). Não deixamos somente a cargo dos poetas os estudos sobre as mulheres, assim como Freud (1932) sinalizou e ocupamos também espaços acadêmicos com produções científicas que debruçam-se a pensar sobre nós mesmas e as aproximações e diferenças existentes entre nós. Trago neste momento algumas autoras que se debruçaram a estudar o que é ser mulher e as aproximações e distanciamentos de vivências que temos umas em relação às outras.

Já no início do primeiro volume de *O Segundo Sexo* (1949) Simone de Beauvoir inicia seu livro apresentando-se como mulher e sinaliza que, se fosse um homem escrevendo sobre a sua situação singular na sociedade, não precisaria se apresentar como homem, pois isso seria visto como natural. Nós, mulheres, ocupamos, portanto, o “não-lugar” na sociedade. A mulher é pensada em relação ao homem. Este é visto como essencial, enquanto a mulher é compreendida como o que o homem não é, ou seja, a mulher é considerada o Outro, o segundo sexo. Somos frequentemente associadas, segundo a autora, ao negativo, ao mesmo tempo em que os homens são associados ao positivo e ao neutro, tanto que, por vezes, escrevemos “o homem” como sinônimo de humanidade.

Nós não nascemos mulheres; nos tornamos. Esta ideia defendida por Simone de Beauvoir (1949) tornou-se bastante conhecida e tem como influência a corrente filosófica de pensamento da autora, o existencialismo, que entende que a existência tem prioridade sobre a essência humana, ou seja, nós mulheres não possuímos uma essência inata que nos faz mulher, vamos construindo essa identidade (ao mesmo tempo em que ela nos é imposta) a partir das relações que estabelecemos com o mundo.

Em algumas compreensões sobre a Biologia, mas não somente neste campo (vale lembrar que as ciências humanas também por vezes produz visões semelhantes), são atribuídas qualidades inatas a nós, mulheres e, com base nelas nos é atribuído também um destino. Machos e fêmeas são com frequência diferenciados em função dos seus papéis na reprodução, mas para Simone Beauvoir (1949) esta divisão das espécies em dois não é muito precisa, isto porque, na natureza, essa divisão não contempla todos os animais existentes, pois existem, por exemplo, animais chamados de hermafroditas<sup>12</sup>. Ou seja, a divisão macho e fêmea, assim como a ideia de que existem funções inatas a cada grupo, mostra-se falha também no campo das ciências biológicas. As contribuições de autoras do campo da Biologia,

---

<sup>12</sup> O termo hermafrodita tem origem da junção dos nomes de um deus e uma deusa gregos, Hermes e Afrodite. O uso do termo referindo-se à pessoas tem carga negativa e preconceituosa, desse modo, o termo intersexual é utilizado.

como Anne Fausto-Sterling (2001) também nos mostram que não apenas o gênero é socialmente construído, o sexo biológico também, ou seja, a Biologia também é social.

As contribuições trazidas por Simone Beauvoir (1949) provocaram questionamentos sobre diversas funções consideradas inatas e que são frequentemente atribuídas às mulheres. Seus apontamentos se tornaram referências nos estudos sobre as mulheres, contudo muitas contribuições dialogam ainda a partir de divisões binárias, mesmo em momentos em que ela parece realizar alguns questionamentos sobre essas divisões.

Questionando a ideia de Simone de Beauvoir (1949) de que não nascemos mulheres e sim nos tornamos, Judith Butler (2003) considera que antes de nascermos, já somos direcionadas/os para ser socializadas/os ou como homens ou como mulheres. Ao descobrir que a criança gestada possui uma vagina, por exemplo, já se imagina uma série de coisas, como quais roupas ela deverá vestir e quais não deverá, com o que vai poder brincar, quais deverão ser seus comportamentos etc. Sendo assim, antes mesmo de nascermos já existem expectativas e disposições, que de certa forma também controlam nossos corpos por meio de um discurso que nos adequa e amolda.

É preciso romper com oposições binárias ao pensarmos na categoria gênero, pois elas não contemplam todas as pessoas existentes (Butler, 2003). É necessário problematizar o conceito de sexo, pois este é muitas vezes compreendido por nós como biológico e, portanto inato, mas para Butler (2003) é também uma construção social.

Nossa sociedade estabelece relações de ordem compulsória entre sexo, gênero e desejo. Por exemplo, uma pessoa que nasce com um órgão sexual categorizado como vagina é compreendida em nossa sociedade como mulher. Para que ela esteja dentro do que é considerada norma ela deve se identificar como mulher, se interessar por homens e estabelecer relações monogâmicas. Vivências que fogem dessas normas são questionadas em nossa sociedade. Judith Butler (2003) defende a subversão e dissolução dessas associações, pois geram normas que produzem preconceitos e violências.

Aqui entramos em um impasse: como dissolver categorias binárias se estamos falando de violências vivenciadas por nós, mulheres? Judith Butler (2003) questiona a fixidez identitária a partir dos discursos engendrados, mas não nega a importância dos reconhecimentos identitários na construção de reivindicações e defesas de possibilidades de existências.

Mesmo não compreendendo gênero a partir de categorias binárias, reconhecer que as violências contra as mulheres são dirigidas contra uma categoria social específica ainda é importante, porque diversas violências que experienciamos são reproduzidas sobre essa lógica

binária, que diferencia e hierarquiza homens e mulheres, ou seja, nós experienciamos diversas violências específicas por sermos mulhees. Nesse sentido, utilizar a categoria mulheres é bastante significativo, pois o reconhecimento identitário no campo político ainda é muito importante, para que ocorram, por exemplo, ações no âmbito jurídico e sejam lançadas políticas públicas.

A categoria mulheres não deve ser compreendida como estável e/ou permanente para Judith Butler (2003). Segundo a autora, não basta à crítica feminista questionar apenas como as mulheres podem ser mais plenamente representadas na linguagem e na política, mas também deve compreender “como a categoria das mulheres, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação” (Judith Butler, 2003, p. 19).

Os movimentos feministas encontram um problema político ao supor que o termo mulheres indica uma possibilidade idêntica de existência, pois mesmo alguém sendo uma mulher, isto não é tudo o que ela é. O gênero não se constitui da mesma forma em diferentes contextos sociais e também estabelece intersecções com outras categorias, como classe, raça, etnia e sexualidade. As vivências de uma mulher pobre, por exemplo, não são as mesmas de uma mulher rica, pois mesmo as duas tendo possibilidade de vivenciar situações machistas, as mulheres pobres sofrem opressões de gênero que estão articuladas à classe.

Uma mulher empregada doméstica, por exemplo, vivencia situações de opressão diferentes da mulher que a contrata, tendo que deixar de cuidar muitas vezes dos seus filhos para cuidar dos filhos de outras pessoas, assim como cuidar de serviços domésticos de sua casa e de onde trabalha. É impossível separar a categoria gênero das intersecções políticas e culturais em que ela é produzida e mantida.

Angela Davis (1981), em “Mulheres, raça e classe”, apresenta a história das mulheres negras no período escravocrata dos Estados Unidos (que também possibilitam reflexões sobre as mulheres negras atualmente no Brasil) a partir de uma perspectiva de resistência, que foi e é pouco enfatizada em considerações sobre este período. Segundo a autora, as mulheres negras no período escravocrata realizavam serviços agrícolas tanto quanto os homens negros. Elas não eram poupadas por serem mulheres, muito menos vistas como o sexo frágil. Elas precisavam demonstrar força, tanto física para o trabalho, como também para resistir às violências que enfrentavam. Angela Davis (1981) cita a fala de Sojourner Truth na primeira *National Convention on Women's Rights* (Convenção Nacional de Direitos das Mulheres), no ano de 1850. Um dos homens presentes na reunião argumentou que as mulheres não eram

capazes de votar porque até para atravessarem uma poça de água ou entrarem em uma carruagem, precisavam da ajuda dos homens.

Sojourner Truth apontou para fora desse argumento com a simplicidade de que ela nunca foi ajudada a atravessar poças de água nem a entrar em carruagens “e não sou eu uma mulher?”. Com uma voz como um trovão ela disse “olhem para mim! Olhem para os meus braços” e enrolou as suas mangas para revelar os tremendos músculos dos seus braços. “Eu lavrei, plantei, e ceifei para celeiros e nenhum homem podia ajudar-me! E não sou eu mulher? Podia trabalhar tanto e comer tanto como um homem – quando podia fazê-lo – e suportar o chicote também! E não sou eu mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maior parte delas serem vendidas para a escravidão, e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus me ouviu! E não sou eu mulher?” (Angela Davis, 1981, p.49)

A fala de Sojourner Truth, em 1850, questiona as diferenças entre homens e mulheres, assim como pontua diferenças entre as mulheres negras e brancas. Para Kimberlé Crenshaw (2002), pesquisadora negra americana, todas as mulheres estão sujeitas às discriminações de gênero, porém outros fatores relacionados às nossas identidades também influenciam na forma como podemos vivenciar discriminações.

O marcador social gênero em intersecção com outras categorias é trazida por algumas autoras negras como Kimberlé Crenshaw (2002). Diferentes opressões não devem ser compreendidas de forma isolada ou como somas e sim, a partir do conceito de interseccionalidade. Para exemplificar o conceito de interseccionalidade, a autora utiliza a metáfora de vias de trânsito: vários eixos de poder, como raça, etnia, gênero e classe, são avenidas que estruturam terrenos sociais, econômicos e políticos. Essas vias são eixos de poder distintos, que sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas. As mulheres negras, por exemplo, são posicionadas nessas intersecções (de gênero e raça, pelo menos) e precisam negociar o “tráfego” que flui nesses cruzamentos. Por estar no cruzamento de diferentes vias, esta tarefa é bastante perigosa, pois o fluxo vem simultaneamente de várias direções, o que possibilita também que colisões ocorram com maior frequência.

Muitos estudos sobre as mulheres realizam compreensões que Kimberlé Crenshaw (2002) chama de superinclusão e/ou subinclusão. A superinclusão faz com que problemas ou condições impostas de forma específica a um subgrupo de mulheres sejam vistos como um problema de todas as mulheres e dessa forma, um problema interseccional é visto como apenas um problema relacionado à categoria gênero. Um exemplo são estudos que abarcam violências obstétricas como uma questão apenas de gênero, sem levar em consideração que

63% das mulheres mortas durante o parto são negras<sup>13</sup>, segundo o Sistema de Informação sobre Mortalidade de 2016, do Ministério da Saúde.

Já a subinclusão ocorre quando os problemas vivenciados por um subgrupo específico de mulheres não são reconhecidos como um problema de gênero, pois não fazem parte das vivências de mulheres de grupos dominantes. Como exemplo, podemos pensar nos impasses vivenciados por mulheres trans com relação ao uso do nome social<sup>14</sup> em instituições de ensino ou saúde, mesmo já existindo uma Resolução do Ministério da Educação (MEC) homologada em 17 de janeiro de 2018 autorizando o uso do nome social nos registros escolares da educação básica. Para Kimberlé Crenshaw (2002, p. 176): “Nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença torna invisível um conjunto de problemas; enquanto que, em abordagens superinclusivas, a própria diferença é invisível.”

Diversas outras mulheres negras questionaram/questionam a universalidade da categoria mulher, ou seja, a ideia de que nós mulheres somos iguais, entretanto suas considerações são frequentemente invisibilizadas dentro do campo acadêmico. Durante os meus cinco anos de graduação em Psicologia, não li nenhuma autora negra. Não significa que as mulheres negras nunca realizaram contribuições importantes para o campo da Psicologia (mesmo tendo muito mais dificuldade de acesso à academia), e sim que suas produções muitas vezes não são consideradas válidas e/ou são ameaças para a hegemonia de pessoas brancas que fazem parte das universidades.

O epistemicídio, segundo Nogueira (2012), é um processo de apagamento, colonização e assassinato do conhecimento de alguns povos, representando o racismo presente nas produções intelectuais, que negam a capacidade dos povos não brancos de produzir saber. Dentro do processo de genocídio da população negra, por exemplo, existe também o epistemicídio, que pode ser compreendido como morte simbólica de negras e negros, causada principalmente pelo apagamento de referenciais africanos e afro-brasileiros.

O epistemicídio, segundo Sueli Carneiro (2005), ocorre a partir da negação às pessoas negras da condição de sujeitos de conhecimento, através por exemplo, da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana, pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar.

Autoras como Yuderkys Espinosa Miñoso, nascida na República Dominicana, Ella Shohat, de origem iraquiana e a argentina María Lugones, são exemplos de autoras que

---

<sup>13</sup> Reportagem disponível em: <<https://revistacrescer.globo.com/Ser-mae-negra/noticia/2018/06/sermaenegra-mulheres-negras-morrem-duas-vezes-mais-por-causas-relacionadas-gravidez.html>>. Acesso em 26 out. 2018.

<sup>14</sup> Nome que homens trans, mulheres trans e travestis optam por serem chamadas/os.

propõem leituras decoloniais dos feminismos. Considero que estes apontamentos sobre decolonialidade são relevantes para este trabalho porque questionam a normatividade do saber, ou seja, aquilo que entendemos como a única possibilidade de conhecimento (geralmente branca e europeia).

As autoras citadas, assim como diversas/os outras/os autoras/es introduziram/introduzem debates sobre vivências de mulheres que estão posicionadas em locais geográficos não hegemônicos, ou seja, em países localizados fora do eixo europeu e estadunidense, por exemplo, assim como questionaram/questionam a normatividade do saber, isto é, os conhecimentos que sempre são considerados válidos, pois a produção destes é compreendida também como um artifício colonizador, que apaga resistências, saberes e vivências.

A colonialidade é a ideia de que mesmo quando países deixam de ser oficialmente colônias de outros, como no caso da Proclamação da República no Brasil, eles ainda vivenciam uma série de consequências desse processo de colonização. A colonialidade, para Yuderlys Espinosa Mignolo (2010), sugere que a matriz colonial do poder é uma estrutura complexa na qual se entrelaçam diferentes formas de controle, como os da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento.

O feminismo decolonial articula as ideias feministas com as vozes subalternas, que muitas vezes não estavam contempladas nos discursos feministas tradicionais. Para Ella Shohat (2001) é preciso questionar a história do feminismo que é considerada hegemônica e observar suas possíveis contradições. A autora entende que os feminismos também são lugares de disputa de discursos; sendo assim, segundo ela, é necessária a construção de feminismos que não sejam baseados em compreensões ocidentais civilizadoras. Por exemplo, com frequência, mulheres árabes são vistas por feministas de outros países como sofredoras e castigadas pelo machismo de seu país e, portanto, mulheres que precisam urgentemente de ações que as livrem dessas condições. Visões como esta são, na verdade, narrativas salvadoras etnocêntricas que deixam de considerar resistências e articulações destas mulheres.

Os movimentos feministas tiveram grande papel na inserção dos estudos sobre as mulheres no âmbito acadêmico. A própria separação entre militância e academia é questionada por muitas feministas, que propõem que esses espaços não devem ser vistos como opostos ou separados, pois como sinaliza Malheiros (2003 apud Martha Narvaz e Sílvia Koller, 2006) a militância está presente na academia e também se estuda e se pesquisa na militância.

As articulações realizadas por nós, mulheres, na exigência dos nossos desejos e direitos, é um enfrentamento potente, que também exigiu/exige respostas do poder público e pactos de não tolerância da sociedade com relação às opressões.

### **1.3 *Não mexe comigo, que eu não ando só*<sup>15</sup>: as articulações de nós mulheres e os movimentos feministas**

Utilizo o termo movimentos feministas no plural por entender que não existe apenas uma forma de articulação de nós mulheres e sim diversas. De certa forma, isto também configura um impasse: como retomar a história dos movimentos feministas, importantes no enfrentamento às violências contra as mulheres, se eles são uma possibilidade de leitura de acontecimentos não neutra, que contempla alguns movimentos e ao mesmo tempo que apaga as resistências de diversos outros?

A historicidade dos movimentos feministas é tradicionalmente compreendida a partir de três diferentes momentos, chamadas também de ondas. Os problemas decorrentes dessa classificação são vários, pois apagam a história de diversas mulheres, ao mesmo tempo em que as silenciam. As demandas das mulheres não eram as mesmas em diferentes culturas e suas articulações e resistências aconteceram de diversas formas e em diferentes momentos, mesmo assim, considero importante nesse momento retomar o que é compreendida tradicionalmente como “história do feminismo”<sup>16</sup> com o intuito de compreender como ela está articulada aos enfrentamentos às violências contra mulheres, mas também para questionar a sua linearidade, pois esta deixa de considerar outras possibilidades de articulações e resistências.

A chamada primeira onda, associada ao movimento sufragista atuava, segundo Branca Alves e Jacqueline Pitanguy (1985), em duas frentes: por melhores condições de trabalho e pelos direitos de cidadania. As mulheres reivindicaram o direito a melhores salários, redução das jornadas de trabalho, assim como direito ao voto. Para Branca Alves e Jacqueline Pitanguy (1985), estas foram lutas que abrangeram mulheres de diferentes classes sociais e, apesar de terem acontecido de diferentes formas em diversos países, compuseram um dos movimentos políticos de massa mais significativos do século XX. O movimento sufragista, segundo as autoras, denunciava a exclusão da participação das mulheres nas decisões públicas, mas quando o direito ao voto foi conquistado, a luta de massas foi desmobilizada.

<sup>15</sup> Bethânia, M., Pinheiro, P. C. Carta de amor. *Oásis de Bethânia*. Rio de Janeiro: Biscoito Fino.

<sup>16</sup> Aqui utilizado no singular justamente porque as divisões tradicionais muitas vezes não consideram a pluralidade dos movimentos feministas.

As décadas de 1930 e 1940 são marcadas pela preparação e eclosão de uma nova guerra mundial e, segundo Branca Alves e Jacqueline Pitanguy (1985), a afirmação da igualdade entre os sexos convergiu com as necessidades econômicas daquele período. A participação das mulheres no mercado de trabalho nesse período é amplamente valorizada, uma vez que é necessária para substituir a mão-de-obra masculina, que foi para as frentes de batalha. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, segundo as autoras, a restrição das mulheres ao espaço doméstico é fortemente reativada, pois existe o retorno da força de trabalho masculina. É importante sinalizar que diversas mulheres já trabalhavam há anos e em condições extremamente precárias, como no caso das mulheres negras no Brasil. Outro ponto é que os serviços realizados no âmbito doméstico constituem-se também em uma forma de trabalho, o que faz com que diversas mulheres tenham duplas jornadas, trabalhando dentro e fora de casa, pois quase nunca existem divisões igualitárias desses serviços entre homens e mulheres.

As mulheres incorporam outras frentes de lutas a partir da década de 1960, pois além das reivindicações relacionadas aos direitos das mulheres, as raízes culturais das desigualdades entre homens e mulheres passam a serem questionadas. Denuncia-se a crença da inferioridade natural da mulher e a mística do eterno feminino. Assim, a ideia de que homens e mulheres devem ocupar determinados papéis (comumente opostos) na sociedade é questionada. A segunda onda feminista reivindica, portanto, a igualdade em todos os níveis, tanto externo como doméstico, tendo como temas centrais saúde, sexualidade, ideologias, mercado de trabalho e violências.

A terceira onda do feminismo, comumente atribuída a partir da década de 1990, tem como reivindicações a contestação das definições essencialistas de feminilidade e a defesa de que as mulheres são plurais e possuem diferentes vivências (Martha Narvaz & Sílvia Koller, 2006). A terceira onda trouxe mudanças significativas na forma como compreendemos as mulheres e as violências vivenciadas por elas. O movimento feminista negro, por exemplo, questionou os estudos sobre as mulheres feitos até então, mostrando que as mulheres negras não eram contempladas no movimento feminista e nem no movimento negro, isto porque os movimentos feministas mostravam-se racistas e os movimentos negros, machistas. O conceito de poder ganhou espaço nas análises feministas e as divisões binárias entre homens (opressores) e mulheres (oprimidas) passaram a ser questionadas.

Autoras como Clara Hemmings (2009), Sonia Alvarez (1998) e Joana Maria Pedro (2006) abrem leques de possibilidades para questionarmos a linearidade da história dos movimentos feministas.

Em *Contando estórias feministas*, Clara Hemmings (2009) diz que estas estórias dominantes dividem o passado com o intuito de fornecer uma narrativa de progresso ou de perda, proliferação ou homogeneização.

A teoria feminista ocidental conta sua própria estória como uma narrativa em desenvolvimento, onde nos movemos de uma preocupação com unidade e semelhança, passando pela identidade e diversidade, em direção à diferença e à fragmentação. Tais mudanças são geralmente concebidas em correspondência com as décadas de 70, 80 e 90, respectivamente, e como um movimento partindo do pensamento feminista radical, socialista e liberal em direção a uma teoria pós-moderna do gênero (Clara Hemmings, 2009, p.215).

A divisão tradicional colocada em ondas feministas, segundo Clara Hemmings (2009), acaba estereotipando as diferentes décadas e coloca o pós-estruturalismo como ator principal no questionamento sobre o que é ser mulher, e este acaba sendo considerado ponto de partida para a política feminista e produção de conhecimento. Para a autora, esta visão acaba simplificando áreas do pensamento feminista que são diferentes e da disputa sobre o significado que caracteriza o debate feminista, dessa forma, por exemplo, acaba fixando a crítica racial e sexual do feminismo dentro de uma década específica, ou também “(...) como um estágio necessário, mas temporário no movimento em direção a uma noção de diferença mais generalizada, ou põe a culpa pelos males da teoria feminista nas costas da já pressionada acadêmica feminista” (Clara Hemmings, 2009, p. 216).

As estórias dominantes consideram as teóricas feministas pós-estruturalistas como as primeiras a desconstruir a ideia universal de mulher, sendo vistas, portanto como “heroínas”, por superar erros dos movimentos feministas passados. Além disso, representam a trajetória anglo-americana dentro do pensamento ocidental, forçando teorias europeias e não ocidentais a se reposicionarem nessa trajetória (Clara Hemmings, 2009). As ações dos movimentos feministas latino-americanos, por exemplo, são com frequência apagadas nas estórias hegemônicas, conteúdo que autoras latinas, como Sonia Alvarez (1998) sinaliza em seus escritos.

Clara Hemmings (2009) sinaliza que deve-se ter cautela ao realizar críticas como esta, pois a ideia de estória feminista com recorte de nacionalidade pode dar a impressão errada de que trata-se de um problema de exclusão que pode ser desfeito apenas com discussões e reformulações não ocidentais e europeias. Para a autora estas discussões e reformulações são necessárias, porém é necessário atentar-se se elas não acabam também reconstituindo mesmo sem perceber estórias dominantes, como por exemplo, quando contesta a dominação de algumas teorias feministas apontando que o futuro destas pode ser diferente, mas o passado

permanece o mesmo. Visões como esta “(...) não apenas reprime as particularidades de trajetórias diferentes, mas também escamoteia, no processo, as múltiplas diferenças dentro do pensamento feminista continental e anglo-americano” (Clama Hemmings, 2009, p.217).

Com relação ao feminismo no contexto brasileiro, Joana Maria Pedro (2006), situa a existência de uma narrativa de origem do ressurgimento do feminismo no Brasil na década de 70 que prevalece até hoje. Segundo a autora esta narrativa é também resultado de competições de poder entre diferentes grupos feministas e também de participantes da luta contra a ditadura militar, que ocorreu no entre 1964 e 1985. Nesta disputa de poder existiam dicotomias entre lutas consideradas gerais e lutas denominadas específicas ou então classificadas como verdadeiramente feministas ou não-feministas. Por conseguinte, para a autora, a forma como foram definidas datas na narrativa dominante sobre a segunda onda feminista no Brasil também contempla poderes e conflitos.

A retomada da historicidade dos movimentos feministas (assim como a contestação das histórias hegemônicas) é significativa para pensarmos como as mulheres, ao longo da história, se articularam, reivindicaram direitos e contemplaram pautas de enfrentamento às violências contra as mulheres.

#### **1.4 *Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim*<sup>17</sup>: enfrentamentos às violências contra as mulheres no Brasil**

O conceito de enfrentamento refere-se à ação de encarar algo. No caso das violências contra as mulheres, para que ocorram enfrentamentos são necessárias ações conjuntas entre diferentes setores, como o da saúde, educação, justiça, segurança pública e assistência social, que visem desconstruir desigualdades e combater as discriminações de gênero e as violências contra as mulheres, interfiram nos padrões sexistas/machistas que ainda existem na sociedade e garantam um atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situação de violências. Nesse sentido o conceito de enfrentamento não se refere apenas a ideia de combate, mas também considera dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres. (Brasil, 2012)

No Brasil, os movimentos feministas, de acordo com Maria Amélia de Almeida Teles (1993), começaram a colocar em destaque as discussões sobre violências principalmente a partir da década de 1980. A autora destaca o II Encontro da Mulher Paulista, pois a partir dele

---

<sup>17</sup> Germano, D. (2015). Maria da Vila Matilde. *A mulher do fim do mundo*. São Paulo: Circus.

foram criados os SOS-Mulher em São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, além do Centro de Defesa da Mulher, em Minas Gerais. Essas instituições eram autônomas e tinham o objetivo de atender mulheres em situação de violência, através de serviços voluntários de psicólogas e advogadas.

Nesta década foram lançadas políticas públicas no Brasil com o objetivo de enfrentar as violências contra as mulheres, por meio da constituição de serviços especializados. Alguns marcos foram importantes neste contexto, como a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, conhecida como “Convenção de Belém do Pará”, que aconteceu em 1994, promoveu o reconhecimento de que as violências contra as mulheres são violações aos direitos humanos e estabeleceu deveres aos Estados signatários, com o propósito de criar condições reais de enfrentamentos à estas violências.

Para além dos marcos legais, as mobilizações populares também estão presentes na historicidade dos movimentos feministas na luta contra as violências. A Campanha *Quem ama não mata* originou-se a partir de diversos casos de assassinatos de mulheres justificados pela justiça brasileira como “crimes de honra” e alcançou bastante visibilidade, virando inclusive título de uma minissérie produzida pela Rede Globo de televisão em 1982<sup>18</sup>. Em um plano mais recente vimos as campanhas virtuais como, por exemplo, a *#meuamigosecreto*, que no final do ano de 2015 esteve presente nas redes sociais, denunciando agressores e situações de violências. No mais, o uso das redes sociais como forma de publicitar demandas dos movimentos feministas tem se mostrado uma potente ferramenta. É o caso do movimento *#elenao* que teve início nas redes sociais durante a campanha presidencial de 2018 e reuniu milhares de mulheres na rua no dia 29 de setembro de 2018 protestando contra o candidato Jair Messias Bolsonaro, então candidato à presidência pelo Partido Social Liberal (PSL).

Segundo Maria Amélia Teles (1993), era comum na justiça brasileira a absolvição de homens que matavam suas parceiras, sob a alegação de defesa da honra. Advogados comumente atribuíam o assassinato à necessidade dos homens de defenderem sua integridade moral ao descobrirem que a parceira estava se relacionando com outras pessoas. Evidencia-se, portanto, que as violências contra as mulheres também tinham a conivência da sociedade e de autoridades policiais e judiciais.

Cecília MacDowell Santos (2008) identifica três momentos de mudanças institucionais que refletem os contextos das políticas públicas com relação às violências contra as mulheres no Brasil: a criação da primeira Delegacia da Mulher, em 1985; o surgimento dos Juizados

---

<sup>18</sup> Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/minisseries/quem-ama-nao-mata.htm> . Acesso em 23 out. 2018.

Especiais Criminais, em 1995 e a promulgação da Lei Maria da Penha, no ano de 2006. Para Cecília MacDowell Santos (2008) esses momentos não foram experiências singulares, que ocorreram em decorrência de um único fator e sim convergências de diversas forças políticas, econômicas e ideológicas que tornaram possível a emergência de novas práticas sociais e políticas. Acrescento que é preciso retomarmos a história desses marcos com certa cautela, pois a institucionalização dos órgãos que compõem a rede de atendimento não se deu da mesma em diferentes locais do Brasil, ou seja, os relatos da criação da Delegacias da Mulher em São Paulo, por exemplo, não são os mesmos todas as DEAMs existentes no território nacional.

A primeira Delegacia da Mulher, chamada de Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), foi implantada em 1985 na cidade de São Paulo. Próxima à criação da DDM encontra-se também a implantação da primeira Casa Abrigo em 1986, também no município de São Paulo. Nos anos seguintes são inauguradas em outros locais do território nacional, sendo em 1990 implantada a Casa-Abrigo de Santo André/SP, no ano de 1991 a Casa Helenira Rezende de Souza Nazareth /SP, em 1992 a Casa Abrigo Viva Maria no estado do Rio Grande do Sul e a Casa do Caminho no Ceará, no ano de 1996 a Casa-Abrigo do Distrito Federal e a Casa-Abrigo Sempre-Viva, no estado de Minas Gerais. No ano de 2011, existiam 72 Casas-Abrigo no Brasil, sendo as maiores concentrações na região Sudeste, com 25 e Sul, com 13 (Brasil, 2011).

Com sua implantação, ocorrem também mais debates acerca da criminalização das violências contra as mulheres. Na época, houve discussões e negociações entre o governo e as demandas feministas com relação aos termos do decreto que criou a primeira DDM no Brasil. O governo absorveu parcialmente propostas feministas e as traduziu em políticas públicas na área jurídica criminal, mas esta tradução também significou uma traição, pois restringiu a abordagem feminista apenas à criminalização, não permitindo a institucionalização da capacitação de funcionárias/os das Delegacias de Defesa da Mulher a partir de uma perspectiva feminista ou de gênero. Apesar de apoiar a criação das DDM, as feministas não compartilhavam das premissas essencialistas propostas pelo governo, de que as mulheres policiais seriam necessariamente solidárias com as mulheres em situação de violência (Cecília Santos, 2008).

Em 1996, houve ampliação das atribuições das DDMs, sendo decretado que elas são responsáveis por investigar delitos contra mulheres e também contra crianças e adolescentes. Com isso as DDMs passaram também a investigar crimes de abortos que tiverem ou não o consentimento da gestante. Dessa forma, as mulheres passaram a serem vistas também como

criminosas, o que fez com que as DDMs não sejam encaradas necessariamente como órgãos que atuam na defesa das mulheres. Com o passar dos anos, as Delegacias da Mulher foram implantadas em outros locais do país, sendo chamadas atualmente de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs).

As delegacias especiais mostram-se importantes, visto que, segundo Guita Debert e Maria Filomena Gregori (2002), a universalidade dos direitos mostra-se possível apenas “(...) quando a luta pela democratização da sociedade contemplar a particularidade das formas em que a opressão incide nas experiências de diferentes grupos sociais” (Guita Debert e Maria Filomena Gregori, 2002, p.10). Ainda segundo as autoras, as delegacias especiais não sinalizam que as violências se reduzem às queixas apresentadas nessas instituições, mas elas contribuem para tornar ainda mais evidente a necessidade de articulação da sociedade na reinvidicação de políticas públicas específicas.

Para Guita Debert (2006, p.17) as DDMs são “(...) uma das faces mais visíveis da politização da justiça na garantia dos direitos da mulher e uma forma de pressionar o sistema de justiça na criminalização de assuntos que eram tidos como questões privadas”.

Junto com o reconhecimento da relevância das delegacias especializadas faz-se necessária também reflexões críticas sobre seu funcionamento. Ao realizar uma investigação sobre as mudanças ocorridas nas DDMs até 2001, Maria Filomena Gregori e Guita Debert (2002) pontuam que muitas delegacias ainda constituem-se como instituições isoladas e autônomas, o que prejudica significativamente os serviços prestados por elas.

Uma preocupação apontada por Guita Debert (2006) é que as DDMs tornem-se delegacias da família, realizando um trabalho que reestabelece hierarquias e mais uma vez violenta mulheres. A defesa da família como instituição essencial para garantir uma boa sociedade tem aumentado, segundo a autora, o que trás a tona questões relativas à gênero, justiça e democracia.

Nas DDMs existentes no país, segundo Guita Debert (2006), existem diferenças na infraestrutura e nas verbas, isto é, existem algumas mais equipadas ou com verbas mais adequadas do que outras. Existem também divergências com relação ao apoio que recebem do legislativo, executivo municipal e estaduais e de organizações não governamentais, ficando dependentes de conjunturas políticas locais, que podem considerar a instituição com maior ou menor prestígio do poder político. Por fim, outro ponto destacado pela autora é que o atendimento também depende de convicções políticas e sociais dos funcionários/os.

O horário de funcionamento das delegacias especializadas também é uma adversidade no atendimento. Em muitas cidades, como ainda é no município de Maringá-PR, as DEAMs

não ficam abertas nos finais de semana e após as 18 horas, dias e horários em que mais ocorrem violências. Sendo assim, mesmo existindo a delegacia especializada, muitas mulheres não conseguem utilizar seus serviços logo após uma situação de violência, o que colabora para a desistência das denúncias.

Policiais que atuavam nas DDMs apontaram que as demandas das mulheres fazem com que as práticas cotidianas nas delegacias se aproximem mais do trabalho da assistência social do que de polícia, pois muitas, segundo as policiais, procuram a instituição com o intuito de amedrontar o companheiro, mas não querem realizar uma denúncia formal. As policiais também apontaram que quando o trabalho policial de investigação é substituído pela conciliação cria-se insatisfações, uma vez que as/os agentes policiais são treinados para um outro tipo de atividade (Guita Debert, 2006).

A visão que muitas policiais têm sobre os motivos que levam as mulheres até a delegacia, assim como a visão da função da polícia no sistema judicial afeta diretamente os serviços prestados. É possível perceber este fato se considerarmos, por exemplo, que a maior parte das queixas apresentadas são tipificadas nas delegacias como lesões corporais leves e ameaças, o que mostra que muitas policiais realizam atendimentos pautando-se na crença de que existe falta de interesse de punição do agressor e do entendimento de que a delegacia possui papel subalterno no sistema de justiça criminal.

Os Juizados Especiais Criminais (JECRIM), criados em 1995, com objetivo de aumentar o acesso da população à Justiça e possibilitar agilidade e efetividade de procedimentos na área cível e criminal. Para Santos (2008), eles não foram idealizados inicialmente como uma política pública que realizasse enfrentamentos às violências contra as mulheres, mas influenciaram no funcionamento das Delegacias da Mulher. Os JECRIMs são responsáveis por julgar crimes considerados de menor potencial ofensivo, cuja pena máxima não ultrapassa um ano de reclusão, o que enquadrava na época os crimes de lesão corporal e ameaça, frequentes em casos de violência doméstica e familiar.

Até o ano de 2005, segundo Isadora Machado (2013) não havia uma operacionalização dos serviços ofertados pela Rede de Atendimento. Com a Norma Operacional Básica de 2005 (NOB-SUAS/2005), as diferentes instâncias foram sistematizadas de acordo com nível de complexidade, o que possibilitou avanços na busca por um trabalho em rede e realmente articulado. Isadora Machado (2013) ainda destaca que a violência doméstica era sinônimo de violência física, pois outras agressões, como por exemplo, ameaças, injúrias e danos ao patrimônio não recebiam qualquer ação específica que levasse em conta a situação de violência conjugal.

Os JECRIMs, segundo Santos (2008), não se constituíram como um espaço de fortalecimento das mulheres em situação de violência. Uma década depois, em 2006, foi incluída na Lei Maria da Penha, a retirada da competência dos JECRIMs na apreciação dos casos de violências domésticas e familiares contra as mulheres. Segundo o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (2001), a maior parte dos juízes do JECRIM é do sexo masculino e não recebe treinamentos especializados para atuar frente à temática das violências contra mulheres.

No ano de 2004 foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar um projeto de lei que propusesse enfrentamentos às violências contra as mulheres, sendo coordenado pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e consultando representantes da sociedade civil e realizou debates em diversas regiões do Brasil. Este projeto de Lei foi encaminhado e transformado na Lei chamada de Maria da Penha, com o objetivo de reparar simbolicamente Maria da Penha Maia Fernandes, reconhecendo a demora da justiça brasileira para condenação de seu agressor e também a sua luta com relação aos direitos das mulheres. (Cecília Santos, 2008)

A Lei Maria da Penha entra em vigor em 2006, tornando-se um marco importantíssimo no enfrentamento as violências contra as mulheres no Brasil, trazendo as violências, vistas com frequência como assunto do âmbito privado, para o campo público. A mulher que dá nome à lei, Maria da Penha Maia Fernandes, sofreu duas tentativas de assassinato do ex-marido, sendo seu caso encaminhado em 1998 para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) devido à demora para o julgamento do agressor, que permaneceu em liberdade durante dezenove anos.

Ao escrever sobre o contexto de judicialização de violências antes da Lei Maria da Penha, Isadora Machado (2013) pontua que o crime de violência doméstica figurava, na dimensão normativo-penal, como forma qualificada do delito de lesão corporal (art. 129, §9º do Código Penal brasileiro). Antes da Lei Maria da Penha, a judicialização da violência doméstica e familiar contra as mulheres era conduzida como qualquer outro caso de lesão corporal leve contra pessoas.

Um dos avanços da Lei Maria da Penha é serem contempladas diferentes violências: psicológica, física, patrimonial, moral e sexual. Reconhecer que as violências são diversas, e não apenas físicas, é um ponto importantíssimo. Conforme Isadora Machado (2013) antes da lei não existia em nenhum nível legal brasileiro o conceito de violência psicológica com tamanha completude e complexidade. Ainda segundo a autora, a lei trás as diferentes definições de violências na tentativa de delimitar sua aplicação.

Outro ponto importante é que a lei reconhece que a/o agressor/a não precisa ser necessariamente um homem. Dessa forma, amplia-se a possibilidade das violências serem compreendidas a partir da perspectiva de gênero, como por exemplo, em casos em que existem violências em uma relação afetiva entre duas mulheres, ou também em relações familiares, como sogra e nora, ou entre cunhadas..

A Lei Maria da Penha, hoje considerada referência mundial, representa também uma conquista dos movimentos feministas, que lutaram pelo entendimento das violências contra as mulheres a partir da perspectiva de gênero, tornando-se, portanto, um marco de enfrentamento. Segundo Isadora Machado (2013) a descrição de diferentes tipos de violências na lei sinaliza também uma evolução da compreensão do conceito de violência pelos movimentos feministas brasileiros.

No campo criminal a Lei Maria da Penha também trouxe algumas mudanças, como por exemplo, agravante para os crimes que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher, como consta no art. 43 da lei, a possibilidade de decretação de prisão preventiva em caso de descumprimento das medidas protetivas de urgência e a Previsão de criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar. Conforme Isadora Machado (2013) a nova configuração da dimensão normativo-penal indica que a lei não buscou apenas o aumento de pena ao delito de violência doméstica e sim apresenta um reforço de toda uma estrutura criminalizante. Para Carmen Hein de Campos e Salo de Carvalho (2011) a lei inaugurou novas possibilidades, que extrapolam o campo unicamente repressivo.

As dimensões normativas-penais da Lei Maria da Penha precisam ser debatidas, porém faz-se necessário também considerar que o texto da lei não prevê exclusivamente ações no âmbito criminal, visando apenas a maior punição dos agressores. Por mais que as/os operadoras/es do Direito ainda tenham dificuldade para compreender que o fenômeno da violência não compreende somente o campo jurídico, segundo Isadora Machado (2013) as leituras da lei devem se estender às outras dimensões.

Passados pouco mais de dez anos desde que a lei foi sancionada, ainda há muito para avançar no enfrentamento às violências domésticas e familiares contra as mulheres no Brasil, e os serviços que já existiam antes da lei precisam ser repensados para, de fato, contemplarem as demandas das mulheres que estão em situação de violência.

É preciso reconhecer a importância das políticas públicas de enfrentamentos às violências já existentes, mas elas devem partir de perspectivas interseccionais, que considerem a categoria gênero, como também outros marcadores sociais que são, também, fundamentais.

Apenas a existência de políticas públicas e leis não significa que elas estão sendo de fato eficientes e que contemplam as necessidades de nós mulheres. Diferentes mulheres possuem desiguais acessos ao sistema jurídico, que é fundamental para que as mulheres consigam romper com as situações de violência que vivenciam.

Segundo Cecília MacDowell Santos (2008), a Lei Maria da Penha cita, em alguns artigos, outros marcadores sociais como raça, classe, orientação sexual, mas a definição de violência doméstica e familiar baseia-se apenas na categoria gênero. As mulheres que estão mais sujeitas as violências no Brasil são as mulheres pobres e negras e isso precisa ser levado em consideração quando são criadas leis de enfrentamento àquelas violências.

Maria Lígia Elias e Isadora Machado (2015) ao discutirem o conceito de liberdade<sup>19</sup> na Lei Maria da Penha refletem sobre as possibilidades deste documento legal ser um instrumento para a livre escolha das mulheres em situação de violências, buscando questionar de que forma ela pode ser encarada como fonte de direitos e obrigações, “e o que representa, enquanto canal de contestação para as relações de dominação” (Maria Lígia Elias e Isadora Machado, 2015, p.88). Para as autoras a lei não apenas regula ações e escolhas, mas também atua na construção social de um contexto estrutural e estruturante de escolhas, tendo papel importante na própria elaboração das escolhas das mulheres, pois as leituras que são atribuídas à lei, isto é, a forma como ela é interpretada e aplicada, influenciam na construção de contextos sociais que podem limitar ou oferecer novas possibilidades escolhas às mulheres em situação de violências.

De acordo com Lilia Schraiber et al (2012), a Lei Maria da Penha exigiu integralidade entre os serviços que realizam atendimentos as mulheres em situação de violência, demandando que as/os profissionais atuem de forma interdisciplinar e multiprofissional. Para as autoras, o trabalho em rede não acontece apenas pela existência de vários setores, pois eles podem apenas ser uma somatória de intervenções e não uma assistência integral de fato. As autoras defendem que os serviços de atendimento deveriam ter como princípio norteador a proteção e o cumprimento dos direitos humanos e sociais; no entanto, segundo elas, ainda existe bastante despreparo de funcionárias/os que atuam na área. Lila Gadoni-Costa e Débora Dell’Aglío (2009) defendem que a rede de atendimento a mulheres em situação de violência

---

<sup>19</sup> As autoras reconhecem as problemáticas de se definir um conceito de liberdade feminista, visto que os feminismos são diversos, assim como o conceito de liberdade, porém baseiam-se na concepção de liberdade defendida pela autora norte-americana Nancy Hirschmann, que compreende a liberdade a partir de uma perspectiva construtivista, considerada pelas autoras uma possibilidade potente para pensarmos as escolhas das mulheres que sofrem violências domésticas.

precisa estar realmente capacitada, funcionando como uma engrenagem, para que as conquistas de enfrentamento às violências se consolidem.

Nesse contexto, repensar a Política Nacional de Abrigamento é essencial, pois para que as mulheres consigam romper com as situações de violências, é necessário, em muitas das vezes, que elas deixem de conviver com o agressor/a. Apesar dos objetivos estabelecidos nas Diretrizes Nacionais de Abrigamento às Mulheres em situação de Violência (2011) pautarem a necessidade de outras possibilidades de abrigamento, as Casas-Abrigo continuam sendo a principal forma de acolhimento para mulheres em situação de violência.

### **1.5 As Casas Abrigo**

Situadas dentro das Políticas de Abrigamento no contexto de enfrentamento às violências contra as mulheres, as Casas Abrigo são instituições que possuem função de acolhimento provisório (em torno de no máximo 6 meses) para mulheres (e suas/eus filhas/os, caso os tenha e deseje levá-los) em situação de violências que estão sob risco de morte. A instituição possui caráter sigiloso, as mulheres e suas/eus filhos não podem utilizar internet e/ou telefone celular, nem sair de casa enquanto desejem continuar na instituição, apenas acompanhadas de funcionárias/os e com prévia autorização. Na Casa Abrigo do município de Maringá-PR, as crianças e adolescentes ficam fora da escola enquanto estão em situação de abrigamento, realizando atividades pedagógicas dentro da instituição, mas esta não é a mesma realidade de todas as Casas Abrigo existentes.

Segundo Bruna Miranda (2017), a medida protetiva do acolhimento institucional tem sido a principal forma de intervenção do Estado em casos de mulheres em situação de violência que encontram-se sob risco de morte. As Casas Abrigo apresentam-se como a principal instituição das políticas de abrigamento. Mesmo já existindo as primeiras unidades na década de 1980, somente na década de 2000 os serviços passaram a ser regulamentados, principalmente com a aprovação da Resolução nº 109/2009 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que tipificou os serviços socioassistenciais, incluindo os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que contemplam a oferta de acolhimento institucional de populações expostas a vulnerabilidade ou risco, como no caso de mulheres em situação de violências. Apesar de especificado como um serviço socioassistencial, o abrigamento de mulheres em situação de violências é regulamentado pelas Diretrizes

Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Violência e Risco, elaborado pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.

O Termo de Referência para a Implementação de Casas-Abrigo (2008) remete que deve-se primar pela garantia da integralidade física e psicológica das mulheres sob risco de morte, assim como de seus filhas/os, propiciando o exercício de sua condição cidadã, fortalecendo a autoestima e propiciando que elas sejam protagonistas de seus próprios direitos. À vista disto as instituições devem oferecer atendimento de forma integral e interdisciplinar às mulheres e seus dependentes, que contemplem as áreas psicológica, social e jurídica em articulação com programas de saúde, emprego, profissionalização, moradia etc.

A estrutura física mínima necessária para implementação das Casas Abrigo também é abordada no Termo de Referência:

Imóvel com dimensões adequadas de modo a garantir pelo menos 10m<sup>2</sup> por pessoa, conforme normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para abrigar o número estabelecido de mulheres e seus filhos de menor idade, incluindo espaços para as atuações profissionais, em local que favoreça a segurança e o sigilo; 2. Localização do abrigo, de preferência em área residencial, não contando com presença aparente de guaritas, placas de identificação, podendo oferecer um ambiente discreto e propício; 3. Espaço para dormitórios, onde a mulher possa acomodar seus pertences pessoais, mantendo o vínculo familiar e garantindo sua privacidade; 4. Espaços de convivência coletiva (salas de reuniões, grupos e oficinas); 5. Espaços para o refeitório e cozinha coletiva; 6. Espaço para recreação das crianças, preferencialmente contando com áreas externas; 7. Local adequado ao atendimento de primeiros socorros, guarda de medicamentos e outras ações de profilaxia em saúde; 8. Espaço para lavanderia coletiva; 9. Dependências sanitárias compatíveis com o número de pessoas abrigadas; 10. Adequação da estrutura do imóvel aos portadores de necessidades especiais, garantindo a acessibilidade; 11. Espaço adequado para a equipe técnicas e administrativas, resguardando o sigilo relativo às usuárias do serviço; 12. Infra-estrutura administrativa de comunicação e de transporte. (BRASIL, 2008, p.12)

Este documento também trás definições com relação aos recursos humanos necessários para implementação e funcionamento das Casas Abrigo. Coloca-se a necessidade de construção de equipes interdisciplinares como parte do desenvolvimento de estratégias de ações capazes de qualificar profissionais e prepara-los para uma atuação humanizada. Também é pontuada a imprescindibilidade de reuniões entre a equipe para que sejam realizados estudos de caso, formação e atualização dos profissionais (Brasil, 2008).

Ainda que as Casas-Abrigo constituam importantes locais de acolhimento e segurança, é preciso refletir sobre seu alcance e funcionamento, assim como sobre a própria necessidade de existência desta instituição na sociedade em que vivemos. Pela garantia de segurança, as mulheres não podem utilizar a internet e o telefone celular, entrando em contato com

familiares apenas com autorização de funcionárias da instituição. Suas/eus filhas/os não podem ir à escola, realizando atividades escolares dentro da própria instituição, o que conseqüentemente as/os afasta de todo o círculo social que conviviam anteriormente. Grande parte dessas filhas/os provavelmente presenciava as situações de violências e muitas vezes também era violentada/o, o que mostra a importância de serviços que também os/as contemplem, como atendimento social e psicológico.

A existência da Casa-Abrigo é um fato desconhecido por muitas/os de nós. Este desconhecimento está atrelado ao caráter sigiloso da instituição, mas o não conhecimento sobre as políticas de abrigo no enfrentamento das violências também reflete o quanto as mulheres nesta situação estão invisibilizadas, assim como as violências que elas vivenciaram e vivenciam.

O Relatório nº 1, de 2013, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), mostrou que as Casas-Abrigo ainda são pouco procuradas, principalmente por romperem vínculos comunitários e familiares, tão importantes quando há rompimento de relações violentas, além de limitarem o desempenho de atividades cotidianas. Na prática, as mulheres ficam em um local sigiloso, sem contato com pessoas de fora, o que faz com que muitas tenham a sensação de estarem presas, ou seja, a sensação de serem punidas por terem sofrido violências. Apesar de estarem longe do/a agressor/a, é necessário pensarmos quais outras possíveis violências as mulheres que estão nas Casas-Abrigo podem estar vivenciando tanto na situação de abrigo como ao saírem da Casa.

Reflexões sobre o sigilo do endereço também são importantes, pois ele não necessariamente garante a segurança. De acordo com as Diretrizes Nacionais para o Abrigo de Mulheres (2011) é preciso rediscutir a obrigatoriedade do sigilo, tendo em vista as realidades de cada local, desde que sejam assegurados outros tipos de proteção e segurança, como por exemplo, a garantia de policiais militares ou guarda municipal feminina para realizar a segurança, maior articulação com a comunidade, no sentido de comprometer os atores sociais locais com o enfrentamento da violência contra as mulheres, garantia de sistemas/tecnologia de segurança nos serviços, exigência do registro de boletim de ocorrência para permanência na Casa Abrigo no sentido de caracterizar a necessidade de proteção da mulher abrigada e de suas/eus filhas/os por parte do Estado.

Durante a situação de abrigo é necessário que a mulher encontre possibilidades de retomar sua vida, portanto é indispensável ponderar se e como as Casas-Abrigo têm possibilitado ou não essa retomada, levando em conta aspectos econômicos, como emprego e possibilidade de moradia, mas também sociais e emocionais, como a retomada de contato com

o mundo fora da Casa. O acompanhamento pós-abrigamento mostra-se também essencial, pois a saída da Casa Abrigo não significa necessariamente a certeza de que as mulheres não vão vivenciar novas situações de violência.

Após mudanças institucionais e jurídicas, como a sanção da Lei Maria da Penha, assim como avaliações sobre as violências contra as mulheres no Brasil, percebe-se a necessidade de redefinir o atendimento nas Casas-Abrigo, assim como de ampliar o conceito de abrigamento. As Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres (2011) também têm o objetivo de propor novas alternativas de acolhimento que não se restrinjam as Casas-Abrigo, como serviços de acolhimento temporário de curta duração e utilização de benefícios para abrigamento, além de estabelecerem fluxos de atendimento entre os serviços ofertados pela rede de atendimento e os serviços de abrigamento, propor diretrizes para a integração dos serviços de abrigamento no país e definir políticas regionais.

As Casas de Passagem ou Casas de Acolhimento Provisório, também fazer parte das políticas de abrigamento, porém não estão vinculadas como serviços socioassistenciais, assim como são as Casas Abrigo. Estas Casas podem oferecer abrigamento por curtos períodos para mulheres que não se encontram sob risco de morte ou então não querem ir para uma Casa Abrigo. Muitas mulheres atendidas pela rede não querem ir para a Casa Abrigo, justamente por serem estas serem sigilosas e desconhecidas, o que faz com que muitas continuem vivendo próximas ou com suas/eus companheiras/os, sob risco de sofrerem novas violências, pois mesmo em casos em que há uma medida protetiva que obriga o afastamento do agressor/a, existem riscos, já que nem sempre aquelas medidas são cumpridas. De acordo com Machado et al (2016) a instituição das Casas de Passagem no Brasil pode tomar outro e mais certo rumo se for realizada em conjunto com a institucionalização da Casa da Mulher Brasileira, pois a ideia dessa política é reunir em um só ambiente diversos serviços da rede de enfrentamento às violências contra as mulheres: apoio psicossocial, Delegacia da Mulher, Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar Contra as Mulheres, Defensoria Pública e Ministério Público, central de transportes, brinquedoteca e também o Alojamento de Passagem.

As Casas de Acolhimento Provisório ainda são insuficientes e muitas vezes vistas como desnecessárias, pela existência das Casas-Abrigo. Outras possibilidades de abrigamento ainda não são efetivadas, não existindo benefícios específicos para mulheres em situação de violência. Apesar da importância das Casas-Abrigo, são necessárias reflexões e reformulações dos seus serviços, pois muitas mulheres em situação de risco de morte ainda não os utilizam. Verifica-se ainda o não conhecimento das políticas de abrigamento, tanto por mulheres em

situação de violência, que poderiam utilizar os serviços, como por grande parte da população, sendo que a articulação com a sociedade mostra-se essencial no enfrentamento destas violências, conforme nos comprova a história dos feminismos brasileiros.

De certo modo, o sigilo e o modo e funcionamento de muitas Casas Abrigo fazem com que as violências contra as mulheres continuem sendo tratadas na esfera privada. Não mais dentro das casas das mulheres, mas nas Casas-Abrigo, o que continua gerando invisibilizando e produzindo novas violências.

Não existem ainda políticas de desabrigo bem estruturadas. Quando as mulheres e suas/eus filhas/os saem da casa podem passar por dificuldades de ressocialização, vivenciarem medos por conta das ameaças do agressor, terem dificuldades para conseguir um emprego e moradia, deste modo, seria importante a existência efetiva de medidas que visassem também a saída das mulheres das Casas Abrigo.

## **1.6 A rede de atendimentos às mulheres em situação de violência de Maringá-PR**

A Casa Abrigo Edna Rodrigues de Souza, instituição onde ocorreu a pesquisa, está localizada no município de Maringá, PR, em vista disto, considero significativo realizar também um recorte geográfico e abarcar algumas considerações sobre a rede de atendimento às mulheres em situação de violência do município.

Maringá é a terceira maior cidade do Paraná, com 417.010<sup>20</sup> habitantes. A cidade foi fundada em 1947 pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e em poucos anos foi se consolidando como um importante centro populacional e econômico.

A Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher foi inaugurada no município de Maringá em 1986. O Conselho da Mulher (CMM) foi instituído em 1996, tendo nova reformulação em 2001 e 2004. Em 2001 a Assessoria Municipal da Mulher foi criada e em 2005 a Secretaria Municipal da Mulher. A Casa Abrigo e o Centro de Referência foram criados em 2006 (Fujikawa, 2013).

O Centro de Referência e Atendimento à Mulher Maria Mariá (CRAMM), que passou a funcionar em 2006, é vinculado administrativamente ao órgão gestor das políticas para mulheres do município de Maringá, representado pela Secretaria da Mulher. A administração e controle orçamentário da instituição estão vinculados ao poder executivo municipal, dessa forma a gestão e coordenação são frequentemente alteradas, pois tratam-se de cargos de

---

<sup>20</sup> Segundo estimativa IBGE/2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maringa/panorama>. Acesso em: 29 out 2018.

confiança. As trocas de gestão são um dos desafios enfrentados, pois interferem na continuidade dos serviços (Carolyne Morais & Daniele Casagrande, 2017).

A Casa Abrigo Edna Rodrigues de Souza é vinculada à Secretaria da Mulher. O CRAMM, também veiculado à Secretaria, trabalha articulando-se também com a Casa Abrigo. O orçamento para custeio e manutenção do CRAMM, assim como da Casa Abrigo, é financiado principalmente pela prefeitura do município, mas também recebe subsídios do Estado (Carolyne Morais & Daniele Casagrande, 2017).

Eliane Maio e Crishna de Andrade (2015, apud Carolyne Morais & Daniele Casagrande, 2017, p.136)) coordenaram pesquisas em instituições do Município de Maringá que resultaram no livro *Observatório de Violência de Gênero: entre políticas públicas e práticas pedagógicas*. Dentre as instituições pesquisadas estava também o CRAMM. Foi possível perceber através de entrevistas que as funcionárias da instituição não passaram por capacitações formais sobre a implementação da Lei Maria da Penha.

Ainda sobre a rede de enfrentamento as violências contra mulheres no município de Maringá, acrescenta-se a criação da Patrulha Maria da Penha em setembro de 2017, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e apoiar mulheres em situação de violência que possuem medidas protetivas. Em setembro de 2018, com um ano de funcionamento, já haviam sido realizados 918 ocorrências, sendo registrados 240 flagrantes e 09 mandatos de prisão.

Maringá é, portanto, uma cidade referência, pois contempla diversos serviços e órgãos de Rede de Atendimento. A Casa Abrigo Edna Rodrigues de Souza, atrelada a todos estas outras instituições que compõe a Rede, é indispensável para o acolhimento das mulheres maringaenses e também de diversas outros municípios da região.

## **CAPÍTULO 2 – EXISTO, LOGO SINTO: O CAMPO TEÓRICO E METODOLÓGICO DOS AFETOS**

As discussões realizadas no primeiro capítulo tiveram como objetivo traçar o campo empírico, político e teórico que é base deste trabalho. Com ele, tive o intuito de apresentar o que compreendo como violências contra e as mulheres, sinalizar a importância e potencialidade dos enfrentamentos a essas violências, e demarcar a necessidade de reflexões e revisões das políticas de abrigo, como as Casas Abrigo, essenciais no rompimento de situações de violências. Neste capítulo, pretendo realizar algumas considerações sobre a potencialidade dos estudos sobre os afetos e como eles podem colaborar para pensarmos as discussões realizadas anteriormente.

Quais são os afetos vivenciados no processo de abrigo? Quais perpassam a situação de violências contra as mulheres? Quais estão relacionados a aspectos institucionais da Casa? Que sentimentos podem existir quando uma mulher opta por ir para instituição? Quais estão atrelados à saída da instituição? Quais são os afetos vivenciados durante a estadia na Casa?

As respostas para estes questionamentos podem ser várias, isto porque diversos sentimentos podem existir nessas situações, porém buscar conhecer alguns deles pode proporcionar conhecimentos significativos para (re)pensarmos as políticas de abrigo para mulheres em situação de violências, identificando potencialidades e limitações dos serviços ofertados.

Nesse sentido, os afetos neste trabalho são considerados perspectivas teóricas e, ao mesmo tempo, metodológicas, pois servirão também para embasar nossas análises. Não pretendemos aqui apresentar uma teoria sobre os afetos e posteriormente buscar aplicá-la na prática, mas sim identificar de que forma os estudos sobre os afetos podem possibilitar análises potentes para pensarmos os enfrentamentos às violências que nós mulheres vivenciamos.

Este trabalho realiza diálogos entre diferentes áreas de conhecimento, mas é importante demarcarmos que trata-se de um trabalho no campo da Psicologia. Essa demarcação faz-se necessária devido ao fato de que, apesar dos afetos já terem sido tema de diversas pesquisas nesta área, a forma como os compreendemos aqui ainda é pouco pesquisada. Sendo que “um tema muito mal tratado na perspectiva psicológica foi o da emoção (...). As emoções não deixaram de ser nunca um epifenômeno de outros processos, e

têm aparecido sempre associadas ao biológico ou ao social, mas sem um *status* próprio” (González Rey, 2000, p. 135).

Este trabalho não tem a pretensão de medir numericamente a intensidade dos afetos ou definir todos os afetos possíveis de serem sentidos em uma determinada situação. Nosso olhar aqui está voltado para o sujeito, o que com frequência não ocorre em diversas pesquisas sobre o tema no campo da Psicologia.

## **2.1 Afinal, os que são os afetos?**

Como você definiria o que são os afetos? Com frequência esse conceito é utilizado como sinônimo de sentimentos ternos de afeição por algo ou alguém. Neste momento, realizo o convite para pensarmos os afetos para além dessa definição, tendo em vista também alguns impasses teóricos e metodológicos de estudos sobre o tema.

Alguns autores/as compreenderem que existem diferenças entre os afetos, emoções e sentimentos; eu os utilizarei aqui como sinônimos, com base também nas considerações propostas por Agnes Heller (1999) que serão discutidas no decorrer deste capítulo.

Os afetos têm sido tema de reflexões há muito tempo. Autores como René Descartes, Jean-Paul Sartre e Charles Darwin escreveram considerações acerca do conceito, o que também sinaliza que trata-se de um tema discutido em diferentes áreas.

No campo da Psicologia autores de diferentes abordagens teóricas como Sigmund Freud, Willian James, Melanie Klein, Lev Vygotsky, Jean Piaget e Burrhus Frederic Skinner, escreveram de forma direta ou indireta sobre os afetos em suas obras. Apesar disso, acredito que a Psicologia ainda tem estudos insuficientes sobre os afetos, isto porque, esse tema esteja presente em diversas discussões, poucas vezes nos preocupamos em aprofundar nossos conhecimentos sobre ele.

Devido ao fato de não existir uma definição universal sobre os afetos, é mais adequado falarmos sempre sobre o que é o afeto para determinado/a autor/a. Este trabalho terá como norte teórico as contribuições da filósofa húngara Agnes Heller (1999). A escolha da autora não se deu ao acaso. A grande potencialidade e ao mesmo tempo o enorme desafio da obra da autora é o fato de ela compreender que sentir, pensar e agir não são ações separadas. Digo desafio, pois com frequência realizamos cisões ao falarmos sobre essas atividades e estabelecemos relações causais entre elas. A separação das partes para entender um fenômeno é uma herança da modernidade que ainda carregamos, mas para Agnes Heller (1999) não

podemos nos propor a estudar os afetos sem estudar também os pensamentos e ações. Nesse sentido, acreditamos que as contribuições da autora são potentes para pensarmos os afetos vivenciados por mulheres que estão nas Casas Abrigo.

## **2.2 A teoria dos sentimentos de Agnes Heller (1999)**

Inserir aqui as considerações de Agnes Heller (1999) sobre os afetos não é uma tarefa simples, isto porque não pretendo utilizar recortes de suas afirmações visando realizar um resumo de seus apontamentos, e sim introduzir contribuições a partir da obra da autora que dialoguem com as perspectivas deste trabalho. O estudo dos afetos, ao discutirmos violências domésticas e familiares contra as mulheres, mostrou-se extremamente potente, pois nessas situações de violências são estabelecidas diversas implicações, que são individuais e coletivas. O ofício de dialogar com a obra de Agnes Heller (1999) me convida a lançar sobre suas considerações olhares que possibilitam a compreensão de sua teoria, mas que exigem também que eu me liberte de Agnes Heller (1999) para escrever um texto de minha autoria, embasado em suas contribuições.

Um primeiro problema que enfrentei foi o da tradução. Agnes Heller é uma autora húngara e seu livro *Teoria de los Sentimientos (Theory of Feelings)* não possui tradução para o português. A língua de um país está relacionada também com a cultura e as relações estabelecidas nele, sendo assim, algumas considerações e interpretações podem ser perdidas e/ou modificadas com as traduções e é importante estarmos atentas a este fato.

Para Agnes Heller (1999), sentir é estar implicada/o em algo. Essa afirmação pode inicialmente parecer redundante, mas não é. A implicação, para Agnes Heller (1999), é o afeto. Estamos o tempo todo em contato com o mundo e com nós mesmas/os e os sentimentos são os efeitos produzidos em nós por estas relações.

Diferente de propostas anteriores, como as de Darwin (1872/2009), que consideravam que existiam estímulos e respostas no entendimento sobre os afetos, para Agnes Heller (1999) sentir é sempre sentir em relação a algo ou alguém, dessa forma existem dimensões individuais e coletivas, pois somos nós enquanto sujeitos que sentimos, mas ao mesmo tempo os afetos também são sociais e interpretados. Este algo com que me relaciono não precisa ser necessariamente uma pessoa, pode ser também um objeto, outro animal, outro afeto e não precisa necessariamente possuir existência concreta. Várias vezes nos vemos angustiados e não sabemos dizer o motivo ou então sentimos medo ou ciúmes em situações que outras pessoas nos alertam que não deveríamos sentir. Apesar de essas situações retratarem algo que

não existe concretamente, sem dúvidas elas existem psiquicamente para nós e nos vemos implicadas/os nelas.

Bader Sawaia (1994), apoiada nas contribuições de Agnes Heller, diz que quando estamos implicadas/os em alguém/algo, avaliamos os significados que este possui para nós e assim nos aproximamos ou nos afastamos dele. Os afetos não são pulsões naturais, são representações culturais, que expressam singularidades e significações sociais complexas. A felicidade e a liberdade não possuem necessariamente relação com a capacidade de sentirmos e manifestarmos afetos, pois os sentimentos também são ideologizados e disciplinados socialmente.

Como dissemos, para Agnes Heller (1999) ação, pensamento e sentimento constituem um processo unificado. Durante nosso desenvolvimento, elas se diferenciam funcionalmente ao mesmo tempo em que se reintegram mutuamente, dessa forma, não existe pensamento sem sentimento. É ingênuo pensarmos que somos capazes de raciocinar sem afetos ou dizermos que tomamos uma decisão baseadas/os apenas na razão e não na emoção. Mesmo não sendo possível compreender emoção e razão de forma separada, frequentemente fazemos essa divisão em nossos cotidianos. Falar sobre nossas ações, pensamentos e afetos isolados é inclusive bem visto socialmente, pois quando não fazemos isto somos consideradas/os fora da normalidade. A diferenciação entre agir, pensar e sentir se dá, segundo Agnes Heller (1999) com o desenvolvimento, principalmente com a aquisição da linguagem.

O que nos afeta não está separado da transformação social, portanto, a afetividade é ato ético-político, ou seja, capaz de transformar e de ser alterada por outros processos psicossociais (Lima, Bonfim & Pascual, 2009). Essa afirmação realizada pelos autores sinaliza que nossos afetos não estão separados de nossas atuações profissionais e que quando dizemos que sentimos algo, estamos também assumindo posicionamentos políticos e sociais.

Para Agnes Heller (1999), os afetos são plurais. Nós não possuímos apenas um afeto e podemos definir de diferentes formas um afeto com o mesmo nome. Somada a essa questão, diferentes línguas se referem a afetos de forma diferente. É o caso da palavra *saudade*, pois esta é considerada uma das palavras mais difíceis de traduzir para outro idioma, visto que em outros idiomas não existe uma palavra específica que contemple o seu significado, tal como nós o consideramos

De acordo com Agnes Heller (1999), a intensidade de cada afeto é o nosso grau de envolvimento com aquilo que o produziu. Segundo a autora, quanto maior é o envolvimento com algo, maior também é a intensidade dos afetos. Isso significa que acontecimentos cotidianos, como escovar os dentes em nossa sociedade, por exemplo, tendem a gerar afetos

menos intensos. Entretanto existem atividades do nosso dia a dia que podem ser muito agradáveis ou detestáveis e dessa forma também trazem afetos intensos.

Em teoria, a intensidade dos afetos pode variar de zero ao infinito, porém, segundo Agnes Heller (1999), a biologia e a vida social não permitem que isso aconteça. Os limites da implicação, de acordo com a autora, tem relação com o organismo, pelo fato de existirem limites orgânicos, que variam de um indivíduo para o outro e também possuem relação com as circunstâncias sociais, que variam em diferentes sociedades, sendo regulados pelos costumes e ritos sociais.

A cultura está em constante transformação. Nós a estamos continuamente modificando, ao mesmo tempo em que ela nos modifica. As contribuições de Agnes Heller (1999) sinalizam que as culturas também estabelecem os conjuntos de afetos que são reconhecíveis e vivenciáveis, as condições e momentos para demonstrá-los e os modos desejáveis e inaceitáveis de vivência e expressão deles. Os padrões culturais não são os mesmos para diferentes pessoas de uma mesma cultura. O medo, por exemplo, é considerado em muitas culturas um afeto inaceitável para alguns homens, porém aceitável para algumas mulheres. Digo algumas mulheres e alguns homens, pois a categoria homem e mulher não são universais. A imagem de que as mulheres devem ser sensíveis, calmas e dóceis, por exemplo, não contempla as mulheres negras, conforme já inferido nas páginas anteriores.

Para Agnes Heller (1999), as pessoas nem sempre expressam o que realmente sentem, muitas vezes dizem ou tentam exprimir aquilo que é previsto e bem aceito pela sociedade à qual pertencem. Alguns sentimentos são associados a situações específicas e entende-se que todas as pessoas deveriam senti-los. Por exemplo, quando alguém morre, em nossa sociedade, entende-se que as pessoas próximas devem sentir extrema tristeza; ao mesmo tempo, estabelecemos um tempo limite para o luto, inclusive em manuais de diagnóstico dos transtornos mentais.

Nossa sociedade também distingue os sentimentos entre bons e maus. A lógica cristã tem grande influência nessa forma de compreender e de classificar os sentimentos. Sentimentos como fraternidade, amor e compaixão são colocados como bons, mesmo que a pessoa que os prega não tenha ações condizentes com eles ou que estas práticas envolvam, eventualmente, modos sutis de dominação.

Outra dificuldade é a interpretação que fazemos sobre os afetos que as pessoas parecem estar ou nos dizem que estão vivenciando. Por exemplo, podemos interpretar que uma pessoa está triste, porém essa interpretação está baseada no que nós considerados como tristeza e pode não corresponder necessariamente ao que a pessoa está experienciando. Para

Agnes Heller (1999), apesar de podermos controlar nossas emoções quando não desejamos demonstra-las, não é possível não demonstrarmos nenhuma expressão, pois até um rosto chamado de “sem expressão”, na verdade, está expressando algo. Todo sentimento, em maior ou menor grau, é expressão.

Os afetos, segundo Agnes Heller (1999), não são naturais, são criações humanas. Os afetos não podem ser vistos como símbolos ou coisas, mas devem ser tratados como síndromes<sup>21</sup>. Mesmo os afetos mais simples, segundo Agnes Heller (1999), são formados por componentes heterogêneos, ou seja, por diferentes elementos. Pode-se pensar, portanto, que os afetos na realidade não são os mesmos, independentes do momento e de quem os vivencia, eles são aquilo em determinado momento. A partir das considerações de Agnes Heller (1999), pode-se pensar também que os afetos nunca são isolados, sendo assim, pois a presença de um afeto interfere em outros afetos.

Segundo Agnes Heller (1999), ainda, os afetos podem variar em intensidade e profundidade. Com relação à intensidade, pode-se pensar a comparação entre o mesmo afeto (ou afetos semelhantes) em diferentes momentos e com relação à profundidade pode-se pensar no quanto determinado afeto envolve minha atenção.

Muitas teorias sobre os afetos os relacionam com o conceito de motivo. A questão sobre o que motiva o homem é para Agnes Heller (1999) sem fundamento, pois as pessoas não são seres inertes, o caráter ativo é parte de nossa essência. Para a autora, quando perguntamos sobre o motivo de algo já estamos partindo de um ponto vista, como, por exemplo, não perguntamos o motivo pelo qual uma mãe educa seus filhos e sim o motivo pelo qual ela não educa. O que queremos saber nesse caso são os fatores que explicam uma ação que se desvia da moral. O nosso sistema de referência, segundo Agnes Heller (1999), são os valores considerados válidos em geral, ou seja, se determinada ação corresponde aos nossos valores preferenciais, nós não perguntamos o motivo. Ainda segundo a autora, quando alguém realiza uma ação que não corresponde ao caráter que julgamos que ela tem, nós também perguntamos o motivo.

Segundo Agnes Heller (1999) ao nos relacionarmos com o mundo, ocorrem processos de interiorização, objetivação e auto-expressão. Para a autora, os três são simultaneamente ação, pensamento e sentimento. De acordo com Agnes Heller (1999), sentimos desde que nascemos. Mesmo não pensando sobre o que sentimos ou sabendo diferenciar sentimentos, o recém-nascido sente. A expressão de sentimento no momento que nascemos, marca a ruptura

---

<sup>21</sup> Síndrome é aqui compreendida como um conjunto de causas, interações e efeitos. (HELLER, 1999).

com a natureza, pois a partir daquele momento o bebê entra em contato com o mundo. Sendo assim, a capacidade de sentir não é algo adquirido, temos a capacidade de sentir desde que nascemos, porém os sentimentos são aprendidos.

Não existe conhecimento, lembrança e percepção sem sentimento, de acordo com Agnes Heller (1999). Os sentimentos sem dúvidas influenciam na lembrança que temos de algo ou alguém. O que fica armazenado e o que é excluído de nossas memórias são definidos pelos afetos, sendo assim a memória é também uma interpretação e não um registro fiel e contínuo. Por exemplo, se estou com raiva de alguém é possível que eu me lembre de um acontecimento com ela de um modo bastante repulsivo.

As contribuições de Agnes Heller (1999) mostram que os afetos são significativos ao buscarmos entendimentos sobre ações e escolhas, pois é impossível realizar cisões entre eles. Tendo em vista esse entendimento, o olhar para os afetos no processo de abrigamento mostrou-se significativo para compreendermos as possibilidades de experiências que envolvem a Casa Abrigo

### **2.3. Os objetivos**

Meu processo de investigação teve inicialmente o objetivo de compreender os afetos vivenciados pelas mulheres em situação de violência que passavam pela Casa Abrigo Edna Rodrigues de Souza, no município de Maringá, estado do Paraná.

A princípio meu entendimento era de que as mulheres que estavam na casa vivenciavam diversos afetos e meu trabalho seria ir até lá, conversar com elas, ouvi-las e, a partir daí, tentar identificar estes afetos, buscar compreender os processos de suas elaborações e vivências e compor o que poderia ser um quadro de tendências, que mesmo sem abranger todos os afetos vividos por aquelas pessoas, antes, durante e possivelmente depois da sua situação de abrigamento, nos permitisse ter alguma ideia sobre as experiências afetivas presentes no processo.

Em busca desses objetivos, contando também com a colaboração da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Isadora Vier Machado, mantive contatos com a psicóloga que atua na Secretaria da Mulher do município de Maringá e obtive permissão e apoio para realizar duas visitas à Casa Abrigo. Lá conheci, convivi e dialoguei com as pessoas que estavam, na época, abrigadas.

Foram contatos e experiências intensas e enriquecedoras, mas que me levaram a repensar meus objetivos iniciais. Desde o início eu sabia que minha subjetividade e meus

afetos também exerceriam papéis importantes, no processo de pesquisa, desde o momento da eleição do tema e especialmente no momento da interpretação das informações que as mulheres abrigadas me fornecessem. No decorrer da pesquisa, porém, este processo de comunicação, as condições de realização das conversas e o envolvimento, não mais como estagiária, mas como uma espécie de observadora externa dos processos ou das tentativas de enfrentamento das violências domésticas contra as mulheres me fizeram repensar meus objetivos e meus posicionamentos como pesquisadora.

Antes de mais nada, esta mudança teve a ver com a dificuldade de compartilhamento pleno dos afetos. A expressão de um afeto nunca é completa e inequívoca. Aquele que vivencia um afeto interpreta o que sente a partir de seus conhecimentos prévios, das convenções culturais que compartilha e de seu repertório linguístico. Assim não podemos ter certeza de que aquilo que ele expressa corresponde efetivamente (ou quanto corresponde) ao que experienciou. Quem recebe a comunicação realiza processos semelhantes.

Assim, compreendi que os afetos que identifiquei e traduzi nas conversas que tive com as mulheres são ou podem ser pressuposições minhas sobre o que elas tentaram expressar, e essas pressuposições foram elaboradas a partir também dos meus afetos, em um processo que envolvia a expectativa e o desejo de que eu apreenderia os afetos delas.

Seria incorreto, então, supor que meu trabalho tratava dos afetos das mulheres abrigadas na Casa. O que obtive, ou produzi, foram afetos que eu percebi nas vivências que tive com elas. As mulheres que estavam na Casa Abrigo durante minhas visitas eram diversas, suas histórias de vida eram distintas, haviam passado por diferentes situações de violências doméstica e familiar. Essas diferenças existentes fizeram-me perceber também que os afetos possíveis de serem vivenciados por elas eram muitos e dependem de cada conjunto de circunstâncias, pessoas e momentos.

Inicialmente tive o entendimento de que as mulheres em situação de abrigo eram sujeitas que estavam naquele momento na Casa Abrigo, contudo, durante o processo de pesquisa, percebi que as mulheres eram também parte instituição, ou seja, elas estavam vivendo o abrigo, construindo e reconstruindo possibilidades de vivenciar essa situação e não apenas sofrendo um processo no qual eram participantes inertes.

O processo de investigação fez também com que eu percebesse que os afetos envolvidos não eram apenas das mulheres em situação de abrigo, mas também de outras pessoas envolvidas nestes processos, como suas/eus filhas/os e as funcionárias da instituição.

Diante deste quadro, meu objetivo com a pesquisa tornou-se compreender afetos que perpassam todo o processo de abrigo, isto é, os possíveis afetos que envolvem a situação de violências doméstica e familiar e a tomada de decisão de ir para a Casa, a estadia na instituição, as expectativas futuras e de saída do local e os possíveis afetos com relação as diretrizes de funcionamentos das Casas, como suas políticas e regras. Para isto, foi necessário realizar algumas mudanças de percurso, sendo adotados novos procedimentos que não contemplassem apenas as conversas informais que tive com as mulheres nas duas visitas que fiz à instituição. Mesmo buscando privilegiar os possíveis afetos vivenciados pelas mulheres busquei abarcar também outras/os sujeitas/os existentes e participantes deste processo, como suas/eus filhas/os, as funcionárias e eu (durante os dias em que realizei as visitas).

## **2.4 Discussões metodológicas**

### *2.4.1 Os afetos de quem estuda os afetos: subjetividades de uma pesquisadora em campo*

Na ciência moderna, conhecer é sinônimo de descrever a vida “como ela é”, ou seja, alega-se a imparcialidade da ciência. Para isto faz-se necessária total separação entre a pessoa que realiza a pesquisa e o objeto de estudo, além da defesa de métodos rígidos e prescritos. Esta pesquisa contesta e diverge dessa visão, uma vez que estudar os afetos como os compreendemos nesta investigação é também defender a não neutralidade científica.

Esta pesquisa é uma possibilidade de análise e não é isenta de posicionamentos políticos e sociais. É com base nessas compreensões que realizamos constantes reflexões sobre a metodologia que adotariamos neste trabalho e deste modo, ela foi sendo (re)construída também durante o nosso processo de investigação.

Compreendo que somos sujeitos investigando sujeitos e não objetos. Os sujeitos pesquisadores e sujeitos investigados possuem, por exemplo, cor, classe, gênero e sexualidade, que não podem ser apagados. Como romper com o lugar de pesquisadora/psicóloga/especialista que me é colocado (e no qual muitas vezes, mesmo sem

perceber, eu me coloco), sem ao mesmo tempo deixar de considerar o que me aproxima e o que me afasta das mulheres que estavam na Casa Abrigo?

Foi preciso pensar o meu lugar no processo de pesquisa, reconhecendo os lugares que já ocupei e que atualmente ocupo, e também como instrumentalizar isso de acordo com meus posicionamentos políticos, sociais e pessoais. Inserir-me no processo de pesquisa é pensar também os lugares que ocupo atualmente. Se a Universidade já foi um sonho distante para mim, hoje é uma realidade que me traz diversas possibilidades.

Os modos como entendemos e problematizamos (ou não) determinados aspectos da vida social influenciam a forma como os investigamos e conseqüentemente nos resultados que obtemos. A suposta imparcialidade científica negligencia formas de vida e experiências das mulheres. Assim como Martha Narvaz e Sílvia Koller (2006) colocam, não é possível a teoria, métodos e resultados de uma pesquisa serem isentos de aspectos epistemológicos, ideológicos e éticos.

Realizar uma pesquisa feminista não é apenas inserir a categoria gênero no processo de pesquisa, mas também refletirmos sobre os pressupostos epistemológicos, históricos, políticos e sociais que a embasam.

Este trabalho não pretende dar voz às mulheres em situação de abrigamento, pois estas já falam há tempos (inclusive através de silêncios), mas sim contribuir para que suas vozes sejam ouvidas.

Considero que as contribuições de Gayatri Spivak (2010) dialogam com as pretensões desta pesquisa. A autora questiona os discursos hegemônicos e também nossas crenças enquanto leitores e produtores de saber e conhecimento. Para a autora, a/o intelectual que julga poder falar pelo outro reproduz estruturas de poder e opressão. A tarefa da/o pesquisadora/r é criar espaços por meio dos quais os sujeitos subalternos possam ser fato ser ouvidos.

Não pretendo falar pelas mulheres. Esta tarefa não é simples, pois embasamos a produção de conhecimento sobre a lógica de discursos de poderes e para rompermos com eles é necessário persistirmos em caminhos novos, que contemplam também reconhecimentos de privilégios e ações que visem enfrentar diferentes tipos de opressão. Outro aspecto é que seria ingênuo e desonesto dizer que esta pesquisa vai conseguir contemplar o que as mulheres disserem em sua totalidade, como se meu papel enquanto pesquisadora fosse neutro a ponto de caber-me apenas o papel de “recolher” estas falas. Acredito que as contribuições da de Gayatri Spivak (2010) contribuem no sentido de promover uma reflexão contínua e atenta

com o processo de pesquisa e escrita, em que eu assumo também que minhas interpretações e traduções com relação aos afetos vivenciados por elas faz-se presente.

Com base nesses pressupostos, não posso e não pretendo me propor a estudar os afetos sem reconhecer o meu não distanciamento com o tema estudado e com o processo de pesquisa. Propor-me a estudar os afetos das mulheres que estão na Casa Abrigo é também dispor-me a estudar meus afetos.

#### *2.4.2 O método: vias possíveis no processo de pesquisa*

Para conhecer mais sobre os afetos vivenciados pelas mulheres na Casa Abrigo “Edna Rodrigues de Souza” realizei duas visitas na instituição. Durante as visitas realizei conversas informais com as mulheres que estavam na instituição e partir destas conversas busquei identificar os afetos vivenciados por elas, partindo de categorias operadas pelo discurso delas e também identificando e nomeando possíveis sentimentos. Como embasamento teórico para compreensão e análise dos afetos utilizei as contribuições de Agnes Heller (1999).

A escolha pelas conversas informais não se deu a priori, mas sim durante nosso processo de investigação, por esta razão acredito ser significativo retomar os acontecimentos que fizeram com que nós escolhêssemos alguns caminhos nesta trajetória.

Eu e meu orientador, Prof<sup>o</sup> Dr. Eduardo Augusto Tomanik, resolvemos chamar a minha primeira visita na Casa Abrigo de “pré-teste”, tanto para sabermos como eu seria recebida por elas, quanto para perceber como eu me sentiria na Casa.

Combinamos que eu me identificaria para elas como uma estudante<sup>22</sup> que está realizando um trabalho sobre a Casa e os sentimentos experienciados pelas mulheres que estão nela. Estabelecemos que eu entraria com os sentidos abertos e que meus afetos também entrariam em análise. Decidimos que eu faria um diário de campo, onde eu registraria as impressões que o ambiente e as pessoas me causariam, as relações que elas estabeleceriam entre elas, com as/os funcionárias/os e também comigo.

Na primeira visita permaneci na Casa em torno de vinte e quatro horas, entrando pela manhã e saindo no outro dia e na segunda cheguei pela manhã e sai por volta das dezoito horas.

---

<sup>22</sup> A opção por “estudante” e “trabalho” ao invés de “mestranda” e “pesquisa” se deu por acreditarmos que estas palavras se aproximam mais da realidade vivenciada pelas mulheres, o que possibilita também que elas compreendam melhor a minha proposta de trabalho na instituição e nos possibilite maiores proximidades.

Quando sai da minha primeira visita entendemos que ela não foi um pré-teste para a pesquisa e sim já era parte de nosso processo de investigação, pois as conversas que pretendíamos estabelecer futuramente já haviam acontecido, de maneira informal. Entendemos que as conversas não precisavam necessariamente de um roteiro com perguntas já prontas ou um local e momento reservado para que acontecessem.

Resolvemos não delimitar anteriormente a forma como realizaríamos a pesquisa, justamente pelo fato de eu não conhecer a instituição, não saber como elas reagiriam com a minha presença e como eu me sentiria. Com a primeira visita que realizamos na Casa vimos a potencialidade das conversas realizadas de modo informal. Mesmo sem me dar conta anteriormente, desloquei-me do lugar que é frequentemente atribuído a uma psicóloga pesquisadora.

Definimos que a minha segunda visita na Casa dar-se-ia da mesma forma, ou seja, eu me focaria nas conversas que surgissem a partir das vivências na Casa. Nesta ocasião passei a manhã e a tarde na instituição, mas não consegui passar a noite, pois tinha um compromisso na manhã do dia seguinte<sup>23</sup>.

As reflexões com relação à opção pelas conversas informais surgiram com maior profundidade após o meu exame de qualificação. Nele foi-me sugerido que eu realizasse outras visitas na Casa, caso eu quisesse manter meu objetivo inicial, pois o material das duas visitas apesar de ricos, não eram suficientes para responder todos os questionamentos e objetivos propostos pela pesquisa.

A partir das contribuições realizadas pela banca de qualificação e de algumas discussões realizadas no Hera - Grupo de Estudos em Psicologia Social dos Afetos da Universidade Estadual de Maringá, passei a refletir sobre como se dariam as possíveis próximas visitas à Casa. Questionei-me então novamente sobre a necessidade de realizar entrevistas individuais. Mesmo sendo um caminho frequentemente percorrido por pesquisadoras/es no campo da Psicologia eu decidi que não as realizaria, pois defendo que existem outras possibilidades de se fazer pesquisa em nossa área que não se limitam às entrevistas individuais e estas mostram-se também bastante potentes.

No campo da Psicologia – e também em outras áreas das Ciências Humanas - recorreremos às entrevistas individuais quando vamos realizar uma pesquisa. Quando pensamos em uma psicóloga pesquisadora em campo já a visualizamos em uma sala reservada, com seu

---

<sup>23</sup> Devido ao caráter sigiloso da Casa só poderia sair de lá com o motorista oficial, por isso a dificuldade de estabelecer um horário que coincidissem com meu compromisso no início da manhã.

gravador, pronta para iniciar os trabalhos. Não que as entrevistas individuais não sejam uma forma potente de pesquisa, contudo com frequência deixamos de considerar os processos que ocorrerem antes e depois das entrevistas, assim como deixamos de utilizar outras possibilidades de obtenção de informações.

Por que acreditamos que somente as entrevistas individuais podem nos fornecer dados realmente significativos para nossa pesquisa? Por que muitas vezes ainda acreditamos que a pesquisadora pode extrair os relatos mais profundos da/o participante da pesquisa somente em entrevistas individuais? Por que insistimos em determinar a forma como vamos realizar uma conversa com uma/um participante antes mesmo de a/o conhecermos? Por que deixamos muitas vezes de considerar em nossos trabalhos os contatos que tivemos com o campo e com as/os participantes, que escapam<sup>24</sup> do momento das entrevistas? A tradição individual e clínica da Psicologia influencia na forma como entendemos nosso campo e executamos nossas pesquisas.

A Antropologia e a História, por exemplo, há tempos realizam amplas discussões sobre a pesquisadora e sua relação com o campo de pesquisa e discutem e realizam possibilidades de pesquisas com pessoas que não se restrinjam necessariamente às entrevistas individuais. No livro *Entre Saias Justas e Jogos de Cintura*, Aline Bonetti e Soraya Fleischer (2007), dizem que os textos presentes na obra sinalizam que fazer etnografia, metodologia utilizada com frequência pela Antropologia, é sobretudo formular perguntas e partir delas ensaiar caminhos, ou seja, trata-se de um processo contínuo de questionamentos e vivências inesperadas.

A aproximação que essa pesquisa acabou tendo com outras áreas não significa que tenha deixado de ser um trabalho no campo da Psicologia. A Psicologia Social denominada crítica no Brasil, liderada por autoras/es da cidade de São Paulo, como Silvia Lane, foi bastante questionada e criticada durante sua trajetória ao propor diálogos da Psicologia com outras áreas, sendo as/os pesquisadoras/es, segundo Bock et. Al (2007), acusados de fazer política e não Psicologia. Para Silvia Lanetoda psicologia é política, pois qualquer ação social é.

Estou realizando um trabalho no campo da Psicologia em diálogo com outras áreas, que trouxeram diversas contribuições e questionamentos sobre o papel da pesquisadora em campo, das participantes e das possibilidades de metodologias.

---

<sup>24</sup> Estou considerando aqui a importância de incluirmos em nossas pesquisas somente as informações autorizadas pelas/os nossas/os participantes.

Se nas minhas visitas à Casa eu convidasse as mulheres que estavam em situação de abrigo para participar de uma pesquisa e reservasse uma sala específica para realizar uma entrevista individual certamente as nossas conversas seriam diferentes. Essa outra possibilidade de lugar que me coloquei e fui colocada enquanto pesquisadora possibilitou que elas me vissem de outra forma, assim como eu também as vi.

Quando uma mulher em situação de violência está na rede de atendimento é comum que as ações e conversas girem apenas em torno das situações de violências que elas vivenciaram. Já as conversas informais e minha apresentação não como uma participante formal da rede, mas como uma simples estudante nos possibilitaram diálogos que abordaram as situações de violências e de abrigo, mas também as ultrapassaram. Nossas participações naquelas conversas fizeram com que elas me vissem como alguém diferente de uma psicóloga/pesquisadora e com que eu não reduzisse suas existências às situações de violências que elas já haviam vivenciado.

Decidi, portanto, que poderia realizar novas visitas à Casa, pois provavelmente, devido ao caráter temporário de estadia na instituição, poderia me deparar com novas possibilidades de experiências e vivências que poderiam ser ricas para compreender possíveis afetos que perpassam a situação de abrigo. Entrei em contato com a Secretária da Mulher do município de Maringá com o objetivo de saber se seria possível agendar uma nova visita, mas fui informada que no momento não havia nenhuma mulher na Casa. Combinamos que dias depois eu entraria em contato novamente, contudo quando isso ocorreu, fui informada que no momento também não havia mulheres na Casa e que as que foram acolhidas naqueles últimos dias na instituição ficaram pouco tempo, o que inviabilizou o contato da instituição para que eu pudesse realizar uma nova visita. Dada a impossibilidade de realização de novas visitas em tempo viável para os prazos de escrita e entrega da dissertação, eu e meu orientador, optamos por manter nossas análises nas visitas já realizadas e nos processos que perpassam o abrigo de mulheres de violências em situação de violências doméstica e familiar.

### **CAPÍTULO 3. TRANSPASSANDO AS PORTAS DA CASA ABRIGO**

A Casa Abrigo Edna Rodrigues de Souza faz parte da rede de atendimento às mulheres em situação de violências em Maringá. O pedido para realização da pesquisa ocorreu inicialmente junto à Secretaria da Mulher do município de Maringá.

O caráter sigiloso da Casa faz com que o acesso à ela não seja simples e esse era um dos receios que tinha ao propor este trabalho. Na primeira conversa que realizamos contei com a colaboração da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Isadora Vier Machado, coordenadora do Projeto de Extensão sobre a Lei Maria da Penha da Universidade Estadual de Maringá (NUMAPE/UEM), núcleo no qual eu havia realizado estágio anteriormente e que me proporcionou os questionamentos que deram origem a esta pesquisa.

Além da representante da Secretaria da Mulher estava presente também a diretora da Casa Abrigo. Apresentei juntamente com a Prof<sup>a</sup> Isadora a proposta da pesquisa, as justificativas e as potencialidades, buscando saber também se elas a considerava viável.

Mostrando-se bastante receptivas comigo e com o tema da pesquisa, elas sugeriram que eu realizasse uma primeira visita com o objetivo de conhecer a Casa e seu funcionamento, mas combinamos que somente aconteceria caso as mulheres que estavam na casa também concordassem.

Com o aceite das mulheres marcamos então a primeira visita. Para conhecer a rotina da Casa elas sugeriram que eu passasse o dia e dormisse lá, pois segundo elas, o comportamento de muitas mulheres muda à noite, pois muitas parecem ficar mais tristes.

Marcada a visita eu e meu orientador, Prof<sup>o</sup> Dr. Eduardo Augusto Tomanik, cobinamos que neste primeiro momento eu iria até o local, conheceria o espaço e as mulheres, para posteriormente pensar na melhor forma de realizar as conversas.

#### **3.1. A Casa Abrigo “Edna Rodrigues de Souza”**

Localizada no município de Maringá, estado do Paraná, a Casa Abrigo Edna Rodrigues de Souza acolhe mulheres e suas/eus filhas/os que estão em situação de violência e encontram-se em situação de risco de morte. No Paraná, existem outras 11 Casas-Abrigos, e Maringá é considerada cidade pólo no serviço e atendimento à mulher para outros 95 municípios.

Em novembro de 2002, Edna Rodrigues de Souza foi assassinada com 12 facadas no peito e braços pelo marido, Jovelino de Souza. Edna foi morta por volta das 06:30h da manhã, no município de Maringá, a uma quadra do Hospital onde trabalhava como técnica em enfermagem. No mês de abril de 2002, Edna havia registrado um boletim de ocorrência na 9ª Subdivisão Policial de Maringá contra Jovelino, por tentativa de homicídio. Em 30 de outubro do mesmo ano, Edna havia procurado a Delegacia da Mulher para denunciar agressões de Jovelino. Seu corpo foi reconhecido no local do crime pela sua filha, que na época tinha 12 anos. As duas combinaram um encontro antes de Edna entrar no trabalho, pois ela estava dormindo na Casa de uma irmã por conta das ameaças de Jovelino. Na bolsa que carregava quando foi morta, jogada na rua ao lado de seu corpo, havia documentos para iniciar o seu processo de divórcio de Jovelino.

Segundo a Secretaria da Mulher de Maringá, no início da década de 1990 o vereador cabo Zé Maria em conjunto com o Setorial de Mulheres do Partido dos Trabalhadores de Maringá elaborou o primeiro projeto da Casa Abrigo, o qual foi aprovado pela Câmara dos Vereadores, entretanto sua viabilidade ocorreu anos depois, em 2006. Para elaboração e consolidação da Casa destaca-se, segundo a Secretaria da Mulher, os trabalhos de Maria Conceição Franco (Assessora da Mulher na Gestão 2001-2004) e da Terezinha Pereira (Secretaria da Mulher na Gestão 2004-2011), assim como de suas equipes. Para aquisição de mobiliário, equipamentos e veículo foram conquistados recursos do Governo Federal, via Secretaria Especial de Política para Mulheres. Juntamente com a Casa Abrigo, o Governo Federal incentiva e envia recursos para os Centros de Referência às Mulheres Vítimas de Violência (CRAMM).

Anderson Fujikawa (2013) destaca que foram relatados durante sua pesquisa sobre a Secretaria da Mulher (SeMulher) no município de Maringá alguns impasses na implementação dos serviços da Casa Abrigo. Uma ex-assessora relatou que houve dificuldades políticas e financeiras para implementação da Casa e mesmo depois de já estar em funcionamento houve uma situação de conflito em que foi solicitado que alguns adolescentes pudessem ocupa-la, visto que estava sem nenhuma mulher no momento, fato que na época também comprometia o sigilo e gerou algumas discussões. Em 2012 foi realizada uma denúncia pela Associação “Maria do Ingá” para o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, Secretaria de Políticas para as Mulheres e Conselho Nacional de Mulheres, argumentando que a política municipal de abrigo às mulheres em risco de vida estava sendo tratada com descaso no município de Maringá.

As ex-funcionárias e funcionárias relataram que a principal dificuldade enfrentada é a falta de reconhecimento social da necessidade das políticas para mulheres. Para as funcionárias as políticas públicas e o trabalho que elas realizam na rede não são vistos como importantes.

A Casa Abrigo Edna Rodrigues de Souza é administrada pela Secretaria da Mulher do município de Maringá, foi fundada no ano de 2006 e passou por reformas em 2015, que proporcionaram acessibilidade em todos os ambientes. O endereço é mantido em sigilo e possui uma equipe de segurança que vigia o local 24 horas por dia. O tempo de estadia das mulheres varia bastante, podendo ser de até 6 meses. Durante a estadia, as mulheres recebem acompanhamento psicológico, orientação jurídica e assistencial, suas/eus filhas/os recebem acompanhamento educacional, geralmente realizado pelas educadoras sociais que trabalham no local, uma vez que não podem sair para ir para creches e escolas.

A Casa Abrigo atualmente possui capacidade para até 40 pessoas, tendo cerca de 700m<sup>2</sup> de área construída. Possui 08 quartos (sendo um deles adaptado para mulheres com necessidades especiais), uma cozinha, uma sala para a direção, uma sala que se divide em sala de tv, sala de jantar e brinquedoteca. Com relação ao quadro de funcionárias a casa conta com uma diretora, quatro educadores de base, duas auxiliares operacionais e um motorista, sendo este o único funcionário homem da instituição. Também existe a presença de guardas mulheres todo o tempo na entrada da instituição, mas não tive conhecimento de quantas são no total. Conheci duas das quatro educadoras de base e uma das auxiliares operacionais. Somente uma das educadoras e a auxiliar operacional que conheci eram negras<sup>25</sup>, todas as outras pessoas são brancas<sup>26</sup>.

A diretora é responsável por coordenar o abrigo, tomando decisões com base no que é estabelecido pela Secretaria da Mulher. As guardas são responsáveis por fazer a vigilância do local 24 horas por dia. As educadoras de base são responsáveis por acompanhar as mulheres e suas/eus filhos, fiscalizando se a rotina de horários está sendo cumprida e conter eventuais discussões ou problemas ocorridos na Casa. As mulheres que realizam os serviços de limpeza são responsáveis apenas pelos serviços externos, pois cada mulher é responsável por limpar o seu quarto e seu banheiro, lavar suas roupas, cozinhar e limpar a cozinha. O motorista é o

---

<sup>25</sup> Não utilizei na pesquisa o princípio da autodeclaração, utilizado por exemplo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para referir-me as pessoas, pois em minhas visitas na Casa não pensei em utilizar algum recurso ou ferramenta que me possibilitasse essa informação, contudo considero importante trazer esse marcador social, pois as pessoas, tanto funcionárias como as mulheres que estavam em situação de abrigamento, não são sujeitas universais e sim marcadas por raça, gênero, orientação sexual etc.

<sup>26</sup> A sociedade estruturalmente racista em que vivemos dificilmente marca as pessoas brancas. Quando nos referimos a uma pessoa branca não falamos sobre sua cor, que também é um marcador social de sua existência.

único funcionário homem, sendo convocado apenas quando é preciso levá-las para o Centro de Referência Maria Mariá<sup>27</sup> e para outros locais, como médico ou dentista, quando necessário. É também responsável por levar as mulheres até a Casa Abrigo quando elas decidem ir para lá e trazê-las de volta quando saem, além de levá-las, juntamente com a guarda municipal, até as Casas em que viviam com seus/uas agressores/as em casos em que é preciso buscar pertences. No ano de 2017 foram abrigadas 42 mulheres e 63 crianças, totalizando 105 pessoas. O mês de Janeiro foi o período em que houve a maior entrada, 20 pessoas.

### ABRIGAMENTOS – CASA ABRIGO

Situação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Saldo do mês anterior	01	09	04	04	00	06	3	9	10	10	6	11
Entrada	20	04	11	03	12	00	9	5	9	8	12	0
Total	21	13	15	07	12	06	12	14	19	18	18	11
Total de mulheres	42				Total de crianças	63				Total Geral	105	

*Tabela cedida pela Secretaria da Mulher (SeMulher) do município de Maringá, PR.*

Em 2018, até o mês de Setembro, 37 mulheres e 69 crianças haviam sido abrigadas, sendo Janeiro e Julho os meses com mais entrada, 19 pessoas.

### ABRIGAMENTOS – CASA ABRIGO

Situação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Saldo do mês anterior	3	9	8	3	8	3	14	14	7			
Entrada	19	5	7	10	8	14	19	13	10			
Total	22	14	15	13	16	17	33	27	17			
Total de mulheres	37				Total de crianças	69				Total Geral	106	

*Tabela cedida pela Secretaria da Mulher (SeMulher) do município de Maringá, PR.*

<sup>27</sup> Criado em 2006 na cidade de Maringá-PR, o Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM Maria Mariá) oferece atendimento social, jurídico e psicológico para mulheres em situação de violências.

### **3.2 As visitas à Casa Abrigo**

Os relatos a seguir são de duas visitas que fiz à Casa Abrigo nos dias 11 de setembro e 20 de novembro do ano de 2017. Realizei anotações ao fim dessas visitas e posteriormente as organizei no que chamei de breves sessões das vivências que tive. Os relatos foram realizados a partir de conversas realizadas com as mulheres que estavam em situação de abrigo e com funcionárias e também das observações que realizei no local, portanto dizem sobre os afetos vivenciados por elas, mas também dizem muito sobre os meus afetos, a partir do que me foi despertado com nossas conversas e convivências.

Escrever sobre as vivências e conversas que tive na instituição é uma possibilidade de colocar em cena os afetos, contudo reconheço que ela deixa de abarcar diversas outras manifestações que também os expressam e que eu presenciei (e influenciaram em minhas interpretações e análises), contudo as pessoas ao lê-los podem não perceber, como por exemplo, a voz das mulheres quando conversávamos, seus posicionamentos corporais, o espaço físico de nossas conversas, a disposição dos móveis neste ambiente.

### **3.3. A primeira visita**

Minha primeira visita à Casa Abrigo Edna Rodrigues de Souza aconteceu no dia 11 de setembro de 2017. Estava bastante ansiosa e com medo de como seria passar dia na Casa. Fui até a Secretaria da Mulher e, de lá, o motorista da instituição me levou até a Casa. Entrei no carro sem saber para qual direção iríamos. Combinamos que eu sairia apenas no outro dia de manhã, para que eu conhecesse um pouco mais da rotina na Casa. As considerações a seguir são recortes de vivências que tive no primeiro dia de visita. Para que seja preservado o sigilo e a segurança das mulheres participantes da pesquisa todos os nomes utilizados a seguir são fictícios.

#### *3.3.1 A chegada*

Quando chego à Casa-Abrigo o café da manhã já está na mesa. Encaminham-me até a sala da direção para que me fossem passadas mais informações sobre a Casa. A diretora me diz que naquele dia havia 4 mulheres e que todas tinham filhas/os também na Casa. Simone tem por volta de 40 anos e estava acompanhada de seu filho Milton, de 12 e sua filha Ana, de

9 anos, Joana, 25 anos, estava com sua/eus filha/os Fernando de 03 anos, Sérgio de 02 anos e Clarice de 3 meses. Nina, 20 anos, acompanhada da filha Marta, de 04 anos. Por fim, Luísa, 30 anos, acompanhada das filhas Karol de 03 anos e Maria de 09 meses.

Sou alertada pela diretora de que era um dia “difícil na casa”, pois Nina havia entrado há poucos dias e parecia não estar bem. Segundo a direção, Nina fez cortes no seu corpo com gilete e foi impedida por sua filha Marta, de 4 anos. A direção estava suspeitando que Nina passava por uma crise de abstinência, mas quando entrou disse não usar nenhuma droga.

O tempo de estadia das mulheres, segundo a direção, é bastante diverso, pois algumas ficam apenas dias e outras chegam a passar meses. Ainda segundo a direção, algumas mulheres, após passarem bastante tempo na Casa, parecem não querer sair. A diretora atribuiu isso ao fato de as mulheres se sentirem mais tranquilas tendo a vigilância da guarda na Casa, além de segurança com relação à moradia e comida para elas e suas/eus filhas/os. Existe também certa competição entre as mulheres, segundo a diretora, com a saída da instituição, ou seja, quem parece ter mais condições no momento de saída do local é vista com mais prestígio. Outro ponto abordado por ela foi de que algumas se sentem “donas” da Casa e não querem a chegada de outras mulheres.

As brigas entre as mulheres, de acordo com a diretora, são constantes, muitas vezes motivadas por desentendimentos relacionados às filhas/os. Para ela, as mulheres deveriam passar mais tempo com suas/eus filhas/os. A diretora me diz que “algumas mulheres parecem esquecer o motivo pelo qual estão na Casa Abrigo”.

As mulheres que estão na Casa não podem usar seus celulares, devendo deixá-los com a diretora no momento de entrada na Casa, assim como eu fiz. As crises de abstinência geradas pelo não uso do celular são identificadas pela diretora como frequentes.

Sou informada que as mulheres seguem uma rotina, com horários pré-estipulados para fazerem as refeições, dormirem e para a “hora do descanso”, que acontece todo dia após o almoço. A diretora me conta que já tentou de outras formas e não deu certo, por isto existe uma rotina já pré-estipulada. O horário do descanso serve, segundo a diretora, para que as mulheres relaxem e passem também um tempo com seus filhos, além de facilitar a limpeza das áreas em comum, pois elas ficam vazias. Para ela, as mulheres e crianças já acabam mesmo dormindo neste horário, mesmo antes de ele ser estipulado.

As 07:30h as mulheres acordam, as 09:00h tomam café, entre as 10:00 e 12:00 o almoço é preparado, das 14:00 as 15:30 é o “horário do descanso”, em que todas são obrigadas a se recolherem nos seus quartos, as 16:00 é o momento do café da tarde, por volta das 19:00h devem jantar e as 22:00h é o horário para irem dormir. Elas são responsáveis por

fazer as refeições e limpar a cozinha logo após. O cardápio é pré-estipulado pela direção como sugestão, entretanto elas podem realizar mudanças de acordo com a disponibilidade de outros alimentos existentes, menos com relação à carne, que já é separada e descongelada pelas funcionárias anteriormente. Os horários das refeições e para irem dormir podem variar alguns minutos, mas o horário do descanso é sempre o mesmo.

Saio da sala da direção e observo que elas estavam fazendo alguns artesanatos. Aproximo-me e vejo que a confecção de chinélos bordados estava a todo vapor. Pergunto sobre a dificuldade dos bordados e sobre como fazê-los. Percebo que uma das crianças estava falando no ouvido da mãe sobre mim e neste momento ela pergunta para educadora social quem eu era. Mesmo eu tendo conversado com a direção de que a proposta era conhecer o local e as mulheres que estavam em situação de abrigo, a educadora respondeu que eu era uma psicóloga e que passaria o dia com elas, analisando seus comportamentos. Naquele momento fiquei sem reação: não queria que elas tivessem essa visão sobre mim, mas ao mesmo tempo não queria causar um mal-estar com a educadora, desmentindo-a na frente das pessoas.

Escuto Simone e Luísa comentando entre elas sobre o uso da máquina de lavar. Segundo elas, Joana, que estava neste momento na lavanderia, estava fazendo uso da máquina por muito tempo, fazendo com que elas não conseguissem também lavar suas roupas.

### *3.3.2. Entre talheres e conversas: é hora do almoço*

Cada dia uma das mulheres é responsável por fazer o almoço e elas se organizam com relação a esse cronograma. Neste dia, a responsável por fazê-lo era Joana, que estava com enxaqueca e pediu para que Luísa o fizesse. Ofereço-me para ajudar Luísa no preparo do almoço, mas sinto que ela achou estranho o fato de eu oferecer ajuda. Tento começar algumas conversas, mas Luísa parece não querer prolongá-las.

Sou ajudante de Luísa durante o preparo do almoço, perguntando sempre como ela gostaria que os alimentos fossem cortados, por exemplo. Conversamos sobre o que gostamos de cozinhar, descobrimos alguns gostos em comum e damos algumas dicas uma para outra que mais pareciam segredos da cozinha.

É então atribuída uma missão a mim: fazer o suco do dia. Luísa me diz que temos laranjas e depois me pergunta o que acho de colocarmos cenoura e beterraba. Digo que nunca havia feito, mas que provavelmente ficaria bom. Simone se aproxima enquanto estamos decidindo o suco e me manda pegar o aparelho para fazê-lo. Luísa diz não saber da existência

desse aparelho e nós duas não sabemos como usá-lo. Simone me passa as instruções com poucas palavras. Ficamos em volta do aparelho de suco, admiradas com a cor formada pelo vívido amarelo das cenouras e laranjas e o intenso vinho das beterrabas.

### *3.3.3. Momento do “descanso”*

Após o almoço, ajudo as crianças a recolherem os brinquedos que estavam espalhados e posteriormente vamos assistir televisão. Vemos um jornal local, que veicula várias notícias sobre pessoas do município.

Durante a manhã a diretora havia comentado sobre o caso de uma mulher que havia sido espancada pelo companheiro e encontrava-se em um hospital do município. Ela havia informado que possivelmente esta mulher seria encaminhada para a Casa Abrigo.

Este caso apareceu no jornal enquanto estávamos assistindo. Elas fizeram comentários de indignação enquanto o caso era mostrado e disseram que provavelmente ela ainda veio para a Casa Abrigo por ainda estar muito machucada e precisar permanecer no hospital.

Posteriormente o jornal realizou uma reportagem mostrando que alguns homens haviam sido presos por tráfico. Neste momento elas comentaram que quando veem notícias como esta ficam torcendo para que tenha acontecido algo com seus ex-companheiros. Uma delas comenta que seria um alívio se seu ex-companheiro fosse morto.

No fim do jornal foi mostrado um caso de morte por picada de abelha e nesse momento penso que poderia ser um conhecido meu, pois sabia que ele estava com abelhas em casa, mas o nome da pessoa não foi citado na reportagem. Tenho uma sensação horrível nesse momento, pois não posso utilizar a internet para pesquisar o nome da pessoa que havia morrido ou telefonar para confirmar se estava tudo bem com a pessoa que é minha conhecida. Sinto medo e impotência.

A educadora social precisa se ausentar antes da chegada da diretora, que havia ido almoçar. Ao sair diz que caso o telefone tocasse eu poderia atender. As mulheres que estavam na Casa brincam comigo dando a entender que eu comandava a situação agora. A educadora disse que quando chegasse o horário do descanso, todas deveriam ir para o quarto. Sinto que se eu não tivesse na Casa a educadora não as deixaria sozinha. Quando a educadora se ausenta elas comentam comigo que será o dia em que veremos televisão até mais tarde, pois não precisamos obedecer exatamente o horário e todas damos risadas. Poucos minutos depois, ouvimos o carro da diretora chegando. Elas desligam apressadamente a televisão e vão para os quartos. A diretora havia comentado comigo que é fundamental o horário reservado para o

descanso, porque assim a funcionária consegue fazer a limpeza dos ambientes sociais, pois todas estão em seus quartos.

Foi-me dado o quarto de acessibilidade, pois segundo a direção, ele dificilmente é usado, dessa forma, caso outras mulheres entrassem na Casa naquele dia, não haveria problemas. Por ser um quarto que garante acessibilidade, seu tamanho é maior, principalmente o banheiro. Este quarto parece ser visto pelas mulheres da Casa como o melhor e o fato de eu ter ficado nele foi comentado algumas vezes durante o dia.

A educadora me dá a chave do quarto e me sinaliza que as mulheres não ficam com as chaves dos seus, no entanto disse que era importante que eu ficasse, pois segundo ela “nunca se sabe o que pode acontecer, pois eu não sou uma abrigada”.

Deito-me e rapidamente pego no sono. Preciso acordar por volta das 15:30h, horário em que termina o “momento do descanso” mas não tenho nenhum despertador. Acordo assustada às 16:30h, sem saber que horas eram. Vou até a mesa e o café da tarde já está servido. Sinto alguns olhares desconfiados para mim. Simone me pergunta se vou tomar café, de um jeito bastante ríspido. Confirmo e sento-me à mesa, mas ela pouco conversa comigo e logo se levanta.

Ana, filha de Simone, me pergunta se vou voltar no outro dia e digo a ela que vou dormir lá naquela noite. Ela me olha um tanto assustada e diz “Nossa, quanta observação”. Digo para Ana que eu não estava lá para observar e sim para conhecê-las e ao abrigo. Neste momento algumas mulheres estão perto de nós e também escutam nossa conversa.

Retiro a mesa do café sozinha e percebo que elas estão me olhando, mas não falam nada. Sento na outra mesa, onde elas continuavam os bordados da manhã. Comento sobre os bordados, mas elas me respondem com poucas palavras. Tento puxar outros assuntos, com medo também de não forçar a situação, mas elas continuam me respondendo com poucas falas.

*3.3.4. Eu prefiro correr com faróis no lugar dos olhos para não ver onde estou indo, com girassóis no lugar na cabeça pra não lembrar de onde estou vindo*<sup>28</sup>

Nina vai até a parte de fora fumar e eu a acompanho. Ela é a única mulher negra em situação de abrigo na instituição. Ela me chama para caminhar em volta da casa e Milton e Ana, filhos de Simone, decidem também ir conosco. Colocamos os sapatos e

---

<sup>28</sup> Miklos, P., Britto, S., Bellotto, T. (2000). *Eu prefiro correr. E-collection- Titãs*. São Paulo: WEA.

começamos a correr. Fico sabendo que essas caminhadas são comuns e ultimamente elas também praticam zumba através de um DVD.

Após a corrida, Nina senta-se ao meu lado e começamos a conversar. Ela me diz que está sendo muito difícil ficar na Casa. Diz que a estadia a faz lembrar de quando ficou presa por uma semana. Depois comenta que está sentindo falta do cigarro, pois fuma vários por dia, mas no momento não tem dinheiro para comprar. Segundo a direção, Nina havia ido ao médico dias antes desta conversa e lhe foram indicados alguns medicamentos para ansiedade e abstinência do cigarro.

Nina me conta que tinha intenções de fugir com um ex-namorado nos últimos meses, mas segundo ela “não deu tempo”. Ela diz que estava conversando com o ex-namorado ultimamente e que eles tinham planos de ficar juntos outra vez, mas quando viu seu companheiro batendo na filha “não conseguiu se segurar”. Nina não me conta mais detalhes sobre o que aconteceu, mas dá a entender que foi agredida fisicamente pelo companheiro.

Em seguida, Nina me mostra os cortes que fez no braço com uma gilete no dia anterior, dizendo “não sou muito certa das ideias”. Nina me diz que é diagnosticada como depressiva e já sofreu muito quando era mais nova. Segundo ela, sua mãe não a queria e por isso a mandou para casa do seu pai e lá coisas horríveis aconteceram (Nina não me diz o que aconteceu, mas a direção havia dito que ela foi abusada por ele). Nina conta que sua família sempre a mandou de um lado para o outro, dizendo já ter morado com várias pessoas da família. Estava com o parceiro que a agrediu há 4 anos.

Nina me fala que quando a polícia militar a levou para pegar seus pertences (na cidade em que Nina mora não existe guarda municipal, por isso a polícia militar a acompanhou) eles a maltrataram muito. Segundo ela, eles a apressaram várias vezes e disseram que “não eram táxi”.

### *3.3.5 A ida ao mercado*

Joana se aproxima de mim e de Nina e começamos a conversar sobre marcas de cigarros. Joana senta-se conosco e começa a falar sobre o ex-companheiro. Segundo ela, “na última vez ele bateu nas crianças” e nos últimos tempos, estava machucando-as muito. Segundo Joana ele passou a noite batendo nela enquanto ela estava com a sua neném no colo. No outro dia, Joana foi até o mercado a pedido dele, quando chegou ao mercado pediu ajuda e ligaram para a polícia. Quando a polícia chegou Joana estava em casa e disse que o ex-companheiro tentou se desculpar para a polícia, dizendo que se tratava de uma “briga de

casal”. Pela forma como me conta essa história e como posiciona seu corpo enquanto conta, percebo que Joana compreende a atitude de ir ao mercado pedir ajuda como um ato de extrema coragem.

Segundo Joana, ela sempre gritava quando estava sendo agredida, mas nenhum vizinho a ajudava mais, pois as agressões eram frequentes. Ela diz ainda sentir fortes dores de cabeça e que acha que pode ter relação com as pancadas que ele lhe dava. Questiono se as crianças fizeram alguma pergunta sobre o pai. Joana diz que os filhos parecem não sentir saudades dele e que não o chamam de pai e sim pelo nome. Quando foram para a Casa-Abrigo, seu filho Fernando, de 03 anos, perguntou se voltariam para casa e Joana respondeu que quando saíssem de lá iriam para outra casa, uma que fosse só deles. Nesse momento, Joana lembra que o filho disse que o ex-companheiro havia ficado sozinho e não ia bater em mais ninguém.

Na penúltima vez em que o ex-companheiro de Joana foi preso ela disse que tentou “tirar ele da cadeia” (seu ex-companheiro já havia sido preso outras vezes por tê-la agredido). Seu ex-companheiro, segundo Joana, tem 28 passagens pela polícia e faz uso de álcool e outras drogas, antes bebia apenas cerveja, mas ultimamente, segundo Joana, está bebendo bastante pinga. Joana relata que geralmente os homens presos por agressão às mulheres apanham na prisão, mas segundo ela, seu ex-companheiro possui muitos contatos lá dentro e por isso nunca sofreu nenhuma agressão, pois é protegido por outros presos.

As conversas que tive com Nina e Joana aconteceram na parte de fora da Casa. Enquanto conversávamos, senti que elas queriam me contar sobre suas vivências e se sentirem de fato ouvidas. Não quis interromper com muitas perguntas, pois senti que elas me contaram apenas o que se sentiram confortáveis.

### *3.3..6 Como uma abrigada?*

Avisam-me que estão me chamando na cozinha. Pedem que eu faça o suco para o jantar, pois segundo elas, já tenho experiência com a máquina de sucos. Sinto que elas estavam observando de longe minha conversa com Nina e Joana e o chamado para a cozinha pareceu também um chamado para que eu me aproximasse também delas.

Inventamos um novo suco e fizemos um *yakisoba*. Após a janta, elas começam a conversar sobre quem iria limpar a cozinha (mesmo já existindo regras para a escala da limpeza). Digo que poderia ajudar e elas falam que tinha quem fizesse, mas mesmo assim eu

digo que posso ajudar, pois assim o serviço acabaria mais rápido. Eu, Joana e Simone fomos limpar a cozinha, mas no meio da limpeza Simone se ausentou.

Sentamos para assistir novela e nesse momento a educadora social começa a conversar comigo. Me pergunta sobre o curso de graduação que faço, me conta sobre sua experiência enquanto universitária sendo mais velha que a maior parte da turma.

Sinto que, no momento em que a educadora se aproximou de mim para conversar, elas pareceram me olhar diferente, com semblantes mais fechados, que me pareceram talvez um pouco de desconfiança e/ou raiva.

Simone e sua filha Ana olham para meu rosto e dizem, meio aos risos, que tem algo nele. Vou ao banheiro e percebo que ao secar meu rosto após o banho, uma meleca havia ficado próxima ao meu nariz. Fiquei um pouco constrangida com a situação, mas volto para a sala e continuo assistindo televisão com elas.

Na hora de dormir, por volta das 22h, Ana, filha de Simone, me pergunta se também vou dormir naquele horário. Quando respondo que sim, ela me diz “como uma abrigada”.

Quando já havíamos ido para os quartos, escuto um barulho no corredor e a voz da educadora social. Alguns minutos depois vou pegar água e a educadora me diz que elas haviam discutido no corredor. Segundo ela, as discussões entre as mulheres são frequentes, principalmente por assuntos relacionados aos filhas/os.

### *3.3.7. O que nos aproxima, o que nos distancia*

Acordo pela manhã, me troco e vou até a cozinha. Percebo que elas já haviam sido acordadas (caso elas não acordem sozinhas as educadoras podem acordá-las) há alguns minutos, mas eu não havia sido. Elas já haviam colocado o café na mesa.

Sentadas na mesa elas começam a conversar sobre vários assuntos. Um destes foram alguns comentários sobre seus ex-companheiros, como por exemplo, o envolvimento com tráfico de drogas e com facções criminosas. Luísa comenta dando risadas que por já ter sofrido tanto com homens pretende não se relacionar mais com outro tão cedo. Elas dão risadas e Joana também concorda.

Elas e as crianças estavam sentadas na mesa do café. Marta, filha de Nina, se aproxima de mim e pede para sentar no meu colo. Neste momento Nina grita e fica extremamente irritada com Marta, fazendo-a sentar em uma cadeira e tomar seu café. Inicialmente eu disse para Nina que não havia nenhum problema no pedido de Marta, mas ao sentir que ela não me respondeu preferi não realizar outras falas, com receio de que ela sentisse que eu estava me

intrometendo na relação dela com a filha. Durante esta situação Nina não se dirigiu a mim em nenhum momento, apenas com Marta.

A diretora se aproxima e senta-se conosco. Começamos a tomar café juntas e conversar. O motorista, que havia combinado de me buscar, chega um pouco mais cedo e pergunta se eu já poderia ir. Percebo que nesse momento elas ficaram sérias, com rostos mais fechados.

Joana me diz que foi muito bom eu ter ido até lá. Nesse momento, a diretora diz que eu deveria voltar mais vezes, pois a minha presença era “leve”. Despeço-me de todas da Casa. Sinto que algumas se despediram de mim com o rosto mais “fechado”. Ana, filha de Simone, sai de perto quando vê que eu estou me despedindo. Vou até ela para me despedir, ela me dá um abraço com o corpo distante. Quando entro no carro e passamos pelo portão, senti um enorme aperto. Eu estava voltando para minha casa, mas elas não.

### **3.4 A Segunda visita**

Volto à Casa-Abrigo no dia 20 de novembro do ano de 2017. Sou novamente levada pelo motorista até o local e no caminho ele me diz que “muitas coisas já aconteceram desde a primeira vez que fui”, pois muitas mulheres já passaram por lá e foram embora. Sou mais uma vez muito bem recebida pelas funcionárias. Sou informada de que existem apenas duas mulheres na Casa. Quando me aproximo, Simone sorri e me diz “ficou com saudade e voltou?”. Ela era a única mulher de quando fiz minha primeira visita que ainda estava na Casa. A outra mulher que estava na Casa era Olga. Ela estava com sua filha Clarice, de 5 meses, e o filho, João, de 10 anos. Quando cheguei já haviam tomado o café da manhã e Olga ia começar a preparar o almoço.

#### *3.4.1. Malas prontas não podem ser desfeitas*

Simone me conta que, desde a minha primeira visita, muitas mulheres haviam passado por lá. Ela e Olga relatam que estão sentindo falta de uma mulher que estava na Casa e havia saído há poucos dias.

Enquanto preparamos o almoço, Simone me conta que sua estadia na Casa está completando 6 meses. A mãe e a irmã de Simone vivem em Portugal e Simone quer ir morar com elas, mas para também levar sua filha e seu filho, ela precisa de uma autorização do juiz, pois o pai das crianças, o ex-companheiro que a agrediu, está foragido. Simone me conta que

passou por vários problemas para conseguir ir para Portugal, pois inicialmente o juiz negou a autorização, mas depois aprovou.

Mesmo depois da autorização do juiz, Simone estava passando por diversos problemas burocráticos, como a demora para saída dos vistos e seguro saúde. Ela e as crianças estão muito ansiosas, mas ela prefere esperar para irem totalmente regulares e não passarem por problemas por lá. Simone me diz que quer recomeçar sua vida em Portugal, voltar a estudar e abrir um salão de beleza com a irmã. Ela diz que não vê como prioridade encontrar algum companheiro no momento, mas se acontecer, tudo bem. Diz que quer passar o Natal em Portugal, mas já está preparando a mãe, caso não dê certo. Antes de ir para a Casa-Abrigo, Simone trabalhava em um local há um ano e meio. Ela me conta bastante emocionada que sua antiga patroa disse não ter colocado ainda ninguém no seu lugar.

Uma pessoa voluntária está oferecendo curso de inglês para Milton, filho de Simone. Segundo Milton, vai ser necessário, pois ele quer fazer faculdade na Inglaterra. Para fazer o curso, Milton é levado para um local fora da Casa. Simone relata esse fato dizendo também se preocupar com sua filha Ana, que não sai da Casa em momento nenhum.

Depois do almoço, Milton se aproxima e me diz que está lendo uma coleção de livros muito interessante. Nesse momento, vai até o quarto e me traz o livro, dizendo que se eu quisesse poderia ler. João, filho de Olga, pede para Milton algum livro também. Nesse momento, Milton diz que os livros já estavam arrumados para a viagem para Portugal, e por isso daria muito trabalho pegá-los.

Pego o livro de Milton e começo a folhear. Ele se aproxima e me diz que sente que sua mãe Simone esconde dele informações sobre a ida deles para Portugal. Disse que nas quartas-feiras, quando sua mãe vai ao Centro de Referência da Mulher Maria Mariá (CRAMM), ele já sabe se aconteceram coisas boas ou ruins relacionadas à viagem só pelo olhar da mãe. As mulheres que estão na Casa vão todas as quartas ao CRAMM, mas suas/eus filhas/os não possuem atendimento social no local.

#### 3.4.2. *“A lei é boa, mas ainda tem muita coisa errada”*

Eu e Olga começamos a limpar a cozinha após o almoço. Ela me contou que já havia passado por diversas violências com o ex companheiro, mas que na última vez decidiu que iria na Delegacia denunciá-lo. Olga disse para o ex companheiro que precisava sair para pagar algumas contas e ele disse que a levava de carro. Ela informou a rua que queria que ele a deixasse, que é um local de bastante comércio, mas onde também está localizada uma

Delegacia. Quando Olga desceu do carro com sua filha Clarice, de 5 meses, e seu filho João, de 10 anos, ele perguntou se ela ia até a Delegacia e ela disse sim. Nesse momento, Olga me contou que teve coragem de falar, pois já estava fora do carro e a rua estava cheia de pessoas. Olga relata que havia esquecido a bolsa de Clarice, com mamadeira e fraldas, em casa e o ex companheiro pediu para ela entrar para eles irem buscar, mas ela disse que não aceitou, pois sabia que ele estava falando apenas para impedi-la de ir à Delegacia.

Ao chegar à Delegacia, Olga descobriu que não era a Delegacia da Mulher. Ela me relatou que eles informaram que a Delegacia da Mulher ficava longe do local que ela estava. Olga disse que estava chovendo muito no dia. Teve que pegar um ônibus junto com sua filha e seu filho para chegar ao local e no caminho disse que teve muito medo de desistir.

Quando chegou à Delegacia da Mulher, Olga me diz que precisava muito desabafar, mas não se sentiu acolhida. Era a primeira vez que Olga estava registrando um Boletim de Ocorrência contra seu companheiro e achava que após esse fato ele seria preso, pois além das agressões que estava relatando ela denunciou que ele tinha uma arma ilegal na residência. Olga me conta que se soubesse que ele não ia preso não o teria denunciado, pois, segundo ela, “no fim quem fica presa sou eu e com ele não acontece nada”.

Olga me fala que queria muito saber como seriam as coisas após a denúncia e a funcionária apenas respondia que “o juiz é que decide”. Olga disse que se sentiu boba, pois naquele momento descobriu que podia denunciar, mas ele não ia ser preso.

Pergunto para Olga se foi por isso que ela quis vir para a Casa-Abrigo. Olga me corrige dizendo que não foi questão de querer e sim por não ter outra opção. Após a denúncia, Olga teve medo de ele matá-la, por isso estava na Casa-Abrigo. Ela me conta que a sua família a apoia, mas não a quer morando com eles, pois todos têm medo do seu ex companheiro. Olga me diz que “a lei é boa, mas ainda tem muita coisa errada”.

Olga me diz também que João estava tendo muitos pesadelos. Ela relatou que dias antes, o filho falou para ela a seguinte frase: “o pai é um bosta, mas estou com saudade dele”. Olga define seu ex companheiro como bipolar, pois, segundo ela, ele muda muito de humor e se estressa muito com a neném. Diz-me que ele era valente apenas com a arma na cinta, pois sem ela parecia um “cachorrinho medroso”.

Ainda durante a conversa com Olga, pergunto se ela trabalhava, ela me diz que sim e que, por sorte, tudo isso aconteceu durante suas férias. Conta-me que por alguns anos ela e o ex companheiro moraram em uma cidade pequena próxima de Maringá. Quando o filho tinha 4 anos, eles estavam passando por dificuldades financeiras e Olga decidiu que viria morar em Maringá para trabalhar, ficando na casa da tia. Na época, seu ex companheiro veio até

Maringá e levou seu filho a força por um dia, para tentar convencê-la a voltar. Olga diz que o ex companheiro provavelmente deve ter percebido que não é fácil cuidar de uma criança e por isso a devolveu. Como percebeu que Olga não voltaria para a cidade pequena, ele resolveu que se mudaria também para Maringá para morarem juntos, mas segundo Olga, ele nunca gostou da cidade.

O plano de Olga é continuar morando em Maringá, mas se ele continuar incomodando-a ou ameaçando-a, ela diz que mudará para outra cidade. Ela me relata que não confia na medida protetiva (restrição concedida pelo juiz que impede o ex companheiro de se aproximar dela). Comenta comigo se eu conhecia a Patrulha Lei Maria da Penha, que são visitas, de caráter preventivo e ostensivo, com o objetivo de acompanhar as mulheres em situação de violências doméstica e familiar e fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas. Olga me diz que acha muito bom a existência da Patrulha.

Olga me conta do dia que foi até a sua casa, juntamente com a guarda municipal pegar alguns pertences. Ela conta que quando viu que ele estava lá ficou muito nervosa. Ele perguntou onde ela estava e o que tinha feito com Clarice. Olga relata que por conta do nervosismo e medo esqueceu-se de pegar várias coisas. Lembro que havia ouvido seu filho João dizendo poucas horas antes que estava sem seu chinelo.

Enquanto conversamos montamos a mesa para tomarmos café da tarde. A diretora chega e senta-se conosco. A auxiliar operacional, responsável pela limpeza, uma mulher negra, se aproxima também para tomar café e diz em risadas que era dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, mas mesmo com a liberdade de pessoas negras antes escravizadas ela tem que continuar trabalhando no dia dela. Algumas mulheres riem também. Ninguém comenta nada. Outro assunto é iniciado.

### *3.4.3. Árvore de Natal*

A educadora social, juntamente com as crianças, começa a montar a árvore de Natal. Passam bastante tempo escolhendo o melhor lugar para a árvore, “onde mostre mais”, diziam. Perguntam minha opinião e das outras pessoas que estão na sala e enfim decidem o local onde ela ficaria. Após arrumar a árvore, as crianças começam a pintar uma árvore de papelão e falam que seria a dos presentes. Trazem a árvore pintada para saber se nós aprovaríamos a pintura.

Ana, filha de Simone, ia sair à tarde para tomar uma vacina. Ela e sua mãe vão tomar banho e voltam bastante arrumadas. Naquele momento, a ida para tomar a vacina estava

sendo encarada como um grande evento, pois Ana estava extremamente animada, diferente da maior parte das crianças quando vão tomar vacina. Em menos de meia hora, elas já estavam de volta.

Havia falado para elas que eu não dormiria na Casa desta vez, pois tinha compromissos e não podia faltar. Quando me despeço dando um abraço de agradecimento, Olga me diz que foi boa a minha ida, pois as coisas na Casa-Abrigo “são sempre muito paradas”. João, seu filho, me pergunta se eu voltaria outra vez e eu respondo que talvez sim, mas que não sabia a data, então ele me pergunta: “você vem no Natal?”.

Eu realmente não podia dormir lá naquele dia por conta de um compromisso, mas senti também no momento em que me despedi que uma parte de mim não queria ficar lá para dormir, enquanto outra se sentia culpada por ir embora. Na minha primeira visita, senti que a noite escancara ainda mais a permanência na Casa-Abrigo e que não era possível sair. Quando me despedi delas, no fim da tarde, senti que as estava traindo de certa forma ao sair pela porta, pois apesar de estar com elas o dia todo e dividirmos as tarefas, no fim do dia eu fui embora e elas continuaram sem saber como seria o Natal.

## **CAPÍTULO 4- EU SOU MEU PRÓPRIO LAR<sup>29</sup>: AFETOS QUE PERPASSAM A SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO**

O espaço destinado às análises e discussões comumente é visto como o principal, nos relatórios de pesquisas. Uma pesquisa científica tem o dever de apresentar os resultados que obteve, contudo eles não constituem a pesquisa por si só, ou seja, outros momentos do processo de investigação também são significativos.

Este capítulo foi escrito tendo como base todo o processo de construção desta pesquisa, pois trata-se de um momento inseparável dele. Foi elaborado visando propostas de diálogos entre o aporte teórico apresentado e os afetos que perpassam as situações de abrigo, seja na Casa Abrigo Edna Rodrigues de Souza, seja em outras, similares.

Ao colocar o campo dos afetos como alicerce, esta pesquisa trouxe a subjetividade como uma alternativa legítima e expressiva para compreender aspectos da dinâmica da instituição. As mulheres que estiveram abrigadas e as funcionárias da instituição, nesta perspectiva, são vistas como sujeitas agentes, que sentem, atuam, criam, influenciam e transformam perspectivas da Casa. A instituição é também as mulheres que dela fizeram/fazem parte, assim como as funcionárias que nela trabalham. Os afetos vivenciados possibilitam conhecermos diferentes experiências na casa, diversos modos de entrar, permanecer e significar a instituição.

A interlocução entre a fundamentação teórica e a situação de abrigo não está sendo empreendida na tentativa de justapor aspectos teóricos e práticos, mas sim de possibilitar compreensões sobre a instituição e, sobretudo sobre as mulheres que permaneceram nela, a partir da dimensão dos afetos. Neste trajeto, as contribuições da Agnes Heller serão o fio condutor para as análises, contudo trarei também para os diálogos outras referências conceituais já apresentadas.

Em uma metáfora, poderia dizer que a compreensão sobre os afetos de Heller é o tronco de nossa árvore ou o alicerce que sustentou os diálogos propostos. Os galhos e folhas são, portanto, alguns conceitos desenvolvidos por outras/os autoras/es que considereei potentes para o entendimento da temática.

Minhas intenções, mesmo não ditas, quando desenvolvi o projeto inicial desta pesquisa, eram de mostrar os afetos vivenciados pelas mulheres nas Casas Abrigo, com o

---

<sup>29</sup> Strassacapa, J. (2016). Triste, louca ou má. *Soltasbruxa*. São Paulo: Independente.

intuito de dar foco e visibilidade para seus sofrimentos e com isso viabilizar reformulações e novas possibilidades para as políticas de abrigo. Hoje percebo que esse propósito inicial carregava (mesmo sem eu me dar conta anteriormente e já ter realizado discussões teóricas a este respeito) a visão errônea de que as mulheres que estavam na Casa eram vítimas de violências, sujeitas passivas de suas próprias vidas, encontravam-se em sofrimento (possivelmente extremo) e necessitavam que alguém (pesquisadora que se achava na condição de “salvar” o mundo) possibilitasse espaços para manifestação de todo aquele sofrimento.

No percurso entre os caminhos de elaboração desta dissertação, que contempla trajetórias nem sempre simples pelas contribuições teóricas de autoras e autores durante as disciplinas do Mestrado e levantamentos teóricos para a fundamentação da pesquisa, assim como as visitas à Casa Abrigo, fui realizando ponderações que me fizeram questionar os objetivos antes estipulados e as minhas intenções. Acredito ser este também o propósito de uma pesquisa científica, pois se ela fosse feita apenas para confirmar uma tese já estabelecida anteriormente talvez não fosse necessário utilizar energias (emocional, física e elétrica, não podemos esquecer) para realizá-la.

O processo de construção da pesquisa me mostrou, assim como eu direcionei meus olhares<sup>30</sup>, que as mulheres em situação de abrigo vivenciaram e ainda vivenciam violências, contudo isso não as define. É necessário reconhecer que estas violências perpassam suas vidas, no entanto existem diversas outras existências possíveis. Isto não significa deixar de considerar que seus corpos são marcados por diversas outras categorias, como raça, classe e posição geográfica, que reduzem suas possibilidades de caminhos e escolhas em diversas situações. Contudo, elas são participantes protagonistas de suas vidas.

Se não as entendermos deste modo, não conseguiremos considerar possibilidades de emancipação, rompimento de violências e empoderamento. Se as políticas de abrigo não as entenderem como sujeitas de suas próprias vidas não será possível pensar em novas possibilidades de vida fora de instituições como a Casa Abrigo, pois a mulher definida apenas a partir da concepção de vítima ocupa uma posição inativa, ou seja, estática.

As mudanças de perspectivas proporcionadas pela elaboração da pesquisa contribuíram para que as análises também tomassem novos rumos. Optei por não me fixar somente nas conversas informais que tive com as mulheres nas duas visitas que realizei à Casa Edna Rodrigues de Souza e incluí também temas que perpassam a situação de

---

<sup>30</sup> Por estar imersa nas referências teóricas que fundamentam esta pesquisa, elas também direcionaram minhas experiências e visões sobre a Casa e as mulheres quando realizei as visitas, mas não fui até a instituição com o intuito de confirmar algumas expectativas ou buscar enquadrar forçadamente os conceitos anteriormente vistos.

abrigo, contudo busquei direcionar o foco para os possíveis afetos vivenciados pelas mulheres neste processo.

Digo isto pois diversas pessoas estão implicadas na situação de abrigo, como as/os filhas/os (caso a mulher as/os tenha), as funcionárias da instituição, os ex-companheiros. Entretanto, considero insuficiente realizar interpretações e análises sobre os possíveis afetos vivenciados no processo de abrigo pelas mulheres sem também trazer os afetos que perpassam as situações de violências contra as mulheres e os aspectos institucionais da Casa Abrigo. Sendo assim, as duas primeiras categorias abordadas serão estas, seguidas pelos afetos relacionados às experiências das mulheres na Casa Abrigo Edna Rodrigues de Souza, às suas existências como protagonistas de suas próprias vidas, afetos que perpassam as expectativas de saída da casa e por fim, as mulheres que não contam com a possibilidade de acesso à Casa, ou seja, os afetos que nem sequer podem tornar-se existentes.

Não existe uma única possibilidade de apresentar as análises e resultados. Trata-se de uma opção. As categorias de análise que optei utilizar me chamaram atenção no desenvolvimento do trabalho, mas diversas outras poderiam ser abordadas. Estas opções não se deram ao acaso. Eu as escolhi por considera-las caminhos potentes e pertinentes, mas o processo de escolhas também guarda relação com os prazos que tive para construí-las e as leituras que me foram possíveis no percurso desta pesquisa. A apresentação das discussões em categorias de análise foi utilizada como uma estratégia de organização do texto e compreensão, contudo é importante salientar que elas não estão presentes na vida das mulheres desvinculadas entre si e mesmo com outras.

As discussões realizadas neste capítulo não são imparciais; foram realizadas por mim, a partir das experiências que tive, na Casa e antes disso, na vida, e do referencial teórico utilizado. Elas são possibilidades e não necessariamente as únicas interpretações realizáveis.

Por fim, é importante reiterar que a análise dos afetos, tendo como base a perspectiva de Agnes Heller (1999), não tem como finalidade necessariamente a definição e nomeação de afetos pois, para autora, é impossível realizar cisões entre ações, pensamentos e sentimentos ou mesmo separar, de modo claro e estanque, cada afeto dos demais e dos momentos em que são experienciados.

#### **4.1 Afetos que atravessam as violências contra as mulheres**

Diversos afetos podem estar presentes na vida de mulheres em situação de violências doméstica e familiar. Grande parte das mulheres que estão neste cenário vivenciam inúmeras

violências no cotidiano antes de romperem ou de tentarem romper com a situação de violências em que estão inseridas.

Em minha segunda visita à Casa, Olga me relatou que antes de ir até a Delegacia da Mulher já havia passado por diversas violências com o ex-companheiro, tendo decidido realizar a denúncia após a última agressão. Joana também relatou que já vivenciava há tempos violências, mas que das últimas vezes ele havia machucado muito seus filhos.

Quando Olga e Joana me trouxeram esses relatos percebi que, com o passar do tempo, elas também deram outros significados para as violências anteriores que sofreram, isto é, passaram a identificar algumas situações passadas, que antes não eram consideradas por elas como violências. Ao retomarmos um afeto, segundo Agnes Heller (1999), podemos também atribuir novos significados a ele, pois os sentimentos influenciam na lembrança que temos de algo ou alguém. Nas conversas com Olga e Joana percebi que a convivência entre elas e na instituição contribuiu para que muitas de suas vivências fossem ressignificadas, como as violências anteriores, os possíveis papéis que as mulheres podem ocupar e o ato de realizarem uma denúncia.

Assim como Joana, Nina também relatou que a última agressão que vivenciou com seu ex-companheiro teve relação com sua/eus filha/os. Em suas falas compreendi que elas não admitiam que os ex-companheiros agredissem sua/eus filha/os com extrema violência, contudo eles também realizavam estas agressões com o intuito de atingi-las. Quando elas me contam que, apesar de já terem sofrido diversas violências, decidiram colocar um fim em suas relações depois das agressões contra a/os filha/os entendo que de certo modo elas não viam do mesmo modo as violências sofridas por elas e por eles.

Esta diferença de classificação delas pode ser compreendida através de diferentes possibilidades, como por exemplo, considerarem que sua/seus filha/os não teriam como se defender (por serem crianças) e elas sim, ou por considerarem que também eram responsáveis pelas violências que as crianças sofriam, visto que a auto-culpabilização e a naturalização das violências são frequentes.

Joana contou que, apesar de gritar quando estava sofrendo agressões do ex-companheiro, os vizinhos não a ajudavam mais. As violências contra as mulheres continuam ainda sendo vistas como uma questão apenas do âmbito privado e muitas pessoas, como amigos e vizinhos, não realizam ações concretas para impedi-las. Como Joana já havia realizado denúncias anteriormente e depois delas continuou convivendo com o agressor entendi, pelo seu relato, que as pessoas próximas decidiram que não a apoiariam ou a

ajudariam mais, o que também pode ter proporcionado em Joana sentimentos de solidão e desamparo.

Percebi também que algumas mulheres da Casa elaboravam cisões da identidade ou da personalidade de seus ex-companheiros, isto é, elas viam como divididos entre uma pessoa boa, capaz de manifestar amor e carinho e uma pessoa má, que violentava e provocava dores e sofrimentos. Em uma das conversas que tive com Olga ela definiu seu ex-companheiro como “bipolar”, pois ele mudava com frequência de humor. Joana disse que seu ex-companheiro fazia uso de álcool e outras drogas; que antes bebia apenas cerveja, mas que passou a ingerir bastante pinga, o que pareceu ter, para ela, relação com o aumento das agressões. Estas compreensões de Olga e Joana sobre os ex-companheiros expressam o sentimento de muitas mulheres em situação de violências. O companheiro não é necessariamente, na visão delas, violento o tempo todo, pois apresenta comportamentos que podem ser interpretados como manifestações de carinho. Para Olga a explicação para as mudanças súbitas de comportamentos de seu ex-companheiro envolve a possibilidade de algum transtorno mental e para Joana, o uso do álcool.

Os afetos que perpassam as violências, nestes casos, podem envolver a auto-culpabilização, pois as mulheres podem supor e aceitar a suposição de foi algo que elas fizeram ou deixaram de fazer que provocou as violências, visto que o companheiro é considerado por elas como uma pessoa boa. Não podemos nos esquecer que frequentemente as manifestações de violência são precedidas ou acompanhadas de acusações, feitas pelos agressores, e que apontam para este sentido.

A cisão da identidade do companheiro também é expressa por Olga quando diz que seu companheiro torna-se valente apenas quando está portando uma arma pois, do contrário, parece um “cachorrinho medroso”. Esta visão de Olga mostra que ela o considera perigoso e é por isto também que está na Casa, mas o enquadra ao mesmo tempo como uma pessoa covarde, ou seja, demonstra sentir medo e ao mesmo tempo o vê sob um viés de fraqueza.

Outra possibilidade de afeto que surgiu a partir dos relatos de Olga e Joana é a existência de coragem, potência e resistência mesmo dentro de situações de violências. Joana, após seu companheiro a violentar por toda noite, planejou ir até o mercado contar o que estava acontecendo e pediu que ligassem para a polícia. Pelo modo como me contou sua história, sua voz e o posicionamento do seu corpo naquele momento, entendí que esta ação representou, para ela, um ato de valentia e extrema coragem. Olga também me contou sobre o plano que fez para conseguir ir até a Delegacia denunciar seu ex-companheiro, pois sabia que ele não a deixaria sair de casa, caso não explicasse para onde estava indo e ele não aceitasse sua

explicação. Mesmo dentro de situações de violências Olga e Joana viram na Rede de Atendimento uma possibilidade de mudar os rumos de suas vidas.

A confiança de Olga nos mecanismos jurídicos e nas políticas públicas foi perdida quando ela teve dificuldades para chegar até a Delegacia da Mulher com seus filhos e descobriu que mesmo, existindo leis, elas nem sempre contemplam a realidade das pessoas. Olga não se sentiu ouvida e acolhida ao procurar a Rede de Atendimento e descobriu que quem tomaria decisões sobre sua vida seria outra pessoa, quando ouviu uma das funcionárias dizer que “o juiz é que decide”.

Outra situação que ocorreu durante minha visita na Casa e que mostra possibilidades de interpretação de como as mulheres compreendem as violências que vivenciam ocorreu quando estávamos assistindo televisão e estava sendo apresentado um noticiário local. Quando apareceu o caso da mulher que a diretora havia comentado anteriormente, elas demonstraram sentir indignação com o caso e ódio pelo agressor questionando, por exemplo, se ele já estava preso.

Pouco tempo depois, quando estava passando uma reportagem sobre a prisão de alguns homens por tráfico de drogas, elas comentaram que assistem o jornal com a expectativa de que seja seu ex-companheiro e algumas comentam que seria um alívio saber que ele foi preso ou morto. Estes comentários mostram que algumas mulheres sentem medo de viver novamente em um espaço social no qual seu agressor também estará presente. Expressam também sentimentos de ódio e vingança. É possível que elas ainda sintam-se vinculadas ao agressor, mas não necessariamente por sentimentos como a amor ou afeição, mas por medo, ódio e vingança.

De modo geral, percebi nas conversas com as mulheres que estavam na Casa, que a visão de violências domésticas e familiares que elas adotam tem correspondência, na maior parte das vezes, apenas com a violência física e que outras modalidades de violências, nas poucas vezes em que são consideradas, não são vistas como tão prejudiciais. Quando Olga me conta, por exemplo, que teve que mentir para seu companheiro dizendo que precisava ir pagar alguns boletos para conseguir chegar à Delegacia, pois do contrário seu companheiro não a deixaria sair de casa, esta ação dele não é considerada, por ela, como uma violência.

#### **4.2 Afetos e aspectos institucionais da Casa Abrigo**

Quando escrevi inicialmente o projeto desta pesquisa tentei tomar o cuidado de pontuar que estava direcionando olhares para uma Casa Abrigo específica, com o intuito de pensar que estas discussões poderiam também auxiliar em reflexões sobre as políticas de abrigo existentes (e não existentes) em todo território brasileiro, mas que deveriam ser analisadas com cautela, para não generalizar indevidamente as experiências, pois as Casas Abrigo existentes no país possuem diferenças e similaridades entre si.

Ao propor olhares para a Casa Abrigo Edna Rodrigues de Souza fui compreendendo que existem também experiências diversas inclusive na mesma instituição, ou seja, não é possível generalizarmos linearmente e/ou definirmos as possibilidades de sentido e vivências que ocorreram e ainda podem ocorrer na Casa Abrigo existente no município de Maringá. Contudo, acredito ser um movimento importante e potente trazer algumas possibilidades de existência dentro da instituição, pois desta forma é possível colaborar com a visibilidade destas vivências e possibilitar reflexões e reformulações das políticas e diretrizes existentes.

A Casa Abrigo, no início da minha pesquisa, parecia para mim um ambiente que precisava ser estudo devido ao sofrimento, que no meu entendimento, perpassava a instituição. Com o processo da pesquisa percebi que esta visão sobre a Casa é restrita.

A própria necessidade de existência das Casas Abrigo já sinaliza diversos problemas, pois se necessitamos de uma instituição de acolhimento para mulheres que estão sob risco de morte é porque as mulheres, na sociedade em que vivemos, não estão seguras; estão permanentemente sujeitas a sofrer e sofrendo diversas violências. Também indica que, se as mulheres, hoje, necessitam dos serviços desta instituição, diversos outros serviços de proteção social básica criados pelo Estado falharam.

Contudo, a Casa mostra-se também como uma possibilidade de recomeço para várias mulheres, como um local que representa parte de um trajeto de rompimentos de violências, podendo ser considerada por muitas um espaço fortalecedor, no qual podem ter contatos com outras mulheres que vivenciaram situações parecidas e decidiram recomeçar outras possibilidades de vida distante do agressor. Esta possibilidade pode ser exemplificada na fala de Joana de que quando foram para a Casa Abrigo seu filho perguntou se voltariam para a Casa e ela disse que, quando saíssem de lá, iriam para um lar que fosse só deles; neste momento seu filho disse, feliz, que seu ex-companheiro (ele o chamou pelo nome, pois Joana relatou que ele não o chama de pai) havia ficado sozinho e não ia bater em mais ninguém.

Por outro lado a Casa pode apresentar-se para as mulheres como um espaço de reclusão e privação de liberdade. Nina comentou que a estadia na Casa estava sendo difícil, pois a faz lembrar dos dias em que ficou presa. Olga disse que, se soubesse que seu ex-

companheiro não seria preso, não o teria denunciado, porque no fim ela acabou ficando presa na Casa e ele continuou solto.

Outro momento que considero importante para pensarmos os afetos que perpassam aspectos institucionais da Casa Abrigo é a própria ida para instituição. Para Agnes Heller (1999) ação, pensamento e sentimento constituem um processo unificado, mesmo diferenciando-se funcionalmente. Assim, podemos compreender que, quando as mulheres tomam a decisão de ir para a Casa Abrigo, aquela opção envolve pensar, agir e sentir. Envolve contatos com seu passado imediato e mais remoto, uma avaliação do presente e alguma expectativa, mesmo que pouco clara, sobre o futuro; no mínimo uma esperança de que ele não seja igual ao presente.

Uma indagação que me surgiu, a partir das conversas que tive com as mulheres é se a ida para a Casa Abrigo configura-se, para elas, como uma possibilidade de escolha. E se sim, de que forma? A fala de Olga de que ela não escolheu ir para a Casa Abrigo, mas sim que essa era sua única possibilidade, já que descobriu que seu ex-companheiro não seria preso instantaneamente. Assim, caso voltasse para Casa, agora sabendo da denúncia realizada, ele poderia matá-la. Este foi um dos exemplos que fez lançar aqueles estes questionamentos.

Creio ser esta uma questão que deve ser respondida com muita cautela. A ida para Casa Abrigo deve ser uma escolha realizada pela mulher. Contudo, é preciso considerar quais escolhas eram possíveis, diante da situação em que se encontravam. Muitas mulheres que estavam na Casa me relataram que não possuem relacionamentos próximos com seus familiares ou que estess tinham medo de seus ex-companheiros e, por isso, optaram por não hospedá-las. É preciso ainda considerar que a casa de um parente próximo não é um local seguro para uma mulher sob risco de morte, pois este será um dos primeiros locais onde o agressor poderá procurá-la.

Enfim, creio ser importante a defesa do princípio de que a ida para a Casa Abrigo deve ser uma escolha das mulheres, para que não ocorram imposições por parte de algum dos serviços prestados pela Rede de Atendimento e também para que as mulheres sejam vistas como sujeitas atuantes de suas vidas. Todavia não podemos perder de vista os diversos aspectos que perpassam e limitam as escolhas dessas mulheres.

Ainda com relação ao funcionamento da Casa, é preciso considerar que o sigilo e a impossibilidade de comunicação imediata com amigos e familiares podem gerar expectativas com relação ao “mundo de fora” da instituição. Isto aconteceu comigo: estava assistindo televisão na Casa e me surpreendi com a notícia da morte de uma pessoa por picadas de abelha. Racionalmente, sabia que a chance de ser um conhecido era pequena, mesmo assim

fiquei bastante preocupada. Para Agnes Heller (1999) todo raciocínio envolve afeto. A separação entre razão e emoção é meramente didática. Estar na Casa e não poder falar imediatamente com alguém ou pesquisar a notícia na internet colaborou para a intensificação dos meus afetos. Só que eu, ao contrário delas, estava ali por livre opção e por um período muito curto de tempo.

Percebi em minhas visitas também que a Casa abriga mulheres com diferentes demandas. Pelo fato da cidade de Maringá não possuir outras políticas de abrigamento, além da Casa Abrigo, como uma Casa de Passagem ou a prática do Aluguel Social, algumas mulheres que não estão necessariamente sob risco de morte, mas estão em situação de violência e não possuem um lugar em que possam ficar distantes do agressor, também acabam indo para aquela instituição. A diretora me relatou que, durante a estadia delas, a instituição fica responsável também por tentar encontrar um espaço seguro com familiares ou amigos, para que elas possam sair da Casa. Entretanto, as possibilidades desta tarefa variam muito, pois algumas mulheres possuem bons vínculos com a família e algum parente de alguma outra cidade, que aceitam receber temporariamente a mulher e suas/eus filhos, mas em outros casos a situação torna-se bastante difícil, pois os vínculos sociais e familiares das mulheres encontram-se rompidos.

A existência da Casa Abrigo, assim como de outras instituições que compõem a Rede de Atendimento, é uma conquista e um direito das mulheres. O Poder Público, assim como coloca a Lei Maria da Penha, é responsável por promover, juntamente com a família e a sociedade, enfrentamentos às violências contra as mulheres e promover a garantia de diversos direitos. Contudo, muitos serviços ainda realizam suas atividades apoiados em visões assistencialistas ou consideram suas ações como favores e não como parte das funções dos funcionários. Nina me contou que a Polícia Militar ao levá-la, para buscar seus pertences (no município de Maringá esta tarefa é responsabilidade da Guarda Municipal, mas no município de Nina não existe essa instituição), foi extremamente violenta, exigindo que ela pegasse seus bens rapidamente e dizendo à ela que não eram taxistas. Ações como estas podem produzir diversos afetos e fazer com que as mulheres deixem de acessar os serviços oferecidos pela Rede, pois esta produz, também, violências.

Por fim, mesmo as Casas Abrigo sendo um local que visa garantir o direito à moradia as mulheres é necessário pensar sobre outros direitos que lhes são assegurados, de acordo com o Artigo 3º da Lei Maria da Penha, e que não estão sendo cumpridos dentro destas instituições, como o direito à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à convivência familiar e comunitária e à liberdade. A moradia é um espaço essencial para a vida

e segurança das mulheres; entretanto, diversos outros direitos também precisam ser garantidos.

### **4.3 As possibilidades de experiências na Casa Abrigo**

Como já mencionado, a experiência de estar na Casa Abrigo não ocorre do mesmo modo para todas as mulheres. As análises e discussões desta categoria pretendem trazer algumas possibilidades desta vivência. Nina, por exemplo, disse que estava sendo difícil permanecer na Casa, pois isto a fazia lembrar-se do período em que ficou presa por uma semana. Já Joana me relatou que sua ida para Casa Abrigo foi após pedir ajuda em um mercado próximo e a polícia ter ido até sua residência, o que pareceu ser visto por ela como um ato de coragem. A Casa Abrigo para Nina, em determinado aspecto representa um local de aprisionamento, enquanto para Joana pode representar um ato de empoderamento e de liberdade, na medida em que tomou a decisão de romper com um relacionamento violento.

Isto não significa que estas sejam as únicas visões que Nina e Joana tiveram sobre a Casa, mas sim que esta pode receber diferentes interpretações, tanto por diferentes mulheres quanto por uma mesma mulher. Poderíamos considerar, portanto, que as pessoas possuem diferentes experiências e afetos na situação de abrigo, existindo diversas possibilidades de experiência de uma mesma Casa Abrigo. Situações que parecem idênticas podem representar experiências e envolver afetos muito distintos. Essa diversidade de experiências também guarda relação com suas histórias de vida, seus modelos familiares, as trajetórias de relações de cada uma com seus respectivos companheiros e filhas/os, as condições econômicas e profissionais e as condições pessoais (físicas, afetivas e de auto-imagem) de cada uma.

Mesmo existindo orientações para o funcionamento da Casa Abrigo, como as Diretrizes Nacionais para o Abrigo de Mulheres em Situação de Risco e de Violência (2011), as mulheres que passam pela Casa e as funcionárias são agentes no processo de construção e mudança da instituição, pois elas podem significar e ressignificar a Casa de diferentes modos, de acordo com a realidade local e situacional.

Um exemplo é quando a diretora me conta sobre o horário de descanso que existe diariamente na Casa. Segundo ela, este momento serve para que as mulheres tenham um momento de relaxamento e proximidade com suas/eus filhas/os e também facilita a limpeza das áreas em comum, pois elas ficam vazias. As mulheres e crianças, segundo ela, já utilizam

este horário para dormir, mesmo antes de ele ser estipulado, ou seja, a diretora entende que este momento na rotina das mulheres é importante para elas e para o funcionamento da instituição. Entretanto, em minha primeira visita, ocorreu uma situação que pode mostrar que as mulheres que estavam naquele momento na Casa o encaravam de outra forma.

Quando a educadora precisou se ausentar e me deixou como “responsável”, disse que quando chegasse o horário do descanso todas deveriam ir para os quartos, mas após sua saída elas comentam que aquele seria um dia em que veríamos televisão até mais tarde, pois não precisaríamos obedecer. Quando a diretora chega, elas desligam rapidamente a televisão e correm para os quartos, mostrando descontentamento. Esta situação pode mostrar que elas encaravam este horário naquele momento como um controle que elas deveriam obedecer, mas que contrariava suas vontades.

As visitas à Casa me mostraram que a experiência de abrigamento relaciona-se também com as relações estabelecidas entre as mulheres, entre as mulheres e as funcionárias, entre as mulheres e suas/eus filhas/os e nos dias que eu estive lá, entre elas e eu.

Direcionarei o foco para os possíveis afetos das mulheres nestas relações, mas as possibilidades de análise são múltiplas, pois as relações não se dão apenas de uma pessoa para outra e sim em um processo conjunto.

Neste processo de apresentar discussões sobre os afetos que perpassam as relações de convivência existentes na Casa, as contribuições de Foucault (1979) sobre o conceito de poder mostram-se um aporte expressivo, uma vez que, para o autor, o poder está disseminado e é exercido em todas as relações humanas.

#### *4.3.1. Entre as mulheres*

Em meu primeiro dia de visita percebi que as mulheres que estavam há mais tempo na instituição não tinham muita proximidade com as que haviam chegado recentemente. Simone estava na instituição há alguns meses e Luísa já há algumas semanas. Percebi que, de certo modo, elas acabavam excluindo Nina e Joana de algumas conversas e situações.

Nina, por exemplo, no dia que eu estive na casa, estava mais próxima de Milton e Ana, filhos de Simone, do que das outras mulheres. Senti que este distanciamento de Nina não ocorria apenas por vontade própria, mas também por não se sentir acolhida pelas outras mulheres. Não posso deixar de considerar aqui também dois aspectos, a idade de Nina e o fato dela ser negra. Não estou afirmando que as mulheres não se aproximaram de Nina essencialmente por destes fatores, mas que estes marcadores sociais não estão deslocados das

experiências de Nina. Ela estava sendo vista pelas mulheres (e até por ela mesma) como a pessoa que, segundo ela, “não é certa das ideias” ao cortar-se com uma lâmina de barbear. Sua crise de abstinência, que segundo ela, era devido ao celular e ao cigarro, foi colocada em dúvida pela diretora e pelo psiquiatra, que suspeitavam que ela utilizava também outras drogas. Estas visões e expectativas com relação a Nina não estão deslocadas. Assim como pontua Kimberlé Crenshaw (2002) são elas que estão no encontro de diferentes cruzamentos, atingidas por diversas opressões.

A diretora da instituição também havia pontuado que Simone considerava-se “dona” da Casa, contribuindo para que algumas mulheres saíssem da instituição. É importante reiterar que esta é uma visão da diretora sobre os acontecimentos,, mas que também pode contribuir para pensarmos as relações entre as mulheres na Casa.

A diretora comentou ainda que existe certa competição entre as mulheres, com relação a saída da Casa. Senti que esta disputa atravessa as relações em diversos momentos, pois elas comentam entre elas a situação em que se encontram e por vezes acrescentam algumas informações não necessariamente verdadeiras, como a ida para a Casa de um familiar que ainda não foi confirmada. A saída de uma mulher da instituição pode despertar, nas outras, o sentimento de que elas ainda não conseguiram sair da Casa, e trazer consigo outros afetos, como os de rejeição e isolamento em relação a familiares e amigos. Além disso, convém lembrar que o sentimento de rivalidade entre as mulheres é algo frequente na sociedade estruturalmente machista em que vivemos e a Casa não está fora dela.

Outro tema abordado pela diretora é a constante briga entre as mulheres na instituição. Em minha primeira visita, quando estávamos indo para os quartos dormir, ouvi uma discussão entre duas das mulheres no corredor, mas não identifiquei quem eram. Posteriormente, ao buscar água na cozinha, a educadora me contou que elas haviam discutido por algo relacionado às/aos filhas/os, algo bastante comum, segundo ela.

Os vínculos criados nas relações entre as mulheres na Casa não são necessariamente proporcionais a quantidade de dias passados na Casa. Em minha segunda visita, Simone e Olga comentaram diversas vezes que estavam sentindo falta de uma mulher que havia estado na instituição e saído há poucos dias.

Percebi também que na Casa Abrigo existem situações que fogem do cotidiano, mas ao mesmo tempo aproximam-se dele. Na Casa, as mulheres são responsáveis por limpar o próprio quarto, cozinhar suas refeições e lavar suas roupas. Estas atividades por um lado, provavelmente já faziam parte do dia-a-dia delas. Contudo, a Casa pode fazer também com que aquelas atividades sejam vistas de outro modo, senão eram comuns anteriormente.

A intensidade de um afeto, para Agnes Heller (1999), é o grau do nosso envolvimento com o que o provocou. Isto não significa que podemos quantificar ou medir os afetos, mas permite pensarmos sobre as diferentes intensidades que ele pode assumir. Ações cotidianas, segundo a autora, tendem a despertar afetos menos intensos.

Quando colaborei nos processos de preparação das refeições em minhas visitas na Casa, percebi que as atividades cotidianas assumem papel importantíssimo nas relações estabelecidas entre as mulheres que lá estão. Elas estão isoladas de outros contatos sociais, o que muitas vezes faz com que as atividades domésticas cotidianas assumam papel principal em suas vidas e passem a funcionar também como espaços de disputas de poder.

Em minha primeira visita, após o jantar, houve uma conversa sobre quem iria limpar a cozinha, mesmo já existindo uma escala de limpeza pré-determinada. Eu me prontifiquei a colaborar com a limpeza juntamente com Joana e Simone, mas enquanto a estávamos fazendo Simone se ausentou. Interpretei a ação de Simone como uma possível forma de mostrar certo descontentamento com a minha participação, sinalizando que eu havia invadido um espaço que era dela e, portanto, a punição poderia ser eu fazer as tarefas sem sua ajuda. Este é um exemplo de como as ações cotidianas podem, na Casa, assumir uma importância pequena ou um papel de destaque, despertando afetos bem mais intensos.

#### *4.3.2. Entre as mulheres e suas(eus) filhas(os)*

As relações entre as mulheres e suas/eus filhas/os são diversas, contudo percebo que existe, por parte das funcionárias, certa expectativa dos papéis que devem ser exercidos por uma mãe. O acolhimento das/os filhas/os das mulheres em situação de violências que a Casa Abrigo proporciona é um direito e uma necessidade, mas que pode desencadear algumas discussões relevantes. Por exemplo: porque, necessariamente, são as mulheres que devem ficar com as/os filhas/os, já que as responsabilidades pela concepção e criação não se limitam a elas?

Um dos argumentos que poderiam ser levantados é o de que os pais são os agressores e com frequência estas agressões se estendem também para as/os filhas/os. Isto frequentemente é verdade, como relataram Joana e Nina. Entretanto, isso não significa que uma mulher, que passou e ainda está passando por diversas situações de violências, esteja necessariamente em condições plenas de cuidar de suas/eus filhas/os e da forma como as outras pessoas entendem que é a correta.

Essa reflexão me foi surgindo quando, em minha primeira visita, Nina gritou com Marta, sua filha de X? anos, após esta pedir para sentar no meu colo. Mesmo sem falar nada para Nina, naquele momento supus que Marta estava precisando de carinho e julguei inadequada a postura de Nina. Contudo, voltando a pensar sobre a situação, percebi que deixei de levar em consideração diversos aspectos, como as possibilidades de manifestação de carinho que Nina desfrutou durante sua vida, o pedido de carinho de sua filha para uma pessoa desconhecida, a possibilidade de que isto gerasse naquela mãe a sensação de que ela não é suficiente, ou não é uma boa mãe. Enfim, as possibilidades são diversas.

Não estou defendendo que possíveis situações de negligência não devam ser consideradas e analisadas, mas que a relação entre as mulheres e suas/eus filhas/os não devem ser compreendidas apenas por lógicas que reforçam o papel das mulheres enquanto mães e já pré-estabelecem características padronizadas e necessárias para que elas sejam vistas como cuidadoras e amorosas.

Percebi também que muitas mulheres procuram afirmar para as/os filhas/os que, após saírem da Casa Abrigo, irão para um local melhor que o anterior, livre de violências. Esse tópico apareceu nas falas de Joana, quando me contou que seu filho Fernando perguntou se voltariam para casa e ela respondeu que, quando saíssem de lá, iriam para outra casa, que fosse só deles. Também no sonho de Simone, de ir para Portugal com seus filhos, para recomeçar sua vida.

Além disso, percebi que algumas delas demonstram preocupação com o fato de as crianças não saírem da instituição, ou seja, não conseguirem realizar atividades de lazer e recreação fora da Casa.

O espaço destinado para as crianças/adolescentes nas Casas Abrigo foi algo que me chamou a atenção. A partir das diretrizes de funcionamento da instituição, eu sabia que as/os filhas/os das mulheres em situação de violências poderiam também ser acolhidas/os mas, mesmo assim fiquei surpresa pelo número de menores vivendo na instituição, nos momentos de minhas visitas. Em minha primeira visita havia 4 mulheres, 7 crianças e 1 adolescente, ou seja, mais crianças e adolescentes do que mulheres acolhidas na Casa.

Estas crianças, como disseram Joana e Nina, muitas vezes também era agredidas e vivenciavam outras situações de violências, presenciando inclusive as que aconteciam com a mãe e naquele momento conviviam com a falta de liberdade, o distanciamento social e a impossibilidade de irem para à escola. Tudo isto pode afetar diversos aspectos dos seus desenvolvimentos

Nem todas as Casas Abrigo adotam o mesmo regimento e a proibição de que os menores continuem frequentando escolas, por motivos de segurança não é uma regra existente em todas as instituições.

No decorrer das visitas percebi que muitas crianças que estavam na Casa manifestaram interesse em se aproximar de mim. Ana e Milton, filhos de Simone, nas duas visitas que fiz, conversaram bastante comigo. Senti que Milton, por vezes, tentou atrair minha atenção dizendo ser um menino estudioso, que sonha em estudar na Inglaterra e que gosta de livros. Já João, filho de Olga, perguntou, por exemplo, se eu voltaria para vê-los no Natal.

Na época em que realizei as visitas a diretora do abrigo havia me falado que somente as mulheres realizam acompanhamento psicológico no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) do município. Meses depois, em uma conversa com ela, fui informada que um Projeto da Universidade Estadual de Maringá estava realizando ações com as crianças que estavam na instituição. Este, é claro, é um projeto bem vindo, mas ele não deve servir para esconder a necessidade de acompanhamentos psicológicos e sociais que não dependam exclusivamente de iniciativas externas e eventuais. As funcionárias da instituição, pelo que conversamos, também identificam essa necessidade. Contudo, para que isso aconteça, é necessário que existam verbas e profissionais suficientes, contratados e instrumentalizados.

#### *4.3.3. Entre as mulheres e funcionárias*

Compreendi que as mulheres que estavam na instituição veem as funcionárias através de várias perspectivas. Estas relações, por vezes, parecem gerar sentimentos de controle e vigilância e, em outros momentos, de cooperação.

Quando uma das educadoras precisa sair e me deixa “responsável” pela casa e pelo cumprimento da rotina, elas ficam extremamente felizes por poderem assistir televisão até mais tarde, felicidade esta que acaba com a chegada da diretora. Já em outros momentos, como quando a educadora levou ingredientes para que todas pudessem comer um yakisoba, sinto que elas a viram como parceira.

Percebi também que existem diferenças na forma como as mulheres se comportam com relação às educadoras e a diretora. Nos dias em que estive, lá elas obedeceram aos comandos da educadora, mas senti que a diretora representa ainda mais, para elas, uma figura de autoridade.

A auxiliar operacional, pelo que percebi nas duas visitas, não é vista pelas mulheres como uma figura de autoridade e nem como parceira. Elas conversam com a auxiliar, mas não

senti que a viam como uma colega. A fala dela, ao lado da mesa em que estávamos tomando café da tarde, de que mesmo sendo dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, ela estava trabalhando, não me pareceu ter causado incômodo nas outras mulheres que ali estavam.

Na mesa do café a interseccionalidade se escancara. Estavam ali a diretora, uma mulher branca e que ocupa o cargo de maior autoridade na instituição; a educadora social, uma mulher negra; as duas mulheres, ambas brancas, que estavam em situação de abrigo; a auxiliar operacional, uma mulher negra e eu, pesquisadora e sem conseguir, no momento, me definir racialmente. Somente a auxiliar lembrou a importância do dia 20 de novembro e mesmo ao falar disso, não foi ouvida.

#### *4.3.4. Entre as mulheres e eu*

Minha estadia na Casa foi uma situação anormal no cotidiano da situação de abrigo em que aquelas mulheres estavam, mas creio ser importante fazer algumas discussões sobre as relações entre elas e eu, pois as experiências que tive em minhas visitas envolvem e decorrem da minha presença na Casa.

Em minha primeira visita, quando cheguei na Casa Abrigo, já fui de pronto chamada para conhecer e conversar com a coordenadora. Fiquei em sua sala por cerca de 20 minutos. Estava muito ansiosa e com receio também do que iria acontecer. Afinal, eu passaria 24 horas na instituição, sem contato com amigos e familiares, pois meu celular ficaria com a direção.

Mesmo antes de ir pensei bastante sobre o lugar que eu ocuparia naquela visita, as possíveis visões que as mulheres teriam de mim e a forma como eu poderia me colocar (e ser colocada). Ao arrumar minha mochila para ir até a instituição decidi que seria melhor (e obviamente mais confortável) agir e me sentir como “eu mesma”. Levei roupas que eu usaria no meu dia-a-dia, como chinelos e camisetas.

Também incluí, em minhas intenções, a de não buscar me colocar e nem aceitar assumir um local de autoridade, que eventualmente me poderia ser atribuído. Dei-me conta que essas reflexões eram essenciais, mas que também era necessário compreender os limites existentes nesta tentativa, pois minhas intenções de questionar possíveis locais de autoridade não desfariam por completo os diversos marcadores sociais e vivências que me aproximavam e distanciavam das mulheres que estavam na Casa Abrigo.

Quando sai da sala da diretora, no início de minha primeira visita, a educadora social me apresentou como uma psicóloga que ia passar o dia na Casa, analisando o comportamento delas. Era exatamente a forma como eu não gostaria de ser apresentada, contudo também não

soube como agir no momento em que aquilo aconteceu. Pois é, por mais que estejamos munidas/os de discussões teóricas e de intenções, nem sempre sabemos como agir em circunstâncias assim.

Tentei sair dessa situação dando uma risadinha (para não parecer mal educada, contrariando a educadora) e disse que não pretendia analisa-las e sim conhecer mais sobre a instituição e o funcionamento da Casa, pois este era tema de um trabalho que eu fazia na faculdade (fiz questão de não usar as palavras dissertação e mestrado).

Mesmo assim, senti que esta apresentação pode ter contribuído para que elas não se sentissem confortáveis para conversarem comigo inicialmente, quando tentei puxar conversas com elas pela manhã, enquanto bordavam chinelos. Os afetos que podem ter estado presentes naquele momento provavelmente derivavam de indagações como “o que você quer pesquisar em nós?”, “por que somos sujeitas que devem ser observadas?”.

Depois, quando Luísa foi cozinhar e me propus a ajudar, senti que ela ficou um pouco desconfiada da minha presença. Tentei tomar cuidados, me colocando apenas como sua ajudante, para não interferir nas decisões do almoço, que era uma responsabilidade dela. No início, quando começamos as tarefas, Luísa estava com o rosto fechado e quando tentei algumas conversas elas não se prolongaram. Insisti em algumas outras conversas, mas tomando cuidado para não ser inconveniente. Senti que as reações de Luísa foram sendo modificadas, na medida em que fui realizando ações que me colocavam no lugar de sua ajudante, perguntando, por exemplo, como ela gostaria que eu cortasse os legumes ou quais atividades eu poderia fazer.

Também na primeira visita, quando a educadora precisou sair e me deixou como “responsável” do local elas imediatamente me olharam e disseram que poderiam ver televisão até mais tarde. Esta fala, naquele momento, não me pareceu como um desafio delas a possíveis ordens que eu poderia tentar ditar, mas sim que eu não ocupava o mesmo local de autoridade que a educadora.

Acredito que alguns pontos tenham feito com que elas não me reconhecessem como uma figura de autoridade (não estou descartando que em outros momentos elas me viram assim). Um desses pontos pode ter sido o modo como eu estava vestida (chinelos, camiseta, calça velha) que contraria, provavelmente a concepção de psicóloga que elas possuem, a partir de seus contatos com outras profissionais da área. Outro ponto deve ter sido o fato de eu não ter perguntado, já de início, sobre as situações de violências que elas vivenciaram, algo comum na Rede de Atendimento, já que é parte do trabalho das funcionárias conhecer os históricos de violências vivenciados pelas mulheres.

Ainda na primeira visita uma situação (digamos, constrangedora) me chamou atenção: quando Simone me apontou uma meleca no rosto. Nesta situação a educadora estava me relatando sua experiência na Universidade (assunto puxado por ela), quando Simone, rindo junto com sua filha Ana, apontou para meu rosto e disse que tinha algo nele. Fui ao banheiro e tinha uma meleca próxima ao meu nariz. Sim, uma meleca. Vale lembrar (em minha defesa) que eu havia acabado de tomar banho, então provavelmente ao secar meu rosto com a toalha, ela grudou e eu não percebi. Esta situação me deixou envergonhada inicialmente, mas depois, pensando sobre ela, achei que várias discussões poderiam ser pertinentes. Naquele momento, eu e a educadora estávamos conversando sobre um assunto que excluía todas as mulheres que estavam ali (nenhuma delas teve acesso ao ensino superior). Por um lado, as relações de poder poderiam ser analisadas apenas pelo viés de que eu e a educadora naquele momento ocupávamos um local de “superioridade” intelectual e, portanto, de poder com relação a elas. Contudo, neste mesmo contexto, Simone apontou uma meleca no meu rosto (situação que ninguém quer passar em público), o que também me colocou em uma situação de “inferioridade”. O que pode ter sido ótimo, já que (re)colocou como humana e, portanto, igual.

#### **4.4 Mulheres: protagonistas de suas próprias vidas**

Uma das minhas maiores preocupações ao propor esta categoria de análise foi pelo receio de ela ser mal interpretada. As discussões aqui realizadas não pretendem culpabilizar ou apagar e diminuir a intensidade e possíveis consequências das violências vivenciadas pelas mulheres, mas sim propor que as mulheres em situação de abrigo nas Casas Abrigo também são sujeitas ativas em suas próprias vidas. É justamente a crença nesta força e potencialidade das mulheres que faz com que acreditemos que é possível romper com situações de violências. Contudo, assim como a Lei Maria da Penha também define, as violências não devem ser enfrentadas apenas pelas mulheres, porque são também tarefas do Estado e de toda sociedade civil. Esta categoria de análise pretende, portanto, realizar discussões que mostrem possibilidades de vermos as mulheres como presentes e atuantes em suas vidas, pois caso não sejam compreendidas desta forma, a Casa Abrigo, como instituição também, perde sua potencialidade de ser um espaço de reconstrução e fortalecimento também após a saída das mulheres, pois a concepção de vítima remete a ideia de que elas precisam ser cuidadas e tuteladas sempre.

Em meu primeiro dia de visita a diretora me disse “às vezes parece que elas [as mulheres] esquecem o motivo pelo qual estão aqui?”. Esta frase me marcou muito e me fez realizar algumas indagações. Qual seria esse motivo citado pela diretora? Por que elas não deveriam esquecê-lo? Que ações demonstram que elas o esqueceram?

Minha intenção, com esses questionamentos, não é culpar ou apontar falhas individualizantes, mas propor discussões sobre como funcionárias/os da Rede de Atendimento podem compreender as violências e as existências das mulheres.

Parece-me que a diretora quis apontar que o motivo de elas estarem na Casa é o fato de terem sofrido violências. Todavia, creio ser importante não compreendermos as violências por si só, pois podemos perder as dimensões de gênero que as permeiam e também culpabilizar as mulheres que as vivenciaram. Estas violências ocorreram em uma sociedade estruturalmente machista, contra pessoas específicas (as mulheres). Poderíamos dizer então, por exemplo, que o motivo pelo qual elas estão ali é também o machismo (re)produzido em nossa sociedade.

Por um lado, não esquecer os motivos pelos quais estão na Casa pode ser uma possibilidade de ressignificação de suas vivências; por outro, ficarem presas às situações de violências pode impedi-las de retomarem e (re)construírem suas vidas fora da Casa.

A partir da fala da diretora supus que, para ela, as mulheres mostram esquecer “o motivo” de estarem na instituição quando agem fora de uma ideia pré-concebida sobre o que é ser uma mulher em situação de violência, visão esta ainda muito relacionada com a concepção de vítima, e que é recuperada, por exemplo, quando ocorrem brigas entre elas.

Acontece que as violências fazem parte da vida das mulheres, mas não definem suas existências. As mulheres em situação de violência vivem, erram, brigam, comem, andam, possuem sexualidade, vontades, interesses. São pessoas. E suas existências, suas materialidades e pessoalidades podem ser apagadas, se e quando elas são vistas apenas como “mulheres vítimas de violência” ou “abrigadas”.

Certa vez, antes de iniciar a pesquisa, eu e outras mulheres que fazíamos parte de um Projeto de Extensão, organizamos um encontro no CRAMM com mulheres que estavam na Casa Abrigo. Uma delas nos disse que não gostava de ser chamada de “abrigada”. Esta situação, que estava vivenciando e que era temporária, não a definia. As mulheres passam por situações de violências, passam pela Casa Abrigo. Elas não *são* apenas as violências e o processo de abrigamento que vivenciaram.

As violências perpassam as vidas das mulheres que estão na Casa, mas os acontecimentos cotidianos da instituição, como a divisão das tarefas ou o tempo de uso da

máquina de lavar, assim como comentaram Simone e Luísa, também fazem parte de suas vidas. Foi isso que percebi durante minhas visitas. Nós conversamos, em alguns momentos, sobre as violências e seus ex-companheiros, mas pude conhecer diversas outras facetas presentes em suas identidades, como por exemplo, o que gostam de comer, como bordam chinelos e gostam de fazer aulas de zumba pelo DVD da Casa. Isto não significa desvalorizar ou apagar possíveis marcas que as violências trouxeram, mas enxergar as pessoas para além daquelas marcas.

Mesmo tendo sofrido violências, isto não impede que as mulheres possam, em outras situações, ter privilégios com relação a outras pessoas e ser também produtoras de violências, inclusive contra outras mulheres. A interseccionalidade, na perspectiva que Kimberlé Crenshaw (2002) defende, contribui para pensarmos como diferentes marcadores sociais podem fazer com que mulheres tenham diferentes vivências, sejam atingidas por diferentes opressões e possam agir e reagir também de modos diversos.

A Casa Abrigo acolhe mulheres em situação de violência doméstica e familiar, mas as mulheres não são sujeitas universais, sem cor, classe, idade, nacionalidade e história. As mulheres que estavam na Casa, durante minhas visitas, eram pobres. Isso não significa que mulheres ricas não estão sob risco ou em situações de violências. Contudo estas, normalmente, possuem outras possibilidades para garantir sua segurança.

Mesmo com todas as mulheres com as quais tive contato na Casa sendo de classe econômica baixa, percebi que havia diferenças de possibilidades entre as que trabalhavam antes de irem para Casa e as que não exerciam uma atividade profissional. Olga, por exemplo, me contou que tem um trabalho e pretende conseguir alugar um espaço para ela e seus filhos quando saírem da instituição. Ela já havia contado que tomou a decisão de vir para Maringá trabalhar, mesmo já estando com seu ex-companheiro e este ser contrário. Já Joana disse que seu ex-companheiro muitas vezes não permitia que ela saísse de casa e por isso não trabalhava. Isto mostra que o poder econômico é uma das variáveis que garante, amplia ou restringe a autonomia.

A idade das mulheres é outra variável que pode estar associada a diferentes experiências do processo de abrigamento. Simone, nas minhas duas visitas, era a mulher mais velha, tanto por possuir mais idade quanto por ter entrado na instituição à mais tempo. Ela ocupava um local de liderança sobre as outras mulheres. Já Nina era a mulher mais jovem e também a que estava a menos tempo na Casa. Era a que estava mais isolada, tanto por afastar-se, como também pelas mulheres não se aproximarem dela.

Outro marcador social importante para aquelas vivências é o da raça. Nina também era a única mulher negra na instituição, naquele momento, mesmo com pesquisas como o *Atlas da Violência de 2018* (IPEA, 2018) apontando que a violência contra mulheres brancas vem diminuindo, enquanto aquela contra mulheres negras vem aumentando. Onde estavam, portanto, as mulheres negras? A violência contra elas será menor, em Maringá e região?

As possibilidades de respostas que me ocorrem são de que muitas delas não tiveram possibilidades de acesso à Casa Abrigo ou morreram antes.

Além disso, ela era a única que não residia na cidade Maringá. Aqui, para os que não são residentes na região, é importante explicar que nela existe uma situação de extrema segregação espacial e social que envolve a população de Maringá, como excludente e, como excluída, a população do município de Sarandi, local em que Nina residia.

O local de moradia fez com que ela tenha tido uma experiência diferente da de Olga, ao voltar para buscar seus pertences em sua antiga casa, pois em Sarandi não existe uma Guarda Municipal, e a tarefa de escoltá-la e garantir seu transporte foi realizada por uma equipe da Polícia Militar, que foi agressiva com Nina, ao dizer que ela deveria pegar com rapidez seus pertences, pois “eles não eram táxi”.

Ao realizarmos análises interseccionais, as diferentes opressões existentes, assim como pontua Kimberlé Crenshaw (2002), não devem ser compreendidas de modo isolado ou como somas. Nina é mulher, jovem, negra, moradora de uma região periférica e socialmente desvalorizada. As violências que ela sofre e os modos como as vivencia não podem ser vistos isolando-se todos estes marcadores sociais.

#### **4.5 Afetos que perpassam a saída da Casa Abrigo**

Um dos aspectos importantes da situação de abrigamento é a saída da instituição; o que envolve tanto as expectativas que existem com relação à esta saída durante a situação de abrigamento, quanto as condições e possibilidades existentes.

Durante a estadia na Casa Abrigo as mulheres precisam encontrar ou elaborar possibilidades de retomar suas vidas, pois a instituição tem caráter apenas emergencial e temporário.

É preciso ponderar se e como as Casas Abrigo têm possibilitado essa retomada, levando em conta aspectos econômicos, como emprego e possibilidade de moradia, mas também sociais e emocionais, como a retomada de contato com o mundo fora dali. O acompanhamento pós-abrigamento é também essencial, pois a saída da Casa não significa a

certeza de que as mulheres não vão vivenciar novas situações de violência.

É necessário, ainda, romper a visão de que a Casa Abrigo é uma instituição salvadora por si só. Vivemos em uma sociedade violenta e, quando as mulheres saem da Casa, voltam para esta sociedade. A Casa, por mais que pretenda e possa ser um espaço seguro, não está fora da sociedade e, portanto, as mulheres podem inclusive vivenciar, dentro da instituição, outras possibilidades de violências.

As violências do ex-companheiro não foram as únicas experienciadas por Nina. Ela me disse que sua mãe não quis ficar com ela (é assim que ela compreende esta ação da mãe) e por isto foi morar com seu pai, sofrendo então diversos abusos. Para Nina, ninguém da sua família nunca a quis.

As expectativas de saída da instituição podem produzir diversos afetos. Algumas acreditam em possibilidades de recomeço profissional e pessoal, como Simone, que pretende voltar a estudar e abrir um salão de beleza com a irmã em Portugal e Olga, que tem a intenção de voltar para seu trabalho.

Outras mulheres, como relata a diretora, parecem não querer sair, mesmo após passarem bastante tempo na Casa, o que pode ter relação com os medos de voltarem para localidade onde estão seus ex-companheiros, ou das dificuldades financeiras, que podem comprometer o sustento e a manutenção delas e de seus filhos.

Temas relacionados à sexualidade e aos relacionamentos afetivos apareceram poucas vezes durante nossas conversas. Lembro-me que Luísa e Nina comentaram que, ao saírem da Casa não pretendiam se relacionar tão cedo com um homem. Já Simone disse que não via isso como prioridade, mas caso aparecesse alguém em sua vida, e que fosse especial, poderia, sim, voltar a se relacionar.

#### **4.6 Afetos (in)válidos: mulheres em situação de violências que não estão na Casa Abrigo**

Como última categoria de análise, trago algumas discussões sobre os afetos não considerados, ou seja, das mulheres que estavam/estão em situações de violência e não conseguiram acessar os serviços oferecidos pela Casa Abrigo.

Em minhas visitas à instituição não encontrei qualquer mulher transgênera. Mesmo a Lei Maria da Penha tendo o entendimento de que a pessoa que sofreu uma violência precisa ser do gênero feminino e não sexo feminino, ou seja, possibilitando que as mulheres trans sejam enquadradas, na prática isso pouco acontece e elas dificilmente conseguem acesso aos

serviços oferecidos pela Rede de Atendimento. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) a expectativa de vida de transexuais e travestis no Brasil é de 35 anos<sup>31</sup>, ou seja, essas mulheres estão vivenciando diariamente violências, estão morrendo, necessitam de serviços como os ofertados pela Casa Abrigo, mas não conseguem ter acesso à eles. Seus afetos não são ouvidos e nem sequer considerados válidos.

Todas as mulheres com as quais conversei na Casa estavam lá por terem sido agredidas por ex-companheiros homens. Assim como já mencionei, os homens são os agressores mais frequentes, em situações de violências doméstica e familiar. Contudo, as violências de gênero vão além da simplificação de que as mulheres são sempre vítimas e os homens sempre agressores. Diversos relacionamentos, não heterossexuais, também produzem e reproduzem violências.

Recentemente, estava na rua com alguns amigos quando vi uma mulher sendo agredida por outra, na frente de um bar. Ao tentarmos intervir, o argumento da mulher que estava agredindo era de que “ela é minha mulher há nove anos” e, por isso, deveríamos deixá-la espancar sua companheira. Em função da nossa intervenção, a mulher que estava cometendo as agressões foi embora, levando todos os documentos da companheira. Mesmo conhecendo as leis e os serviços que deveriam protegê-la, naquele momento nós não sabíamos o que fazer. Tentamos ligar para a Polícia Militar, que não atendeu, mas consideramos também que a abordagem realizada por eles poderia produzir novas violências, visto que tratava-se de um caso de agressão por uma companheira mulher. Tentamos conversar com a mulher que havia sido agredida, buscando respeitar suas vontades e decisões, mas sua fala estava muito confusa e desconexa (talvez por ter ingerido álcool ou outras drogas ou também como consequência da situação de violência que havia acabado de experienciar).

Era por volta de uma hora da manhã, ela não era da cidade de Maringá e estava sem seus documentos. Naquele momento ela precisava ser acolhida. Precisa de serviços de abrigamento como, por exemplo, da Casa de Passagem, visto que a situação não apresentava risco de morte, mas tratava-se de uma situação de violência. As mulheres lésbicas, mesmo sofrendo violências, não estão nos serviços de abrigamento como a Casa Abrigo.

Como já vimos, também poucas mulheres negras que vivenciam violências e estão sob risco de morte têm acesso aos serviços de abrigamento.

---

<sup>31</sup> ANTRA (2018). Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017. Disponível em: Acesso em: 15 jul. 2018.

Muitas mulheres não sabem da existência da Casa Abrigo, ou não conseguiram procurar serviços da Rede de Atendimento que as pudesse encaminhar para a instituição, ou então, quando os procuraram, não se sentiram acolhidas.

Quando busquei realizar uma nova visita à Casa e fiquei sabendo que, naquele momento, nenhuma mulher estava lá abrigada, vários questionamentos me surgiram, pois o fato de não existirem mulheres na instituição não significa que o número de mulheres em situação de violência diminuiu.

Se hoje uma mulher precisa dos serviços de uma Casa Abrigo, isto significa que o Estado, a Rede de Atendimento e a sociedade civil falharam. Falhamos não realizando ações que contribuam para promover a igualdade de gêneros nas escolas. Falhamos quando ensinamos que a violência é um caminho válido. Falhamos quando não criamos as meninas como sujeitas autônomas. Falhamos quando, na Delegacia da Mulher, assim como relatou Olga, não ouvimos e acolhemos as mulheres. Falhamos quando Robertha Vermont<sup>32</sup>, mulher trans, foi assassinada em outubro de 2018 com dois tiros na cabeça, na estrada da Roseira, no município de Maringá. Falhamos quando Emili da Silva Martins<sup>33</sup>, grávida, foi esfaqueada pelo ex-companheiro em Marialva, município vizinho de Maringá, e ficou sangrando sozinha em uma estrada rural por horas, vindo a falecer depois no hospital.

Quando uma mulher procura algum serviço da Rede de Atendimento ela precisa sentir-se acolhida e respeitada. Os mecanismos existentes e necessários para colaborar com o rompimento das situações de violências devem ser acionados. As políticas públicas de enfrentamento às violências, assim como os mecanismos jurídicos existentes, precisam chegar até as mulheres, principalmente para as que estão em maiores condições de riscos e precisam ainda mais dos serviços ofertados.

Por fim, mesmo mostrando-se importantes, são necessárias algumas reflexões e reformulações com relação as políticas de abrigamento existentes e outras que podem ser construídas. A existência de uma Casa Abrigo, como no município de Maringá, é fundamental. Contudo não substitui a necessidade de outros serviços de abrigamento, como as Casas de Passagem, pois nem todas as mulheres enquadram-se nas condições previstas pela Casa Abrigo e o sigilo, importante para este tipo de instituição, acaba fazendo com que

---

<sup>32</sup> **Travesti é encontrada morta com dois tiros na cabeça em Maringá (PR).** Disponível em: <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2018/10/travesti-e-encontrada-morta-com-dois-tiros-na-cabeca-em-maringa-pr>>. Acesso em: 15 de Fev. 2019.

<sup>33</sup> **Grávida é esfaqueada pelo ex-companheiro em Marialva, diz Polícia Civil.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2019/02/03/gravida-e-esfaqueada-pelo-ex-companheiro-em-marialva-diz-policia-civil.ghtml>>. Acesso em: 15 de Fev. 2019.

diversas mulheres optem por não irem para a instituição e permanecem em situações e violências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apontou que a situação de abrigo é bastante ampla, pois não abarca apenas os momentos de estadia na Casa Abrigo e os afetos perpassam todo esse processo. Diversos afetos podem perpassar o processo de abrigo de mulheres na Casa Abrigo, ou seja, não existe uma única possibilidade de experiência na/da instituição. Algumas mulheres, por exemplo, mostraram considerar a Casa como um passo importante para romperem com as relações violentas que haviam vivido, outras indicaram que foram para a instituição por não possuírem outra alternativa após a denúncia. Uma mesma mulher pode ter diferentes afetos nos processos que envolvem o abrigo, como por exemplo, pode encarar a ida para a Casa Abrigo de uma forma e ao longo de sua estadia construir novos significados para a instituição.

As diferentes possibilidades de afetos existem também porque as mulheres não são sujeitas únicas ou universais. Mesmo todas sendo mulheres, a categoria gênero não se constitui da mesma forma em diferentes contextos sociais e também estabelece intersecções com outras, como classe, raça, idade, orientação sexual e, desse modo, análises interseccionais mostraram-se importantes para compreender possibilidades de afetos na situação de abrigo, relacionando-as também com suas histórias de vida, as violências que vivenciaram e as formas como significam a Casa Abrigo.

A compreensão das identidades das mulheres em situação de violências doméstica e familiar restrita apenas à condição de vítima foi questionada a partir da pesquisa, uma vez que as visitas à instituição mostraram que elas são sujeitas ativas em suas vidas, com sentimentos, vontades e desejos. As violências são parte de suas vidas, que promoveram e promovem dor, contudo não definem sua identidade.

Tendo esse entendimento, é possível considerar que as mulheres também são agentes dentro da Casa Abrigo e realizam resistências e enfrentamentos as violências, podendo romper relações violentas. Porém este rompimento não é instantâneo e exige, assim como estabelece a Lei Maria da Penha, que a sociedade e o poder público criem condições para garantir diversos direitos, como o direito à vida, saúde, alimentação, educação, segurança, moradia, lazer, trabalho, cidadania, liberdade, respeito e convivência familiar e comunitária.

As relações estabelecidas entre as mulheres, entre elas e as funcionárias e entre elas e suas/eus filhas/os também foi importante para compreender possíveis afetos que perpassam o processo de abrigo. Dentro da instituição são estabelecidas diferentes relações de poder, que podem, por sua vez, produzir novas violências domésticas e familiares.

As conversas informais, utilizadas na pesquisa, apresentaram-se como uma alternativa possível e potente dentro do campo da Psicologia, que muitas vezes acaba privilegiando as entrevistas individuais e/ou questionários. O olhar para os afetos mostrou-se uma alternativa legítima para realizarmos reflexões e análises de políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres, tanto para as já existentes como para novas possibilidades. A pesquisa também mostrou que os estudos sobre os afetos, que fogem de perspectivas quantitativas, podem assumir espaços centrais em pesquisas, propiciando elaborações e reelaborações capazes de promover mudanças sociais.

A Casa Abrigo mostrou-se um importante espaço de acolhimento para as mulheres em situação de violências doméstica e familiar de Maringá e região, tendo um papel fundamental para o afastamento do agressor e a abertura de possibilidades de rompimentos de relações violentas. Contudo, os afetos presentes no processo de abrigamento mostram também que diversos aspectos da instituição podem ser pensados e reformulados, como o entendimento de que as mulheres são diversas e sujeitas ativas em suas vidas e no processo de (re)construção da Casa, ou seja, mesmo existindo normas e regras pré-estabelecidas, o caráter temporário da Casa faz com que muitas mulheres tenham diferentes experiências e atribuam diferentes significados a instituição.

Outro ponto mostrado pela pesquisa é que as políticas públicas de abrigamento precisam estabelecer (e tornar possível a execução) de mais diretrizes que abarquem direitos das/dos filhas/os das mulheres que estão na Casa Abrigo, pois mesmo a instituição garantindo o direito a estadia, é preciso garantir outros direitos, como o lazer e a convivência familiar e social, além de acompanhamentos sociais e psicológicos, visto que muitas delas sofreram e/ou presenciaram violências domésticas e familiares.

É necessário, ainda, a partir dos apontamentos da pesquisa, que sejam pensadas políticas públicas que abarquem a saída das mulheres da instituição, pois elas precisam reestruturar suas vidas, o que pode envolver a obtenção de um emprego e de uma nova possibilidade de moradia. As mulheres, como sujeitas ativas de suas vidas, podem traçar novos caminhos e reconstruir suas vidas, mas estas tarefas são também responsabilidade do Estado e da sociedade.

Por fim, o trabalho também apontou a necessidade de criação de outras possibilidades de abrigamento de mulheres em situação de violências no município e na região de Maringá, como Casas de Passagem. Além disso, diversas mulheres, como as transgêneras e/ou as que estão em relacionamentos com outras mulheres, acabam não conseguindo acessar os serviços

da instituição, tanto por desconhecimento quanto pelo seu não acolhimento e reconhecimento por parte da Rede de Atendimento.

## REFERÊNCIAS

- Alvarez, S. E. (1998). Feminismos Latinoamericanos. *Revista Estudos Feministas*, 6 (2).
- Alves, B. M., & Pitanguy, J. (1981). *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Araújo, M. D. F. (2008). Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. *Psicología para América Latina*, (14).
- Beauvoir, S. (2014). *O segundo sexo*. Fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bessa, L (2017). *Feminicídio como violência política*. Brasília: Secretaria Adjunta de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.
- Brasil, Presidência da República (2001). *Pesquisa nacional sobre as condições de funcionamento das delegacias especializadas no atendimento às mulheres: Relatório final*. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.
- Brasil, Presidência da República (2008). *Termo de Referência para a Implementação de Casas-Abrigo*. Brasília:Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- Brasil, Presidência da República (2011). *Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- Brasil, Presidência da República (2015). Secretaria de Transparência. *Violência Doméstica e Familiar contra a mulher*. Brasília: DataSenado.
- Brasil, (2006). *Lei n 11.340, de 07 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.
- Bahia Bock, A. M., Ribeiro Ferreira, M., M Gonçalves, M. D. G., & Furtado, O. (2007). Sílvia Lane e o projeto do " Compromisso Social da Psicologia". *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 46-56.
- Bonetti, A. & Fleischer, S. (2007). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Campos, C. H. & Carvalho, S. (2011) Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista* (pp.143-169). Rio de Janeiro: Lumen Iuris.

Carneiro, S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Cerqueira, D., Lima, R. S., Bueno, S., Neme, C., Ferreira, H., Coelho, D., Alves, P. P., Pinheiro, M., Astolfi, R., Maques D., Reis, M., Merian, F. *Atlas da violência 2018*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Chauí, M. (1999). *Uma ideologia perversa*. São Paulo: Folha de São Paulo.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, 10 (1).

Costa, C. D. L. (2001). Feminismo fora do centro: entrevista com Ella Shohat. *Revista Estudos Feministas*, 9(1), 147-163.

Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2006). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 1163-1178.

Darwin, C. (1872/ 2009). *A expressão das emoções no homem e nos animais*. São Paulo: Cia. das Letras.

Datafolha (2017). *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Datafolha.

Descartes, R. (2000). *Meditações metafísicas*. São Paulo: Edipro.

Debert, G. G. (2006) As Delegacias de Defesa da Mulher: judicialização das relações sociais ou politização da justiça?". In: *Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre 'crimes de honra'* (pp. 16-38). Campinas: Pagu - Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP.

Debert, G. G. & Gregori, M. F. (2002). As Delegacias Especiais de Polícia e o projeto Gênero e Cidadania. In: *Gênero & Cidadania* (pp.09-20). Campinas: Pagu - Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP.

Diniz, D.; Medeiros, M. & Madeiro, A. (2016). Pesquisa Nacional de Aborto 2016. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(2), 653-660.

Elias, M. L. G & Machado, I. V. (2015). A Construção Social da Liberdade e a Lei Maria da Penha. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, 3 (1), 88-109.

Fausto-Sterling, A. (2001). Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, 17, 9-79.

Freud, S. (2012). A feminilidade, conferência 33. O feminino que acontece no corpo: A prática da psicanálise nos confins do simbólico, 15-48.

Fujikawa, A. C. (2013). *SEMULHER: trajetórias da institucionalização das políticas para mulheres em Maringá-PR*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, São Paulo.

- Gadoni-Costa, L. M. & Dell'Aglio, D. D. (2009). Mulheres em situação de violência doméstica: vitimização e coping. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 2(2), 151-159.
- González Rey, F. (2000). El lugar de las emociones em la constitución social de lo psíquico: El aporte de Vigotski. *Educação & Sociedade*, 11, (70), 132-148.
- Gregori, M. F. (2012). *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Guareschi, P. A. (2008). Ética e paradigmas na Psicologia social. In: *Ética e paradigmas na Psicologia social* (pp. 18-39). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Harvey, D., e Sobral, A. U. (1994). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- Heller, A. (1999). *Teoría de los sentimientos*. México: Coyoacán.
- Hemmings, C. (2009). Contando estórias feministas. *Estudos Feministas*, 17 (1), 215-241.
- James, W. (1890/2008). As emoções (1890). In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, 11(4), 669-674.
- Kramer, H., & Sprenger, J. (1486/1991). *O martelo das feiticeiras*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.
- Lima, D., Bomfim, Z., & Pascual, J. (2017). Emoção nas veredas da Psicologia Social: reminiscências na filosofia e Psicologia histórico-cultural. *Revista Psicologia Argumento*, 27(58), 231-240.
- Machado, I. V. (2013). *Da dor no corpo à dor na alma: uma leitura do conceito de violência psicológica da lei Maria de Penha*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Miranda, B. W. de (2017). A Política Nacional de Abrigamento de mulheres em situação de risco e violência. *Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito*, 6 (2), 43-68.
- Molina, J. A. (2011). O que Freud dizia sobre as mulheres. Coleção PROPG Digital (UNESP).
- Morais, C. P. P. & Casagrande, D. K. M. (2017). Rompimentos e novas configurações do Centro de Referência de Atendimento à Mulher Maria Mariá de Maringá. In: *Uma década de Lei Maria da Penha: percursos, práticas e desafios*. Curitiba: CRV.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647-654.
- Nogueira, R. (2012). O conceito de drible e o drible do conceito: analogias entre a história do negro no futebol brasileiro e do epistemicídio na filosofia. *Revista Z Cultural*.

Oliva, M. P. (2015). #NiUnaMenos: um clamor contra a resignação. Recuperado em 20 junho, 2018, de [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/04/opinion/1433439329\\_164930.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/04/opinion/1433439329_164930.html).

Paraná, (1997). *Lei 4.361, de 11 de abril de 1997*. Institui o Programa Municipal de Amparo à Mulher Vítima de Violência e dá outras providências.

Pedro, J. M. (2006). Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, 26 (52), 249-272.

Santos, C. M. (2010). Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. *Revista crítica de ciências sociais*, (89), 153-170.

Santos, C. M., & Pasinato, W. (2014). Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, 16 (1).

Sartre, J.P. (1939/ 1965). *Esboço de uma teoria das emoções*. Rio de Janeiro: Zahar.

Sawaia, B. B. (1995). Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: Silvia, T. M. L & Sawaia, B. B (Orgs), *Novas veredas da Psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.

Schraiber, L. B., Pires Lucas d'Oliveira, A. F., Hanada, H., & Kiss, L. (2012). Assistência a mulheres em situação de violência-da trama de serviços à rede intersetorial. *Athenea Digital: revista de pensamiento e investigación social*, 12(3), 237-254.

Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

Teles, M. A. T. (1993). *Breve história do feminismo no Brasil* (Vol. 145). São Paulo: Brasiliense.

Tomanik, E. A. (2017). Prefácio. In: Caniato, A. M. P. *Violências, indústria cultural e subjetividade: os impactos nas identidades individuais*. Cajamarca: ALFEPSI Editorial.

Zaluar, A. (1999). Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em perspectiva*, 13(3), 3-17.

Composições:

Belchior, A. (1976). Não leve flores. *Alucinação*. Rio de Janeiro: PolyGram.

Bethânia, M., Pinheiro, P. C. (2012) Carta de amor. *Oásis de Bethânia*. Rio de Janeiro: Biscoito Fino.

Germano, D. (2015). Maria da Vila Matilde. *A mulher do fim do mundo*. São Paulo: Circus.

Luna, L. (2017) Um corpo no mundo. *Um corpo no mundo*. São Paulo: YB Music.

Miklos, P., Britto, S., Bellotto, T. (2000) Eu prefiro correr. *E-collection- Titãs*. São Paulo: WEA.

Strassacapa, J. (2016). Triste, louca ou má. *Soltasbruxa*. São Paulo: Independente.